

ESTRUTURA SOCIAL FAMILIAR NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

MARCELO GOMES RIBEIRO

COLABORADORES:

VINICIUS DOS REIS SOARES

PAULA GUEDES MARTINS FERREIRA

MARCOS ALVES FERNANDES

LUCAS DOS SANTOS JAMBEIRO

TITO MAGALHÃES DA ROSA

MATHEUS LUCAS C. DE OLIVEIRA



OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

LETRACAPITAL

Este livro apresenta resultados de pesquisa que inova na formulação da representação da estrutura social familiar nas metrópoles brasileiras ao defini-la de modo multidimensional e relacional, constituindo sete tipos de posição social familiar, que expressam desigualdades verticais ou hierárquicas e diferenças horizontais: Alta, Média-alta I, Média-alta II, Média I, Média II, Baixa I e Baixa II.

Esse resultado só foi possível porque a família foi considerada de acordo com cinco dimensões que a estruturam: o arranjo familiar, a configuração de classe, a composição racial, o clima educativo e a composição de renda. Cada uma dessas dimensões foi operacionalizada para classificar as famílias que vivem nas metrópoles do país, considerando que sua conformação contribui para a análise de suas condições sociais e, também, das estratégias de reprodução de seus membros.

Embora cada uma das dimensões tenha recebido tratamento rigoroso na sua classificação, vale destacar o modo como a composição de renda foi definida. Essa dimensão foi classificada a partir das categorias que expressam os princípios de integração econômica de Karl Polanyi, adaptada para a realidade contemporânea, resultando em rendas proveniente do mercado patrimonial, do mercado de trabalho protegido, do mercado de trabalho não protegido, de redistribuição por aposentadoria, de redistribuição por transferências governamentais, de redistribuição por serviços públicos e gratuitos, de reciprocidade e de domesticidade. Cada uma dessas categorias de renda expressa os tipos de rendimento que circulam no interior da família.

O estudo que resultou nesta obra integra a Rede Nacional de Pesquisa INCT Observatório das Metrópoles, sendo desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Metrópole, Economia e Sociedade (GP-MES) no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e contou com financiamento do CNPq via Chamada Universal de 2023.

O resultado aqui apresentado é parte de uma investigação mais ampla sobre as famílias, a partir da utilização dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa investigação procura avançar na compreensão das desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras, analisando a estrutura social familiar e as estratégias familiares de reprodução social, a partir de suas condições de moradia, de suas despesas domiciliares e de suas localizações territoriais.

No entanto, você tem mãos apenas a primeira parte dessa investigação, que diz respeito à estrutura social familiar. Considerar essa estrutura, coloca-se como um passo fundamental para a compreensão das desigualdades sociais nas metrópoles do país – espaços onde as condições de reprodução social parecem ser baseadas em mecanismos de mercado, por excelência, mas que alguns resultados já presentes nesta obra coloca em questionamento.

**ESTRUTURA SOCIAL
FAMILIAR
NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS**

Copyright © Marcelo Gomes Ribeiro, 2025

Todos os direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida por meio impresso ou eletrônico, sem a autorização prévia por escrito da Editora/Autor.

edição João Baptista Pinto
revisão Renata Melo
diagramação Vinicius Soares
capa Brenda Spinosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R87e

Ribeiro, Marcelo Gomes

Estrutura social familiar nas metrópoles brasileiras / [livro eletrônico]

Marcelo Gomes Ribeiro. — Rio de Janeiro : Letra Capital, 2025.

4 Mb ; PDF

Contém bibliografia

ISBN 978-65-5252-150-7 (e-book)

1. Família. 2. Estrutura Social. 3. Desigualdades. I. Título

25-1727

CDD 301.5

Angélica Ilacqua – Bibliotecária - CRB-8/7057

Observatório das Metrópoles | IPPUR-UFRJ

Coordenação Geral Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Av. Pedro Calmon, 550 sala 537 - Cidade Universitária

Rio de Janeiro, RJ | Brasil

CEP: 21941-901

Tel.: +55 21 3938 1950

www.observatoriodasmetropoles.net.br

Letra Capital Editora

Tels.: +55 21 3553 2236 | 2215 3781

vendas@letracapital.com.br

Marcelo Gomes Ribeiro

colaboradores:

Vinicius dos Reis Soares

Paula Guedes Martins Ferreira

Marcos Alves Fernandes

Lucas dos Santos Jambeiro

Tito Magalhães da Rosa

Matheus Lucas Cordovil de Oliveira

ESTRUTURA SOCIAL FAMILIAR NAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

SUMÁRIO

7 AGRDECIMENTOS

9 PREFÁCIO
Luciana Corrêa do Lago

13 INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1
25 ARRANJO FAMILIAR
Marcelo Gomes Ribeiro
Vinicius dos Reis Soares
Paula Guedes Martins Ferreira
Tito Magalhães da Rosa

CAPÍTULO 2
39 CONFIGURAÇÃO DE CLASSE FAMILIAR
Marcelo Gomes Ribeiro
Vinicius dos Reis Soares
Marcos Alves Fernandes

CAPÍTULO 3
51 COMPOSIÇÃO RACIAL FAMILIAR
Marcelo Gomes Ribeiro
Vinicius dos Reis Soares
Paula Guedes Martins Ferreira

CAPÍTULO 4
65 CLIMA EDUCATIVO FAMILIAR
Marcelo Gomes Ribeiro
Vinicius dos Reis Soares
Lucas dos Santos Jambeiro

CAPÍTULO 5
77 COMPOSIÇÃO DE RENDA FAMILIAR
Marcelo Gomes Ribeiro
Vinicius dos Reis Soares
Paula Guedes Martins Ferreira
Lucas dos Santos Jambeiro
Matheus Lucas Cordovil de Oliveira

99	CAPÍTULO 6 ESTRUTURA SOCIAL FAMILIAR Marcelo Gomes Ribeiro Vinicius dos Reis Soares
131	CONCLUSÃO
139	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
145	ANEXOS
152	SOBRE O AUTOR E OS COLABORADORES

AGRADECIMENTOS

Esta obra, que buscou construir uma proposta de representação da Estrutura Social Familiar nas Metrôpoles Brasileiras, a partir dos dados da POF/IBGE de 2017/2018, é resultado de um trabalho coletivo e de reflexões compartilhadas entre diferentes pesquisadores/as do INCT Observatório das Metrôpoles. Por este motivo, agradeço aqueles/as que estiveram presentes nas discussões realizadas nas reuniões do projeto de pesquisa em nível nacional: Claudia Monteiro Fernandes (UFBA), Erick Silva Omena Melo (UFRJ), José Júlio Ferreira Lima (UFPA), Latussa Bianca Laranja Monteiro (UFES), Luciana Texeira de Andrade (PUCMG), Rosa Ribeiro (UFRJ), Suzana Pasternak (USP) e Vanessa Marx (UFRGS).

Agradeço, também, aos/as pesquisadores/as do Núcleo Rio de Janeiro do INCT Observatório das Metrôpoles, que discutiram comigo uma primeira versão dessa proposta metodológica, oferecendo alguns importantes questionamentos e muitas sugestões valiosas para o refinamento desse trabalho. Agradeço, especialmente, ao Adauto Cardoso, Ana Lúcia Britto, Claudio Dutra Crespo, Filipe Souza Corrêa, Humberto Meza, Juciano Martins Rodrigues, Luciana Corrêa do Lago, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Nelson Rojas, Orlando Alves dos Santos Jr. e Suyá Quintslr.

A operacionalização dessa proposta só foi possível pela participação dos bolsistas de iniciação científica e de apoio técnico vinculados ao projeto de pesquisa – Lucas dos Santos Jambeiro, Matheus Lucas Cordovil de Oliveira, Tito Magalhães da Rosa e Marcos Alves Fernandes –, à contribuição sempre estimulante de Paula Guedes Martins Ferreira e à colaboração fundamental de Vinicius dos Reis Soares, que dividiu comigo a orientação das atividades dos bolsistas acima referidos, além de contribuir com sua competência técnica para a elaboração dos códigos de programação utilizados neste trabalho. Agradeço ao empenho de todos/as envolvidos/as nesse trabalho operacional, que foi de muita discussão e reflexão.

Agradeço ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que disponibilizou gratuitamente os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), imprescindíveis para a realização da pesquisa que ensejou esta obra. Assim, agradeço ao Gerente de Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, Leonardo Santos de Oliveira, que foi muito solícito em nos atender e esclarecer as dúvidas que tivemos na operacionalização da nossa investigação.

Agradeço, por fim, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento das bolsas de iniciação científica e de apoio técnico, obtidas no âmbito do Edital Universal de 2023, e pela bolsa de Produtividade em Pesquisa (nível 2) a mim outorgada; à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), pela taxa de bancada em pesquisa Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE) a mim concedida; ao INCT Observatório das Metrópoles que ofereceu o apoio administrativo necessário, através de Karoline Almeida de Souza e Renata Melo, e que concedeu uma bolsa de extensão no país (EXP-B), essencial para o pleno desenvolvimento das atividades do projeto de pesquisa.

PREFÁCIO

Luciana Corrêa do Lago
Professora do Nides/UFRJ

Estamos aqui diante de um trabalho inovador e de grande fôlego, desenvolvido pelo economista Marcelo Ribeiro e colaboradores. Um trabalho que expõe desafios metodológicos nada triviais. Nessa publicação, encontramos os resultados da primeira etapa de uma pesquisa em desenvolvimento, que darão sustentação a uma análise das desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras, baseada nas estratégias familiares de reprodução da vida. Já na introdução, nos é apontado o caminho analítico a ser percorrido: a construção da estrutura social familiar, objeto da presente obra, seguida pela análise das estratégias de consumo das famílias segundo suas posições na hierarquia social e ainda pela análise da inter-relação de tais estratégias com as condições urbanas de vida, buscando captar o “efeito do lugar” nas decisões familiares.

Destacarei três grandes méritos dessa construção analítica, começando pela própria unidade de análise escolhida para a leitura das desigualdades sociais: a família. Seguindo o economista Jose Luís Coraggio, a família se organiza economicamente em torno de seu fundo de trabalho doméstico, que ao mesmo tempo expressa as estratégias laborais da família e orienta suas estratégias de reprodução. Ou seja, as condições de vida das/os

trabalhadoras/es dependem fundamentalmente do uso que fazem de suas capacidades de trabalho e esse uso é definido e negociado no âmbito da unidade doméstica. Esse pressuposto permite apreendermos o caráter inovador da análise aqui apresentada.

Como nos esclarece Marcelo Ribeiro na introdução, os estudos quantitativos sobre estrutura social e sobre as desigualdades daí resultantes se baseiam na inserção laboral dos indivíduos no mercado de trabalho. Os próprios censos demográficos e as pesquisas nacionais por amostra domiciliar pressupõem o indivíduo como unidade básica de análise. Por isso o caráter inovador desse trabalho ao elaborar um método estatístico capaz de “construir” a família segundo a posição laboral de seus membros e, então, armar a estrutura social das metrópoles segundo as características laborais das famílias e não apenas do indivíduo.

Um grande desafio travado pela equipe foi desvendar os mistérios da Pesquisa de Orçamento Familiar - POF – utilizada como base estatística e sabidamente de difícil manejo. A POF define “família” como unidade de consumo, em que os membros compartilham as despesas com alimentação ou com moradia e essa definição contém elementos da noção mais ampla de família, que incorpora múltiplos processos de agregação de recursos (fundo de receitas e gastos), alocação de tarefas e decisões coletivas, definidores das estratégias familiares de reprodução da vida. Analisar tais estratégias é a tarefa posta pela equipe.

Na perspectiva de investigar as desigualdades sociais tendo como unidade de análise a família, um segundo mérito dessa obra foi trabalhar com a composição das rendas e não apenas com o valor da renda familiar *per capita*. Desvendar as diferentes fontes de renda de uma família nos aproxima das demais estratégias familiares para aquisição de renda, que se somam à estratégia laboral. Esse foi o caminho trilhado por Immanuel Wallerstein e Joan Smith quando analisaram o aumento das disparidades de renda na economia-mundo. Utilizando a unidade doméstica como unidade analítica, os autores investigaram as rendas de múltiplas fontes de cada família, a partir da tese de que a maioria das unidades domésticas no mundo moderno não pode abrir mão de um conjunto diverso de formas de renda. Especialmente nas periferias da economia-mundo, essas outras formas de renda permanecem como condição necessária à reprodução doméstica frente à retração do assalariamento, às altas taxas de exploração e aos baixos salários.

O terceiro grande mérito do trabalho está na construção multidimensional da estrutura hierárquica da sociedade brasileira, que teve como princípio norteador o entrelaçamento das dimensões do trabalho, do arranjo familiar, da raça, da educação e da renda familiar, dando à dimensão do trabalho a centralidade devida, na perspectiva da estrutura de classes. E o mérito dessa análise multidimensional está na capacidade de expor a complexidade de tal estrutura. Por exemplo, podemos observar famílias em posições distintas na hierarquia social, com tipo de arranjo familiar, situação laboral e fonte de renda convergentes. Esse é o caso de famílias unipessoais, com perfil etário mais envelhecido e renda de aposentadoria, presentes em classes sociais distintas. Em outra direção, famílias no topo da pirâmide social, com forte homogeneidade racial e educacional e composição de arranjos familiares distinta das que caracterizam as demais classes.

Aguardamos com enorme interesse os resultados da próxima etapa dessa importante empreitada analítica. O que já nos foi apresentado nessa publicação complexifica nossa compreensão da estrutura de classes da sociedade brasileira e dá subsídios para um desenho de políticas redistributivas que busquem incorporar outras dimensões da vida cotidiana das famílias brasileiras, para além da renda monetária.

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Esta obra é resultado de um projeto de investigação mais amplo inserido na rede de pesquisa INCT Observatório das Metrôpoles¹. Seu objetivo é compreender as desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras a partir das estratégias que os diferentes tipos de posição social familiar desenvolvem para a reprodução social, dadas as suas condições de vida, de moradia e sua localização territorial. Neste trabalho, procuramos apresentar uma proposta de estrutura social familiar construída segundo cinco dimensões estruturantes das famílias: o arranjo, a configuração de classe, a composição racial, o clima educativo e a composição de renda. Cada uma dessas dimensões foi considerada para a compreensão da nossa unidade de análise, que é a família.

Normalmente, os estudos que tratam da estrutura familiar são aqueles que dizem respeito aos arranjos familiares, compreendidos pelo modo como as famílias são configuradas de acordo com o grau de parentesco e as relações matrimoniais, principalmente. Nesses estudos também

¹ Atualmente, essa rede de pesquisa se constitui como um Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) do CNPq/CAPES/FAPERJ e está presente em 18 regiões metropolitanas, distribuídas em todas as macrorregiões do Brasil, e é sediada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

podem ser considerados o ciclo de vida, quando são incorporadas as diferenças geracionais no interior das configurações familiares, as relações de dependência entre aqueles que constituem e os que não constituem a força de trabalho, além das diferenças de gênero, principalmente em relação à pessoa de referência na família.

A partir dos tipos de arranjos familiares, busca-se realizar associações com outras dimensões de caráter social, como o nível de renda, as condições de moradia etc. Portanto, uma vez desenhados os diferentes tipos de arranjos familiares, toma-se esses arranjos como variáveis de referência a fim de traçar relações com outros aspectos sociais, de modo a obter uma compreensão mais abrangente sobre as famílias. Porém, mesmo assim, a definição de estrutura familiar fica reduzida à configuração dos arranjos familiares.

Geralmente, os estudos que tratam de estrutura social tomam como unidade de análise os indivíduos, sobretudo aqueles que estão ocupados no mercado de trabalho. É a partir do modo como se caracteriza a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho que são construídos esquemas de estratificação social, correspondentes a diferentes estratos ou camadas sociais, às vezes também designados como classes, de acordo com as diferentes abordagens sociológicas.

Essas abordagens, em geral, consideram que a ocupação, ou mesmo a posição na ocupação², é capaz de expressar as distintas posições da estrutura social ou as diferentes chances de vida de um indivíduo. Tomando como referência esses esquemas de estratificação social, são realizados estudos que buscam analisar as condições sociais ou os processos de mobilidade social, quando há informações ocupacionais pretéritas.

Há um grande desafio para a caracterização de classe das famílias, porque os seus diferentes membros podem se vincular às distintas posições nos esquemas de estratificação social. Uma maneira recorrente que se tem encontrado para contornar essa dificuldade é a construção de esquemas de estratificação social a partir das informações dos pais ou pessoa de referência das famílias. Tal abordagem, contudo, tende a negligenciar informações relativas aos demais membros da família, os quais podem

2 A posição na ocupação informa se o indivíduo é empregador, empregado ou trabalha por conta-própria. Sendo que dessas categorias são derivadas outras, como, por exemplo, empregado do setor privado com carteira assinada, empregado do setor privado sem carteira assinada e empregado do setor público (estatutário ou militar).

apresentar posições distintas ou chances de vida diferentes em relação aos pais ou à pessoa de referência da família.

Por outro lado, são muito comuns os estudos que tratam das condições das famílias a partir da análise de renda. A facilidade de ter a família como unidade de análise nesses estudos se deve ao fato de a renda ser uma variável numérica, permitindo a realização do seu somatório e posterior divisão entre os membros da família, definindo, assim, a renda familiar *per capita*. Essa definição tem a vantagem de todos os membros de uma família terem o mesmo nível de renda, o que possibilita os colocar em comparação, em relação aos membros das demais famílias. São estudos que conseguem avançar em análises de desigualdade de renda e sobre as situações de pobreza e extrema pobreza familiares.

Apesar dessa vantagem, essas análises tendem a se restringir ao nível de renda da família. São poucos os estudos que tratam da composição de renda, mesmo que haja uma grande diversidade dos tipos de rendimento existentes em cada família. Mas a dificuldade de realização de estudos sobre a composição de renda se deve, entre outros motivos, por não haver bases de dados acessíveis suficientes que apresentem o detalhamento dos tipos de rendimento. Quando essas bases estão disponíveis, também há a dificuldade operacional de manejar o conjunto de dados existentes, o que necessariamente requer software especializado por se tratar de uma massa muito grande de informações, como é o caso da Pesquisa de Orçamento Familiar [POF] do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (IBGE, 2019).

Neste trabalho, procuramos contornar os diversos desafios apontados acima para construir uma proposta de estrutura social familiar que considere o arranjo, a configuração de classe e a composição de renda das famílias. Além disso, ao reconhecer que a estrutura social brasileira foi fortemente constituída a partir das relações raciais que se estabeleceram nessa sociedade e que o capital escolar cumpre um papel importante no destino social da população, resolvemos incorporar na definição de estrutura social familiar a composição racial e o clima educativo das famílias. Assim, construímos uma tipologia de posição social familiar a partir de cinco dimensões: arranjo, configuração de classe, composição racial, clima educativo e composição de renda.

A construção da estrutura social familiar a partir das cinco dimensões elencadas acima parte do entendimento de que essas dimensões estão

imbricadas na conformação dos diferentes grupos sociais existentes nas metrópoles brasileiras. E o modo como se apresenta essa conformação é determinante nas estratégias que as famílias implementam para a reprodução social dos seus membros. Vale ressaltar, todavia, que essas estratégias dependem também da localização territorial das famílias no espaço metropolitano, tendo em vista os padrões de segregação socioespacial que configuram historicamente as metrópoles brasileiras. Porém, neste trabalho, vamos tratar basicamente da estrutura social familiar. A sua relação com as estratégias de reprodução social e sua associação com a localização territorial no interior da metrópole serão discutidas em trabalhos posteriores. Assim, cada uma das dimensões conformadoras da estrutura social familiar foi escolhida à luz das estratégias de reprodução social.

O modo como cada família se configura a partir das suas relações de parentesco e das relações matrimoniais é um ponto de partida fundamental para a compreensão da estrutura social familiar e das estratégias implementadas pelas famílias para assegurar a reprodução social dos seus membros. Isso porque na sociedade em que vivemos a família se apresenta como o núcleo primário de socialização. É a partir dessa vinculação que seus integrantes estabelecem outras relações com o mundo social, constituindo a trajetória de vida de cada um.

Ao mesmo tempo que expressam certas condições sociais, as diferenças de classe dos membros das famílias, resultado da composição de seus capitais econômicos e culturais, permitem apreender as tomadas de posição para o tipo de reprodução social que se constitui em cada família, tendo em vista as possibilidades e os limites das escolhas realizadas ou mesmo da impossibilidade de realizá-las (Bourdieu, 2008). Portanto, a identificação das famílias segundo sua configuração de classe é fundamental para a compreensão da estrutura social e para a avaliação das estratégias adotadas para a constituição de sua reprodução social.

Nas metrópoles brasileiras, as diferentes classes precisam ser relacionadas às diferenças raciais existentes entre as famílias, tendo em vista que o modo de integração social dos diversos grupos raciais está relacionado aos processos estruturais de discriminação racial que recaem sobre a população negra, especialmente das pessoas de cor preta, distinguindo-a socialmente da população branca. Esses processos de distinção social também são conformadores de estruturas estruturantes de cada

grupo social e das pessoas que os constituem. Portanto, a estrutura de discriminação racial exerce papel importante pelo modo como as tomadas de posição serão realizadas por cada grupo social segundo o seu atributo racial.

Ao mesmo tempo que o capital escolar obtido pelos membros adultos ou idosos da família é capaz de expressar o destino social alcançado em termos ocupacionais no mercado de trabalho ou em outras configurações institucionais – como a própria família, por exemplo –, também exerce influência na trajetória social dos seus membros mais jovens (Ribeiro e Koslinski, 2010). Para a realidade brasileira, especialmente nos espaços metropolitanos, a educação assume uma particularidade na análise da mediação entre origem e destino social (Cardoso, 2008), razão pela qual consideramos que essa variável seja muito relevante para a análise da estrutura social familiar.

O modo como se constitui a composição de renda das famílias, ainda que elas correspondam à mesma configuração de classe, é capaz de expressar diferentes estratégias adotadas para a reprodução social a partir dos princípios de comportamento vinculados ao mercado ou por princípios de comportamento caracterizados pela redistribuição, reciprocidade ou domesticidade (Polanyi, 2000). Essa constatação permite apreender como diferentes princípios de comportamento são mobilizados pelas famílias de diferentes classes para assegurar sua reprodução social. Isso pode ser revelador do grau de dependência ou do papel conferido pelas famílias às diferentes instituições sociais que expressam os seguintes princípios de comportamento: mercado, Estado, sociedade e família.

Vale ressaltar que, apesar de as relações de gênero³ serem fundamentais nessa estrutura e nas estratégias daí decorrentes, a sua não incorporação na conformação da estrutura social familiar se deve ao fato de a distribuição entre homens e mulheres ser praticamente homogênea na população, o que pode refletir no interior das famílias, tendo em vista a redução do número de seus integrantes nas últimas décadas (Medeiros e Osório, 2000). Por outro lado, se fôssemos considerar a composição sexual familiar, considerando que há apenas informações de homens e mulheres

3 As relações de gênero em pesquisas domiciliares dizem respeito apenas às relações entre homens e mulheres, tendo em vista que nesse tipo de pesquisa ainda não há perguntas que capturem outras situações de gênero. Mesmo na pergunta que trata da relação de parentesco com a pessoa de referência na família, em que já se identifica cônjuge do mesmo sexo, as respostas ainda são pouco expressivas.

nas pesquisas domiciliares do IBGE, só teríamos três opções com pouco significado sociológico: famílias homogeneamente femininas, famílias homogeneamente masculinas e famílias sexualmente heterogêneas. Uma das características sexuais que importa, dotada de notável significado sociológico, diz respeito ao sexo da pessoa de referência da família. Isso será retomado posteriormente, tendo em vista que será avaliada a posição social das famílias em relação ao sexo da pessoa de referência, razão pela qual entendemos que não haverá prejuízo pela sua não incorporação na conformação da estrutura social familiar.

A fase da pesquisa dedicada a refletir sobre as estratégias de reprodução social será realizada em trabalhos posteriores. Cabe aqui, no entanto, adiantar algumas breves considerações sobre como estamos entendendo essas categorias analíticas, começando pela ideia de estratégia, o que, ao mesmo tempo, vem mobilizando nosso esforço para a construção de uma tipologia de posições sociais familiares.

É preciso deixar claro que, a despeito de a palavra estratégia significar uma “ação planejada, conscientemente programada e determinada” (Trigo, 1998), o sentido atribuído à estratégia nesta pesquisa se refere tanto a uma decorrência do senso prático, da maneira preconizada por Pierre Bourdieu (2004), quanto a um cálculo racional realizado pelos membros da família.

Como senso prático, a estratégia se refere às disposições incorporadas (*habitus*) nos agentes sociais ao longo de suas trajetórias de vida a partir da posição ocupada no espaço social ou nos campos do espaço social de que participam, considerando as condições ou recursos acumulados, de modo a permitir o estabelecimento das escolhas ou tomadas de decisão. Nesse sentido, as decisões sobre a escola que os filhos vão estudar, o tipo de alimentação que será consumida, o modo como será praticado o tempo de lazer, entre outros aspectos, são escolhas realizadas pelas famílias conformadas por estratégias que dependem das suas condições existentes e das disposições incorporadas pelos seus membros. Essas estratégias não são, necessariamente, conscientes, embora se possa tomar consciência das práticas sociais desenvolvidas.

Ao reafirmar que as estratégias podem ser decorrentes do senso prático, mas também da realização de um cálculo racional, consideramos que as famílias as realizam diante de suas condições existentes, a partir do conjunto de recursos que possuem ou controlam. Esses recursos podem ser transformados em ativos, quando por meio deles se tem

acesso às estruturas de oportunidades referente ao Estado, ao mercado ou à sociedade. As estruturas de oportunidades são definidas como as probabilidades de acesso a bens, a serviços ou ao desempenho de atividades (Kaztman e Filgueira, 1999).

A reprodução social se refere, num primeiro plano, à manutenção das condições de vida dos seres humanos existentes, o que requer a apropriação de parte da riqueza material produzida socialmente, inclusive necessária para a garantia da constituição de novas gerações, por meio do processo biologicamente reprodutivo. No entanto, num plano mais abrangente, a reprodução social diz respeito à manutenção da posição ocupada pelos agentes no espaço social – mesmo que realizadas mudanças horizontais – ou o seu deslocamento, principalmente, para posições mais elevadas⁴ – característica de mudanças verticais –, o que se dá por meio de estratégias que são tomadas pelos agentes sociais a partir dos campos do espaço social de que participam.

Como a família nas sociedades modernas se apresenta como núcleo primário de socialização dos agentes sociais, em certa medida determinando as trajetórias de sucesso ou insucesso de cada um deles, as estratégias de reprodução social adotadas são centrais para a análise das desigualdades sociais. Por esse motivo, torna-se relevante compreender as diferentes posições sociais das famílias ou a estrutura social familiar, especialmente em se tratando daquelas que desenvolvem suas estratégias nas metrópoles brasileiras. Posteriormente, avançaremos nos estudos dessas estratégias, por meio da análise do modo como os gastos são realizados na unidade doméstica.

A pesquisa que resultou nesta obra utilizou dados da POF 2017-2018, tendo em vista que essa base de dados:

Visa, principalmente, mensurar as estruturas de consumo, dos gastos, dos rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias. Possibilita traçar, portanto, um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos” (IBGE, 2019, p. 7).

A riqueza dessa base de dados é, ao mesmo tempo, expressão do desafio de sua operacionalização. A POF/IBGE é um levantamento amostral⁵ cujo

4 Eventualmente, esses deslocamentos podem se dar para posições inferiores.

5 Embora seja um levantamento amostral, o IBGE realiza uma operação de expansão da amostra,

resultado está organizado em bases de dados distintas que precisam ser relacionadas a diversos arquivos auxiliares, tendo em vista o conjunto de informações coletadas de todos os membros das famílias, por um período de 9 dias consecutivos durante o ano de realização da pesquisa. Nesses dias, são aplicados vários instrumentos de coleta⁶ que objetivam obter informações diversas sobre as condições de vida dos moradores, sendo que muitas dessas informações se referem a períodos distintos, podendo ser de 7 dias, 30 dias, 90 dias ou 12 meses. A POF 2017-2018 foi realizada no período de 11 de julho de 2017 a 9 de julho de 2018, sendo que a data de referência fixada para a compilação, análise e apresentação dos resultados foi 15 de janeiro de 2018.

É importante ressaltar que a definição de família na POF diz respeito à unidade de consumo, podendo ser constituída por um ou mais membros, desde que compartilhem as despesas com alimentação ou com moradia no mesmo domicílio. Essa definição é diferente das demais pesquisas domiciliares realizadas pelo IBGE, que consideraram a família a partir das relações de parentesco ou matrimoniais, dependência doméstica ou normas de convivência. Apesar disso, há grande aproximação entre as duas definições de família. Em um domicílio pode haver mais de uma família, desde que a relação entre seus moradores não se enquadre na definição de unidade de consumo acima referida.

A opção pelas metrópoles brasileiras para a realização desta pesquisa se deve ao fato de o Brasil ter se constituído como um país urbano nas últimas décadas. A vida urbana nas metrópoles apresenta particularidades que lhes são inerentes, especialmente quando procuramos compreender as estratégias de reprodução social, o que será foco da nossa pesquisa em momento posterior. Isso significa que as estratégias de reprodução social em contextos urbanos de cidades menores ou mesmo de áreas rurais seriam diferentes daquelas existentes nas grandes cidades, considerando que as relações sociais nesses espaços assumem outras características.

O que estamos chamando de metrópoles brasileiras, nesta obra,

de modo a permitir a análise da população. Para os resultados desta obra, foi aplicado o peso de expansão da amostra.

- 6 Na POF 2017-2018, foram aplicados sete instrumentos de coleta: POF1 – Questionário de características dos domicílios e dos moradores; POF2 – Questionário de aquisição coletiva; POF3 – Caderneta de aquisição coletiva; POF4 – Questionário de aquisição individual; POF5 – Questionário de trabalho e rendimento individual; POF6 – Avaliação das condições de vida; POF7 – Bloco de consumo alimentar pessoal.

corresponde ao conjunto das regiões metropolitanas com dados disponíveis na POF 2017-2018. Reconhecemos que essa denominação corresponde apenas às configurações espaciais que assumem protagonismo na rede urbana do país, conforme a definição estabelecida no REGIC/IBGE [Regiões de Influência de Cidades] (REGIC, 2020). Porém, a título de melhor comunicação, estamos incorporando todas as regiões metropolitanas na base de dados sob a denominação de metrópole⁷. Essas regiões metropolitanas eram aquelas institucionalizadas por lei, no momento de levantamento de dados da POF/IBGE, e que tinham como cidade núcleo uma capital de estado. Eram, portanto, as regiões metropolitanas de Manaus, Belém, Macapá, São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia. Além desses espaços, foi incorporada também a área do Distrito Federal.

Todas as classificações construídas nesta obra foram operacionalizadas por meio de uma programação computacional, a partir linguagem R e RStudio, aplicada aos dados da POF 2017-2018 (IBGE, 2019) para as metrópoles brasileiras disponíveis nessa base de dados. Somente para a construção da tipologia de posições sociais familiares é que foi utilizado o software StatLab, por meio da aplicação da análise de correspondência múltipla e da classificação hierárquica ascendente. Esses procedimentos foram também replicados na linguagem R.

Cada uma das dimensões selecionadas para a construção da proposta de estrutura social familiar tem suas particularidades na análise social brasileira. Por isso, antes de realizarmos a apresentação dos procedimentos de construção da tipologia de posições sociais e sua posterior análise, resolvemos apresentar cada uma delas a fim de situar o campo de discussão em que estão inseridas, o modo como cada dimensão foi operacionalizada, a análise dos seus resultados e sua relação com outros aspectos sociais para as metrópoles do país disponíveis na base de dados da POF 2017-2018. Embora nosso esforço analítico seja de construção da estrutura social familiar a partir das cinco dimensões mencionadas, a análise sobre cada uma delas pode apresentar particularidades que lhes são inerentes e, ao mesmo tempo, contribuir para uma melhor compreensão do conjunto

⁷ No REGIC/IBGE, das 15 configurações espaciais denominadas de metrópole, 14 estavam com dados disponíveis na POF, com exceção de Campinas e dos municípios goianos localizados no entorno do Distrito Federal.

das posições sociais das famílias.

Por esse motivo, esta obra está organizada em seis capítulos, além desta introdução e da conclusão. Nos cinco primeiros capítulos, são apresentadas cada uma das dimensões da estrutura social familiar: arranjo, configuração de classe, composição racial, clima educativo e composição de renda. No sexto capítulo, é apresentada a operacionalização da construção da proposta de estrutura social familiar nas metrópoles brasileiras, com a descrição do seu resultado.

Apesar de a tipologia ser uma ferramenta analítica de simplificação do fenômeno social que está sendo investigado, ela tem a grande vantagem de capturar os aspectos mais relevantes de sua representação, motivo pelo qual se torna um notável instrumento de análise, quando estamos diante de um fenômeno de grande complexidade, como são as diferentes posições da estrutura social familiar. Esperamos que esta obra possa contribuir para o avanço na compreensão da diversidade das famílias nas metrópoles brasileiras.

FIGURA 1

REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL COM DADOS DISPONÍVEIS NA PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES 2017-2018



Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras” - Observatório das Metrôpoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

CAPÍTULO 1

ARRANJO FAMILIAR

CAPÍTULO 1

ARRANJO FAMILIAR

Marcelo Gomes Ribeiro
Vinicius dos Reis Soares
Paula Guedes Martins Ferreira
Tito Magalhães da Rosa

Normalmente, os estudos sobre estrutura familiar são realizados a partir da compreensão do seu arranjo, que corresponde à maneira como se constitui a configuração entre os seus membros, referente às relações matrimoniais e de parentesco. O entendimento dos vínculos que se configuram em cada arranjo familiar é importante por vários motivos. Dentre eles, podemos considerar a realização de análises sobre as estratégias de reprodução social que são adotadas em cada situação particular a partir do ciclo de vida de seus membros e do tamanho da família, considerando as relações de dependência de alguns deles, como crianças ou idosos e aqueles que efetivamente contribuem para o orçamento doméstico. Assim, é preciso considerar também as relações de gênero estabelecidas. Nessas estratégias, podemos levar em conta, ainda, a relação de cuidado existente entre os membros da família e o modo como o compartilhamento do tempo ocorre entre eles (Medeiros e Osório, 2000).

A configuração dos arranjos familiares em cada contexto histórico é resultado das condições sociais, demográficas e econômicas em que estão inseridos. Mudanças nos valores da sociedade referentes à vida familiar e à própria concepção de família, questões como a legalização do divórcio, alterações do padrão de fecundidade e maior inserção de

mulheres no mercado de trabalho são exemplos de condições que afetam o modo como as famílias vão se configurar em cada contexto histórico particular (Ribeiro, 2015). Isso significa que as análises sobre os arranjos familiares precisam ser situadas espacial e temporalmente.

Pelos motivos expostos, é necessário ter como referência as configurações de arranjo familiar existentes para a compreensão sobre a estrutura social familiar, considerando que essas configurações são características importantes, mas não exclusivas. Por isso, incorporamos a classificação de arranjo familiar para a análise nas metrópoles do país.

Neste trabalho, estamos adotando a definição de arranjo familiar correspondente à unidade de consumo, como definida na POF 2017-2018 (IBGE, 2019), de acordo com o que foi apresentado na introdução. Nessa definição, pode haver mais de uma unidade de consumo em um domicílio, apesar de a situação mais típica ser a existência de apenas uma única unidade de consumo no domicílio. Cada unidade de consumo possui uma pessoa de referência, que é a pessoa responsável pelas despesas da habitação¹.

A composição da unidade de consumo é compreendida pelo tipo de vínculo que os demais membros possuem em relação à pessoa de referência, quando há mais de uma pessoa na unidade de consumo. Para a composição do arranjo familiar, além da pessoa de referência, foram consideradas as seguintes situações de seus integrantes: cônjuge (do mesmo sexo ou de sexo diferente), filho da pessoa de referência e do cônjuge, filho somente do cônjuge, enteado(a), genro ou nora, pai, mãe, padrasto ou madrasta, sogro(a), neto(a), bisneto(a), irmã ou irmão, avô ou avó, outro parente, convivente², agregado(a)³ e pensionista. Não foram incluídas nos arranjos familiares as situações de empregado(a) doméstico(a) e parente de empregado(a) doméstico(a).

Para a construção da classificação de arranjo familiar que utilizamos neste trabalho, consideramos somente as relações matrimoniais e as relações

1 Essas despesas dizem respeito ao pagamento do aluguel ou ao pagamento da prestação do imóvel, caso não esteja quitado, ou ao pagamento de outras despesas habitacionais (condomínio, imposto predial, serviços e taxas do domicílio etc.). Caso nenhuma dessas condições sejam satisfeitas, a pessoa de referência é aquela indicada pelos membros da unidade de consumo.

2 Convivente corresponde à situação de pessoa que, sem ser parente da pessoa de referência, dividia as despesas de alimentação e/ou moradia.

3 Agregado(a) corresponde à situação de pessoa que, sem ser parente da pessoa de referência, não dividia as despesas de alimentação e/ou moradia.

QUADRO 1
CLASSIFICAÇÃO DE ARRANJO FAMILIAR

Unipessoal	1
Pessoa [s/ cônjuge] com filhos	2
Pessoa [s/ cônjuge] com outros membros	3
Pessoa [s/ cônjuge] com filhos e outros membros	4
Casal	5
Casal com filhos	6
Casal com outros membros	7
Casal com filhos e outros membros	8

Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras” - Observatório das Metrôpoles.

de parentesco em relação à pessoa de referência, que necessariamente precisa ter 15 anos ou mais de idade, de acordo com a definição de geração (crianças, adultos e idosos) da POF⁴. Sendo assim, foram destacadas a existência ou não de cônjuge, a existência ou não de filhos(as) e agrupadas todas as demais situações de parentesco, inclusive as situações de conviventes, agregados e pensionistas, sob a designação de “outros membros”. Foram considerados filhos aqueles ou aquelas da pessoa de referência e do cônjuge, aqueles ou aquelas somente da pessoa de referência e os(as) enteados(as). Desse modo, as categorias de arranjo familiar ficaram estabelecidas conforme o Quadro 1.

Características das famílias segundo o arranjo familiar

A caracterização dos arranjos familiares foi realizada de acordo com a classificação acima apresentada, que foi construída a partir da composição dos membros da unidade de consumo em relação à pessoa de referência. O total de pessoas das metrópoles brasileiras existentes nas unidades de

4 São consideradas crianças as pessoas de até 14 anos de idade; adultos, pessoas de 15 a 64 anos de idade; idosos, as pessoas de 65 anos ou mais de idade.

consumo correspondeu a 76.680.580. Como podemos observar, de acordo com a Tabela 1.1, havia 25.898.337 pessoas de referência nas regiões metropolitanas brasileiras ou 33,8% do total, o que corresponde ao número de arranjos familiares, tendo em vista que toda família tinha uma pessoa de referência e só havia uma pessoa de referência por família. Na sequência, as maiores composições eram de filhos e de cônjuges, correspondentes a 34% e 20,5%, respectivamente. Esses dados demonstram que as relações mais típicas existentes nos arranjos familiares eram as de parentescos de primeiro grau, referente aos filhos em geral, e as de matrimônio, pois somadas representavam 54,5% do tipo de composição familiar. Quando somadas com a proporção de pessoas de referência, essas relações correspondiam a 88,2% do total de pessoas.

Devido ao fato de as demais composições (genro ou nora, pai, mãe, padrasto ou madrasta, sogro(a), neto(a), bisneto(a), irmã ou irmão, avô ou avó, outro parente e convivente) expressarem participações muito reduzidas – apenas 11,6% juntas – se justifica a sua agregação sob a designação de “outros membros”. A participação das categorias que não foram consideradas para a construção da configuração de arranjo familiar – empregado(a) doméstico(a) e parente de empregado(a) doméstico(a) – correspondia a somente 0,1% de participação, portanto, muito pequena.

A distribuição das 99,9% das pessoas que constituíam os arranjos familiares pode ser observada no Gráfico 1.1. Constatamos que o arranjo familiar de maior proporção correspondia ao de casal com filhos, que representava 36,2%, um pouco mais de um terço do conjunto de arranjos familiares. Com proporções próximas, os demais arranjos familiares de maiores participações eram somente de casal [15,6%], unipessoal [14,4%] e de pessoa sem cônjuge e com filhos [12,6%]. Esses quatro principais arranjos correspondiam a 78,8% das famílias nas metrópoles do país. Os arranjos familiares de menores participações eram, em ordem decrescente, os de casal com filhos e outros membros [6,6%], pessoa sem cônjuge e outros membros [6,4%], pessoa sem cônjuge, com filhos e outros membros [6,0%] e casal com outros membros [2,2%].

Quando se consideram todos os arranjos constituídos por casais, podemos observar que eles representavam 61% do total de famílias nas metrópoles brasileiras. Portanto, mais da metade das famílias, ou exatamente três quintos delas, se configuravam por ter relações matrimoniais constituídas com a pessoa de referência. Em relação aos demais arranjos, se

TABELA 1.1

COMPOSIÇÃO DE MORADORES DAS UNIDADES DE CONSUMO NAS METRÓPOLES DO BRASIL

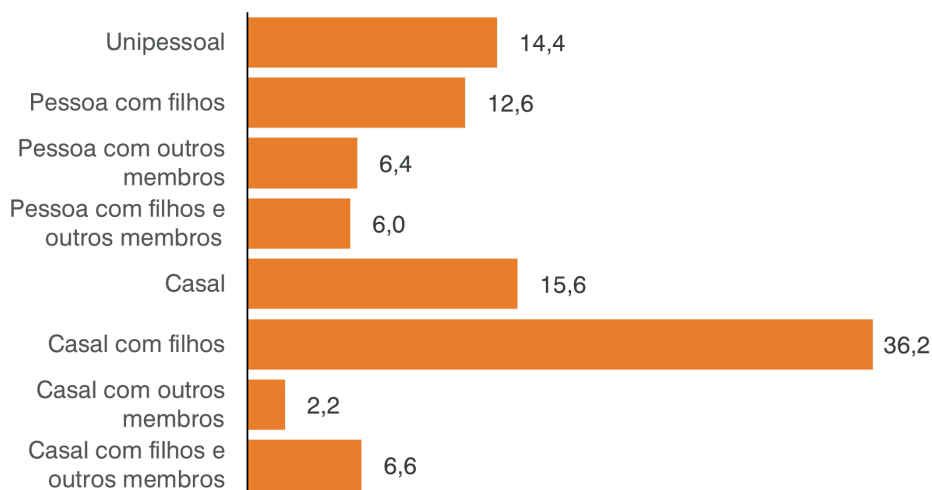
COMPOSIÇÃO DE MORADORES	N.	%
Pessoa de referência da UC	25.898.337	33,8
Cônjuge ou companheiro(a) de sexo diferente	15.582.812	20,3
Cônjuge ou companheiro(a) do mesmo sexo	122.705	0,2
Filho(a) da pessoa de referência e do cônjuge	16.044.948	20,9
Filho(a) somente da pessoa de referência	8.665.854	11,3
Filho(a) somente do cônjuge	1.395.760	1,8
Genro ou nora	734.059	1,0
Pai, mãe, padrasto ou madrasta	1.354.958	1,8
Sogro(a)	320.220	0,4
Neto(a)	3.422.854	4,5
Bisneto(a)	103.472	0,1
Irmão ou irmã	1.227.242	1,6
Avô ou avó	58.919	0,1
Outro parente	1.310.464	1,7
Agregado(a) – não parente que não compartilha despesas	96.198	0,1
Convivente – não parente que compartilha despesas	336.187	0,4
Pensionista	5.590	0,0
Empregado(a) doméstico(a)	41.028	0,1
Parente do(a) empregado(a) doméstico(a)	4.325	0,0
Total	76.725.932	100,0

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE, 2019).

destacavam as famílias unipessoais e as famílias cuja pessoa de referência possuía filhos(as). Essas duas configurações de famílias correspondiam a 27% do total de famílias existente nas metrópoles do país.

Quando se consideram todos os arranjos com a presença de filhos(as), havia 61% de famílias, seja de filhos(as) vinculados(as) a arranjos de casais, seja de filhos(as) de arranjos em que a pessoa de referência não possuía cônjuge. Por outro lado, 39% dos arranjos familiares não possuíam

GRÁFICO 1.1

ARRANJO FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]

Fonte: Projeto de pesquisa "Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras" - Observatório das Metrôpoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

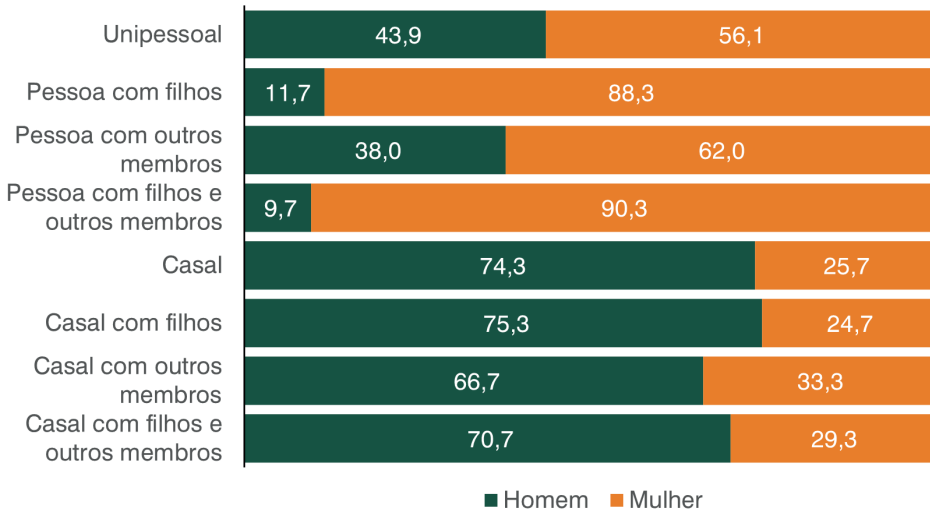
filhos, desses se destacavam aqueles constituídos somente por casais e os unipessoais.

Algumas características demográficas e sociais dos arranjos familiares

Para ilustrar algumas características demográficas e sociais das famílias, vamos utilizar de análise descritiva a partir das variáveis de sexo da pessoa de referência, do tamanho das famílias, segundo o seu número de membros, e da média da renda monetária *per capita* familiar.

A maior proporção das famílias nas metrópoles brasileiras tinha homens como a pessoa de referência, correspondente a 56%, enquanto 44% delas eram as mulheres a pessoa de referência. Como podemos visualizar no Gráfico 1.2, as famílias constituídas por casais tinham em sua maioria homens como a pessoa de referência, sobretudo quando se trata de arranjos constituídos somente por casais ou de casais com filhos. Quando havia a presença de outros membros, aumentava a proporção de mulheres como

GRÁFICO 1.2

SEXO DA PESSOA DE REFERÊNCIA SEGUNDO O ARRANJO FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]

Fonte: Projeto de pesquisa "Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras" - Observatório das Metrópoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

pessoa responsável, ainda que os homens continuassem apresentando a maior proporção.

As famílias unipessoais e pessoa de referência sem cônjuge tinham em maior proporção as mulheres como pessoa responsável, principalmente para os arranjos em que havia filhos(as), retratando a situação típica de mãe solo – com ou sem a presença de outros membros. Os arranjos constituídos com a presença de outros membros poderiam ser aqueles em que esses outros membros apresentavam dependência de cuidados, como as situações de idosos, motivo pelo qual as mulheres apresentavam maior proporção como pessoa de referência. Ambas as situações são reveladoras das desigualdades das relações de gênero no país, expressas nas condições de homens e de mulheres.

Os tamanhos mais comuns dos arranjos familiares nas metrópoles brasileiras, segundo o número de membros, eram aqueles constituídos por 2 pessoas e por 3 pessoas, representando 27% das famílias, respectivamente, conforme Tabela 1.2. Juntos, os arranjos familiares de 2 ou 3 membros representavam pouco mais da metade do número de

TABELA 1.2

NÚMERO DE MEMBROS SEGUNDO O ARRANJO FAMILIAR EM RELAÇÃO AO TOTAL DE FAMÍLIAS NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]

ARRANJOS FAMILIARES	NÚMERO DE MEMBROS					TOTAL
	1	2	3	4	5+	
Unipessoal	14,4	-	-	-	-	14,4
Pessoa c/ filhos	-	7,6	3,6	1,0	0,5	12,6
Pessoa c/ outros membros	-	3,9	1,5	0,5	0,5	6,4
Pessoa c/ filhos e outros membros	-	-	2,0	1,9	2,1	6,0
Casal	-	15,6	-	-	-	15,6
Casal c/ filhos	-	-	18,0	13,7	4,5	36,2
Casal c/ outros membros	-	-	1,5	0,5	0,2	2,2
Casal c/ filhos e outros membros	-	-	-	2,2	4,4	6,6
Total	14,4	27,1	26,7	19,7	12,2	100,0

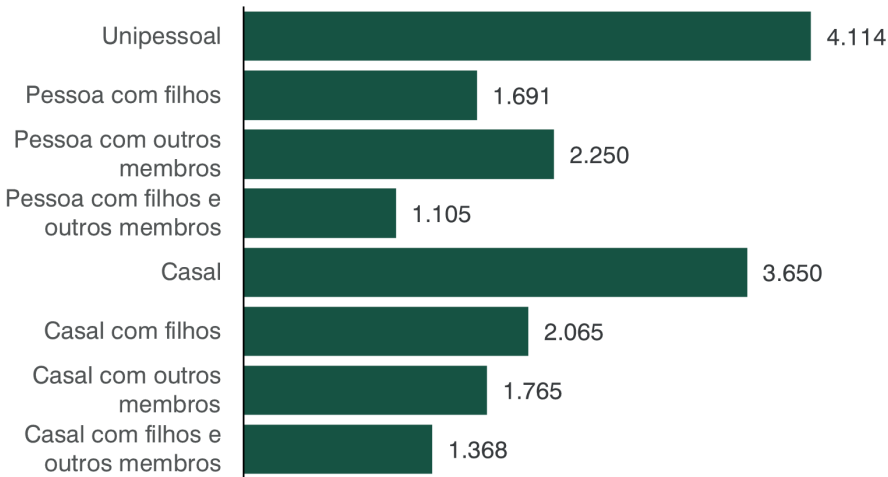
Fonte: Projeto de pesquisa "Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras" - Observatório das Metrópoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

famílias. Na sequência, se observa famílias constituídas por 4 pessoas [20%], de apenas 1 pessoa [14%], correspondente às famílias unipessoais, e, por último, por 5 ou mais pessoas [12%].

Das famílias constituídas por 2 pessoas, mais da metade era de arranjo configurado apenas por casais, seguido de arranjos de pessoa de referência sem cônjuge e com filho(a), portanto de um(a) único(a) filho(a), e de pessoa de referência sem cônjuge e com outro membro. Famílias com 2 pessoas representavam a maior proporção para os dois últimos tipos de arranjo familiar.

Em relação às famílias constituídas por 3 pessoas, a maior proporção era de arranjo de casal com filhos(as), o que significa que esses casais possuíam apenas um(a) filho(a). Esse formato era seguido por arranjo familiar de pessoa de referência sem cônjuge e com filhos(as), que neste caso correspondia à existência de dois filhos na família, e de pessoa de referência sem cônjuge com filhos e outros membros, significando, portanto, a presença de um(a) filho(a) na família. Outros dois arranjos de menor proporção constituídos por 3 pessoas eram o de pessoa de referência sem

GRÁFICO 1.3
RENDA MONETÁRIA MÉDIA *PER CAPITA* FAMILIAR SEGUNDO O ARRANJO FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM R\$]



Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras” - Observatório das Metrópoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

cônjuge e com outros membros e o de casal com outros membros.

As famílias de 4 e de 5 pessoas ou mais eram aquelas que possuíam maior diversidade de arranjos familiares, mesmo assim havia concentração das primeiras no arranjo de casal com filhos(as), portanto de casais com 2 filhos(as), e concentração das famílias de 5 pessoas ou mais em arranjos de casal com apenas filhos(as) e de casal com filhos(as) e outros membros. Este último apresentava maior proporção nas famílias de 5 pessoas ou mais.

Os arranjos familiares de maior média de renda monetária *per capita* nas metrópoles do país eram os unipessoais, com média de R\$4.114, e os de casais, com média de R\$3.650. Na sequência, os arranjos de pessoa sem cônjuge e com outros membros, casal com filhos(as), casal com outros membros e pessoa sem cônjuge e com filhos(as) apresentavam média de renda semelhante⁵, variando de R\$2.250 a R\$1.691. Por último, os arranjos de casal com filhos e outros membros e de pessoa sem cônjuge, com

5 A afirmação de semelhança decorre da análise de significância estatística feita pelo método de Tukey.

filhos e outros membros, apresentavam as menores médias de renda, sendo também semelhantes entre eles⁶, respectivamente de R\$1,368 e de R\$1.105.

Ao considerar a análise anterior do tamanho das famílias segundo o arranjo familiar, podemos considerar que os arranjos que possuíam menor número de pessoas eram aqueles de maior nível de renda média, como eram os arranjos unipessoais e de casais. Os arranjos com maior proporção de membros, como eram os arranjos de casal com filhos(as) e outros membros e de pessoa sem cônjuge, com filhos(as) e outros membros, eram aqueles com menor média de renda. Isso leva a crer que o compartilhamento da renda entre as famílias maiores torna sua renda média menor em comparação às famílias de número de membros mais reduzidos.

Se o tamanho da família importava para a definição de sua renda média, na análise descritiva que estamos realizando parece que não havia correspondência dessa média com o fato de o arranjo familiar ter como pessoa de referência mulheres ou homens. Essa hipótese se justifica pelo fato de que havia semelhança entre a renda média de pessoa sem cônjuge e com outros membros, pessoa sem cônjuge e com filhos, casal com filhos e casal com outros membros. Os dois primeiros arranjos tinham maior proporção de mulheres como pessoa de referência e os dois últimos maior proporção de homens. Ressaltamos, no entanto, a importância de estudos de caráter mais analítico que sejam capazes de testar se essa hipótese se confirma.

Considerações finais

Procuramos apresentar a classificação do arranjo familiar, ilustrando por meio dele algumas características demográficas e sociais de modo a demonstrar sua importância para a compreensão da estrutura social familiar nas metrópoles brasileiras. Seja do ponto de vista da diferença de sexo da pessoa de referência, seja com relação ao tamanho da família, considerando, ainda, a média da renda monetária *per capita*, observamos diferenças expressivas entre os arranjos familiares.

Havia diferença evidente nos tipos de arranjos que tinham maior proporção

6 Essas duas categorias não apresentavam significância estatística também com pessoas com outros membros e casal com outros membros. Além disso, casal com filhos e outros membros não apresentavam significância estatística, ainda, com pessoa com filhos(as).

de mulheres como pessoa de referência e naqueles de maior proporção de homens. As mulheres se destacaram nos arranjos em que não havia cônjuge da pessoa de referência, ao passo que os homens se destacavam exatamente nos arranjos constituídos por casais.

As maiores proporções de famílias eram de 2 pessoas, com destaque para as de casal, as famílias de 3 pessoas, com destaque para as de casais com filho(a), as famílias unipessoais e as famílias de 4 pessoas, principalmente de casal com filho(a). Juntas, essas configurações de famílias correspondiam a mais da metade dos arranjos familiares. Ainda se destacaram, mas em menor proporção, as famílias de 2 pessoas, constituídas com a pessoa de referência sem cônjuge e com filho(a), e as famílias de 5 pessoas ou mais, constituídas por casais com filhos(as) e com outros membros e aquelas somente por casais com filhos(as).

A renda média monetária *per capita* familiar se revelou mais elevada nas famílias unipessoais e de casais, ao passo que era menor nas famílias de casais com filhos(as) e outros membros e de pessoa sem cônjuge, com filhos(as) e outros membros. Esse resultado sugere que as famílias menores tendiam a ter maiores níveis de renda, ao contrário das famílias maiores, que tendiam a ter menores níveis de renda.

CAPÍTULO 2

CONFIGURAÇÃO DE CLASSE FAMILIAR

CAPÍTULO 2

CONFIGURAÇÃO DE CLASSE FAMILIAR

Marcelo Gomes Ribeiro
Vinicius dos Reis Soares
Marcos Alves Fernandes

Os estudos sobre estrutura de classe estão inseridos no campo de pesquisa de estratificação social. Tornou-se tradicional nesse campo, sob diferentes abordagens teóricas – funcionalista, weberiana ou marxista –, a construção de esquemas de estratificação, tomando como variável principal a ocupação dos indivíduos no mercado de trabalho. Isso porque se considera que a posição representativa de cada uma das ocupações seria mais expressiva da estrutura de classes ou da estrutura social do que outras variáveis que frequentemente também costumam ser acionadas, como a renda ou a escolaridade, por exemplo. O modo de construção de cada um dos esquemas segue orientações teóricas distintas e, portanto, critérios diferentes, podendo inclusive ser construído buscando a relação com outras variáveis (Davis e Moore, 1977; Erikson, Goldthorpe e Portocarero, 1982; Wright, 1980).

Esses estudos de estratificação social são utilizados para a compreensão das desigualdades sociais existentes nas sociedades. Servem também como ferramentas analíticas para a compreensão dos mecanismos de mobilidade social, quando há informações sobre a ocupação pretérita dos indivíduos investigados (mobilidade de curta distância) ou dos seus pais (mobilidade de longa distância). Nesse sentido, esses estudos contribuem

para analisar a capacidade de cada sociedade quanto aos processos de abertura ou de fechamento social, considerando seus mecanismos sociais explicativos, principalmente quando se incorpora nas análises as dimensões raciais, de gênero ou geracional.

Geralmente, esses estudos são feitos a partir de esquemas de estratificação social construídos a partir de atributos dos indivíduos, dissociados, portanto, de seu núcleo familiar, que, a rigor, se constitui como o espaço primário de socialização. Apesar de a família já ter sido reconhecida como unidade analítica fundamental, especialmente porque muitas escolhas que os indivíduos realizam ou constrangimentos que sofrem advêm de estratégias tomadas pela família (Bourdieu, 2008; Crompton, 2006), ainda continua preponderante a utilização de esquemas de estratificação social construídos a partir dos atributos individuais. Essa preponderância se fundamenta, principalmente, no modo como os dados utilizados são disponibilizados pelas pesquisas que servem como insumo para a análise social, normalmente com informações referentes aos indivíduos, o que dificulta uma análise que tome como base a família enquanto unidade de referência da pesquisa.

Na busca de contornar essa dificuldade, procuramos construir uma representação da configuração de classe familiar a partir do esquema de estratificação social elaborado pelo Observatório das Metrópoles, que se constitui como uma estrutura sócio-ocupacional (Observatório das Metrópoles, 2023). Essa estratificação foi elaborada, também, a partir de informações sobre a ocupação dos indivíduos no mercado de trabalho a fim de expressar a hierarquia social nas metrópoles brasileiras. Sua elaboração teve como objetivo a realização da análise social do território metropolitano voltada para a compreensão dos seus padrões de segregação residencial (Ribeiro e Ribeiro, 2013).

O resultado dessa estratificação sócio-ocupacional, que foi revista e atualizada recentemente, se constituiu em 35 categorias sócio-ocupacionais, que foram agregadas em 9 frações de classes e, por sua vez, em 3 grandes classes, estas últimas sendo compreendidas como classe dominante, classe intermediária e classe popular (Observatório das Metrópoles, 2023). A classe dominante é composta pelas frações da classe dirigente e da classe média-alta; a classe intermediária¹, pelas frações da classe média-

1 A designação de classe intermediária ao invés de classe média decorre do sentido que é atribuído à última no Brasil, por vezes se referindo às posições sociais mais elevadas da estrutura social

QUADRO 2

CLASSIFICAÇÃO DE CONFIGURAÇÃO DE CLASSE FAMILIAR

Classe dominante	1
Classe intermediária	2
Classe popular	3
Classes dominante e intermediária	4
Classes dominante e popular	5
Classes intermediária e popular	6
Todas as classes	7

Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras” - Observatório das Metrôpoles.

-média e da classe média-baixa; e a classe popular, pelas frações do proletariado da indústria, proletariado dos serviços, proletariado da produção do ambiente construído, subproletariado e trabalhadores rurais.

Para a construção da configuração de classe familiar, tomamos a classe de cada indivíduo² como referência na família, observando nela a situação de homogeneidade ou heterogeneidade de classe. As famílias com homogeneidade de classe seriam aquelas em que todos os seus membros ocupados no mercado de trabalho estariam classificados na mesma classe, podendo ser todos da classe dominante ou todos da classe intermediária ou todos da classe popular. As famílias com heterogeneidade de classe, por sua vez, seriam aquelas em que os seus membros ocupados no mercado de trabalho estariam classificados em classes diferentes, independentemente do número de indivíduos que se encontra numa ou noutra classe, podendo ser na classe dominante e classe intermediária, na classe dominante e classe popular, na classe intermediária e classe popular e, conjuntamente, na classe dominante, classe intermediária e classe popular. Assim, obtivemos a classificação que expressa a estrutura de classe familiar, exposta no Quadro 2.

(Salata, 2015). Para denotar a condição de posição intermediária entre a classe dominante e a classe popular, optou-se neste trabalho pela utilização de classe intermediária.

- 2 A opção pela utilização da classe, ao invés das categorias sócio-ocupacionais ou da fração de classe, decorre da simplificação da correspondência entre as situações de heterogeneidade de classe na família, constituindo poucas categorias para a análise. Se fôssemos utilizar a fração de classe, por exemplo, teríamos mais de 50 categorias, o que tornaria o procedimento analítico muito mais difícil de ser realizado.

Característica das famílias segundo a configuração de classe

A classe dos indivíduos, neste estudo, foi obtida por meio da estrutura sócio-ocupacional do Observatório das Metrópoles, construída, por sua vez, a partir da ocupação das pessoas no mercado de trabalho (Observatório das Metrópoles, 2023). Nos dados da POF 2017-2018, referente às metrópoles brasileiras, havia 37.941.141 pessoas ocupadas, como pode ser observado na Tabela 2. Desse total, 10,3% estavam em ocupações correspondentes à classe dominante, 31,9% em ocupações da classe intermediária e 57,8% da classe popular. Esses resultados são demonstração de que a estrutura de classe das metrópoles do país continuou seguindo uma configuração piramidal, na medida em que nas posições mais elevadas da estrutura de classe havia menor concentração de pessoas e essa concentração aumentava para as posições mais baixas, como já foi demonstrado em outros trabalhos (Ribeiro, 2024).

O total de pessoas ocupadas no mercado de trabalho estava distribuído em 22.064.487 de unidades de consumo ou de famílias. Como havia nas metrópoles brasileiras um total de 25.898.337, isso significa que em 3.833.850 de famílias não havia pessoas ocupadas no mercado de trabalho, o que correspondia a 15% das famílias metropolitanas.

Ao considerar as famílias que possuíam pessoas ocupadas no mercado de trabalho, podemos observar, de acordo com o Gráfico 2.1, que a maior parte delas apresentava homogeneidade de classe, correspondente a 74% das famílias, sendo que 6% eram de famílias da classe dominante, 20%, de famílias da classe intermediária, e 48%, de famílias da classe popular. A maior proporção de famílias de classe heterogênea era de classe intermediária e classe popular [17%], seguida por famílias de classe dominante e classe intermediária [5%] e de famílias de classe dominante e classe popular [2%]. As famílias que possuíam pessoas ocupadas de todas as classes correspondiam apenas a 1%.

Quando são consideradas as configurações de classe das famílias de maior proporção – classe popular [48%], classe intermediária [20%] e classe intermediária e popular [17%] – observa-se que elas, conjuntamente, correspondiam a 85% das famílias. Por outro lado, as menores proporções eram de famílias de todas as classes [1%] e de classe dominante e classe popular [2%], que juntas correspondiam a 3%, demonstrando que essas situações de heterogeneidade em que havia a presença de pessoas

TABELA 2

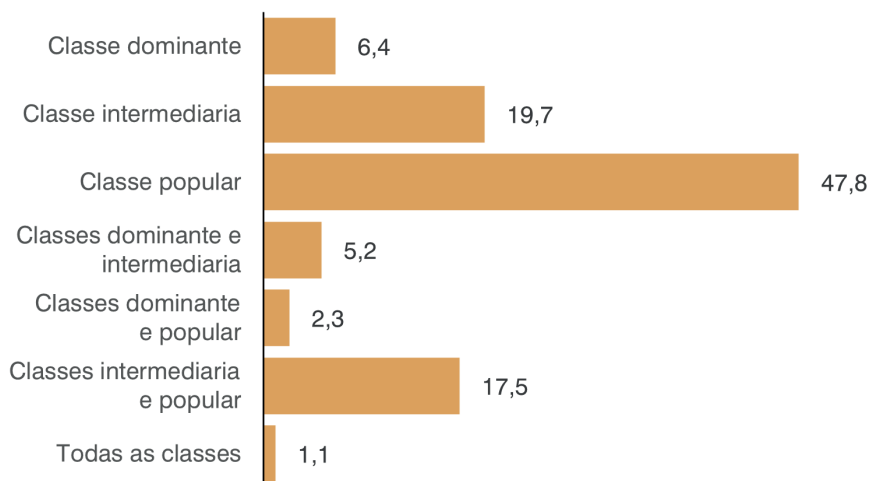
MORADORES DAS UNIDADES DE CONSUMO SEGUNDO A CLASSE NAS METRÓPOLES DO BRASIL

POSIÇÃO DE CLASSE	N.	%
Classe dominante	3.891.067	10,3
Classe intermediária	12.101.407	31,9
Classe Popular	21.948.667	57,8
Total	37.941.141	100,0

Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras” - Observatório das Metrôpoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

ocupadas do topo e da base da estrutura de classes eram exceções na conformação de classe das famílias. O mais comum eram as situações de heterogeneidade entre classe popular e classe intermediária e, em menor medida, de classe dominante e classe intermediária.

GRÁFICO 2.1

CONFIGURAÇÃO DE CLASSE FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]

Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras” - Observatório das Metrôpoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

Algumas características demográficas e sociais da configuração de classe familiar

Nesta seção, apresentamos o cruzamento da configuração de classe familiar com algumas variáveis demográficas ou sociais selecionadas, de modo a ilustrar a importância daquela classificação que construímos. As variáveis selecionadas foram: cor ou raça dos moradores, nível de instrução dos moradores de 5 anos ou mais de idade e média da renda monetária *per capita* familiar.

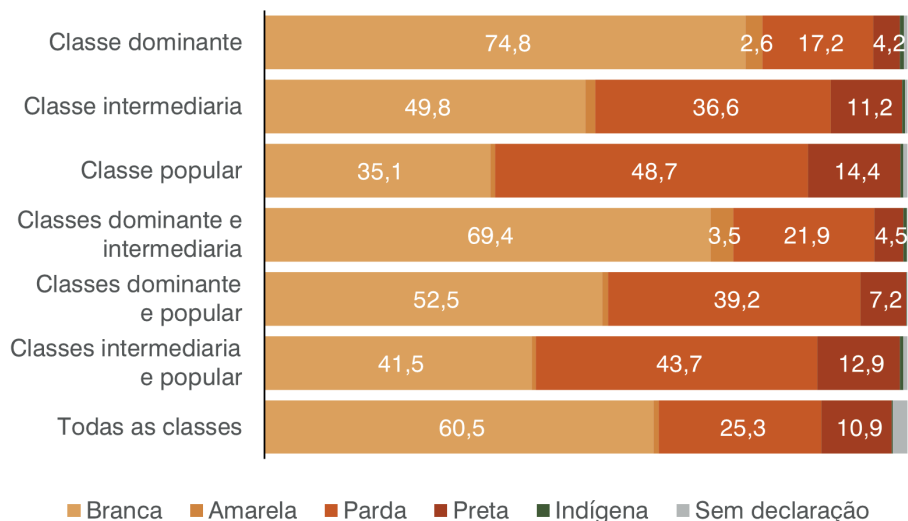
Quando consideramos as configurações de classe familiar homogêneas, que representavam 74% das famílias, como vimos, podemos observar que a cor ou raça branca era majoritária na classe dominante [75%], a metade na classe intermediária [50%] e pouco mais de um terço na classe popular [35%], de acordo com o Gráfico 2.2. Observando pelo “outro lado da moeda”, as pessoas pretas e pardas eram minoria na classe dominante [21%], quase a metade na classe intermediária [48%] e maioria na classe popular [63%]. Portanto, quanto mais elevada a configuração de classe da família, maior a predominância de pessoas brancas. Quanto mais inferior a configuração de classe da família, maior a preponderância de pessoas pretas e pardas.

Nas posições de classe familiar heterogêneas, ao considerar aquelas de maior proporção, a cor ou raça branca era majoritária na classe dominante e intermediária [69%] e correspondia a 42% do número de moradores da classe intermediária e popular. Nesta, portanto, predominavam pessoas de cor ou raça preta ou parda [57%]. Nas famílias de classe de menor proporção – classe dominante e popular e todas as classes –, predominavam as pessoas de cor ou raça branca.

Como as famílias da classe popular, da classe intermediária e da classe intermediária e popular eram as de maior proporção, correspondentes a 85%, como vimos, e como nessas famílias havia maior participação de pessoas pretas e pardas, podemos dizer que a maior parte das famílias nas metrópoles brasileiras era composta por pessoas pretas e pardas, também denominadas de pessoas negras. As pessoas brancas predominavam nas famílias de configuração de classe mais elevada, mesmo não sendo aquelas que possuíam maior proporção, como eram as famílias da classe dominante e da classe dominante e intermediária.

GRÁFICO 2.2

COR OU RAÇA DOS MORADORES DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A CONFIGURAÇÃO DE CLASSE FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]



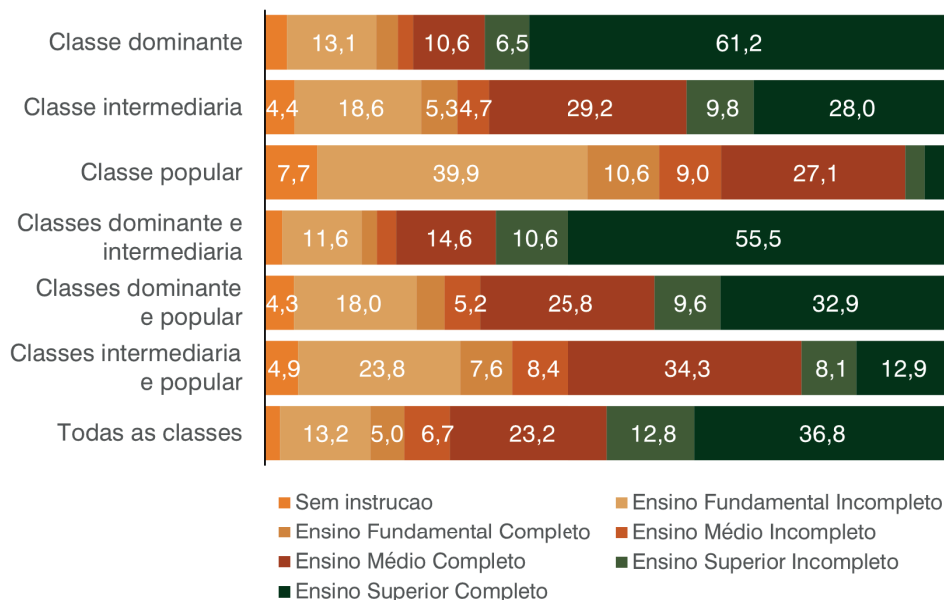
Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras” - Observatório das Metrópoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

O nível de instrução revela outra perspectiva das desigualdades existentes entre as famílias segundo sua configuração de classe, como pode ser observado no Gráfico 2.3. Nas famílias de classe homogênea, havia diferenças grandes no nível de instrução de seus membros. Nas famílias de classe dominante, 61% das pessoas de 5 anos ou mais de idade tinham o ensino superior completo e apenas 16% eram sem instrução ou possuíam o ensino fundamental incompleto. Nas famílias de classe intermediária, 28% das pessoas daquela faixa etária possuíam nível superior de escolaridade e 23% não tinham instrução ou possuíam somente o fundamental incompleto. Nas famílias de classe popular, apenas 3% das pessoas possuíam o ensino superior completo, enquanto quase a metade (48%) eram sem instrução ou possuíam o fundamental incompleto.

Nas famílias de classe heterogênea, havia também diferenças importantes quanto ao nível de instrução de seus membros. Eram nas famílias da classe intermediária e popular – as de maior participação no total de famílias de classe heterogênea – que se concentravam a menor proporção

GRÁFICO 2.3

NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS MORADORES DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A CONFIGURAÇÃO DE CLASSE FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]



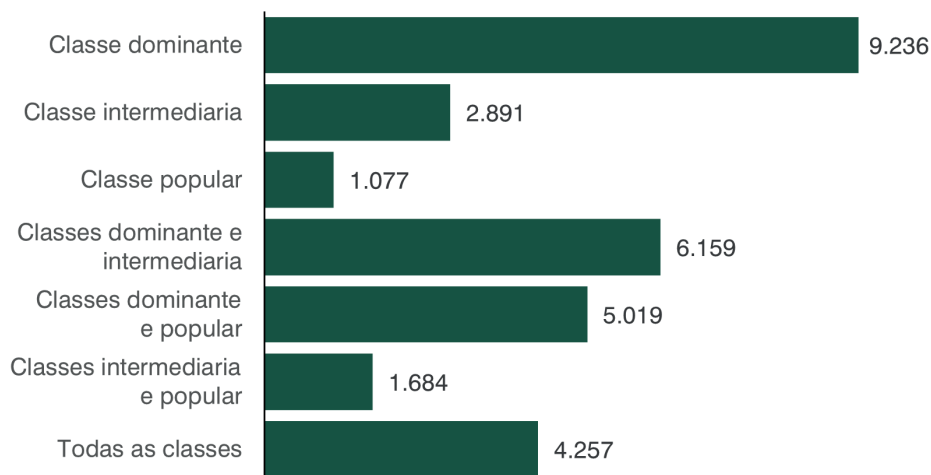
Fonte: Projeto de pesquisa "Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras" - Observatório das Metrôpoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

de pessoas de nível superior de escolaridade [13%], enquanto em 29% delas as pessoas de 5 anos ou mais de idade eram sem instrução ou não possuíam o ensino fundamental completo. Nas famílias de classe dominante e intermediária – segundo maior perfil de participação no total de famílias de classe heterogênea –, 56% das pessoas tinham o nível superior de escolaridade completo e 15% eram sem instrução ou com nível fundamental incompleto. As famílias da classe dominante e popular e de todas as classes apresentaram distribuição semelhante entre elas do número de seus membros segundo o nível de instrução, apesar de esse aspecto representarem proporcionalmente muito pouco do conjunto das famílias.

De modo geral, havia concentração de pessoas com instrução de ensino superior nas famílias de classe dominante e de classe dominante e intermediária. Por outro lado, havia concentração de pessoas sem instrução

GRÁFICO 2.4

RENDA MONETÁRIA MÉDIA *PER CAPITA* FAMILIAR SEGUNDO A CONFIGURAÇÃO DE CLASSE FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM R\$]



Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras” - Observatório das Metrópoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

ou com ensino fundamental incompleto nas famílias de classe popular e de classe intermediária e popular. Nas famílias de classe intermediária, de classe dominante e popular e de todas as classes, a participação de pessoas de instrução superior e sem instrução ou com ensino fundamental incompleto eram semelhantes. Esses tipos de famílias apresentavam estrutura de nível de escolaridade intermediário entre os dois extremos mencionados.

A renda média monetária *per capita* familiar era muito diferente entre as famílias segundo sua configuração de classe, conforme expresso no Gráfico 2.4. As famílias que apresentavam a maior média de renda eram as de classe dominante, no valor de R\$9.236. No outro extremo, as famílias com a menor média de renda eram aquelas de classe popular, no valor de R\$1.077. Isso significa que as famílias de classe dominante tinham média de renda 8,6 vezes maior que a média de renda das famílias de classe popular. A segunda maior média de renda era das famílias de classe dominante e intermediária, no valor de R\$6.159. Era seguida pelas famílias de classe dominante e popular [R\$5.019], todas as classes [R\$4.257], de clas-

se intermediária [R\$2.891]³ e de classe intermediária e popular [R\$1.684].

As duas maiores médias de renda correspondiam a 11% das famílias nas metrópoles brasileiras, tendo em vista que diziam respeito às famílias de configuração de classe dominante e de classe dominante e intermediária. Por outro lado, as duas menores médias de renda correspondiam a 65% das famílias, pois se referiam às famílias de classe intermediária e popular e de classe popular. Isso é demonstração de que a grande maioria das famílias metropolitanas possuíam média de renda muito baixas. Essa média de renda da maioria das famílias era um pouco maior que o salário-mínimo da época, cujo valor era de R\$954, em janeiro de 2018.

Considerações finais

Procuramos apresentar neste capítulo a classificação da configuração de classe familiar, ilustrando por meio dela algumas características demográficas e sociais de modo a demonstrar sua importância para a compreensão da estrutura social familiar das regiões metropolitanas brasileiras. Seja do ponto de vista da diferença de cor ou raça, seja considerando o nível de instrução das pessoas de 5 anos ou mais de idade, ou, ainda, da média da renda monetária *per capita*, observamos diferenças expressivas entre as configurações de classe das famílias.

De modo geral, havia três grupos de famílias segundo a configuração de classe. O primeiro grupo era constituído pelas famílias de classe dominante e de classe dominante e intermediária, que apresentaram as maiores médias de renda, as maiores proporções de pessoas com nível superior de escolaridade e as maiores proporções de pessoas brancas. O último grupo era formado pelas famílias de classe popular e de classe intermediária e popular, que possuíam as menores médias de renda, as maiores proporções de pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto e as maiores proporções de pessoas pretas e pardas. No meio, havia o grupo constituído pelas famílias de classe intermediária, de classe dominante e intermediária e de todas as classes, que apresentavam características que se situavam entre o primeiro e o último grupo.

3 Essas três categorias de classe apresentaram média de renda em que não havia significância estatística entre elas, pelo método de Tukey, mas tinham diferenças significativas com as médias de renda de todas as demais categorias.

CAPÍTULO 3

COMPOSIÇÃO RACIAL FAMILIAR

CAPÍTULO 3

COMPOSIÇÃO RACIAL FAMILIAR

Marcelo Gomes Ribeiro
Vinicius dos Reis Soares
Paula Guedes Martins Ferreira

O atributo racial da população brasileira tem sido reconhecido, há algumas décadas, como um componente que conforma a estrutura social, sendo, ao mesmo tempo, considerado um marcador social de discriminação, normalmente associado às pessoas negras. Esse reconhecimento encontra fundamento, especialmente, nos estudos sobre desigualdades raciais, que têm apontado as desvantagens das pessoas negras em relação às brancas frente às estruturas de oportunidades (Hasenbalg, 1979; Silva, 1981).

Em geral, esses estudos foram feitos a partir da autodeclaração de cor ou raça de cada pessoa, principalmente quando se utiliza de pesquisas domiciliares produzidas pelo IBGE (censo demográfico, PNAD etc.). Como nosso interesse é compreender a estrutura social familiar, reconhecemos que na sociedade brasileira essa estrutura é também conformada pela composição racial dos seus membros. Isso significa que as condições de vida e as probabilidades de vantagens ou desvantagens sociais são marcadas por esse traço estruturante das famílias.

Considerando que nossa unidade de análise é a família, temos, portanto, o desafio de construir uma classificação que identifique a composição racial de cada uma delas, haja vista que os dados disponibilizados pelas

pesquisas domiciliares, em geral, se referem à autodeclaração de cor ou raça de cada pessoa. Esses dados de cor ou raça são divulgados pelo IBGE por uma categorização construída há décadas, mesmo considerando a enorme diversidade de autoidentificação racial, como já testado, em 1976, pelo mesmo Instituto¹. Nessa categorização de cor ou raça, o IBGE classifica as pessoas, a partir de sua autodeclaração, em brancas, pretas, amarelas, pardas, indígenas e sem declaração.

Nos estudos que tratam das desigualdades raciais, normalmente se verificam as diferenças estatisticamente significativas existentes entre as pessoas pretas e pardas em relação às pessoas brancas. Por esse motivo, se justifica a junção de pretas e pardas sob a designação de pessoas negras, tendo em vista que elas compartilham de condição similar de desvantagem social frente às pessoas brancas. Por isso, em muitos outros estudos, se opta por realizar a junção a priori daquelas duas categorias para realização de as análises comparando pessoas negras e pessoas brancas, sem distinguir as primeiras entre pretas e pardas.

No entanto, apesar de as pessoas pretas e pardas compartilharem, em geral, de variadas desvantagens sociais em relação às pessoas brancas, normalmente as medidas dessas desvantagens são objetivas, como, por exemplo, as oportunidades referentes ao acesso ao mercado de trabalho ou à obtenção de renda, ou, ainda, em relação ao acesso ao sistema de ensino superior (Campos, 2015). Quando se consideram outros aspectos, em geral, de caráter mais subjetivo, as diferenças fenotípicas da cor da pele tendem a ser ressaltadas, o que se revela em tratamentos diferenciados atribuídos às pessoas pretas e às pessoas pardas, o que dá margem para a discussão do que tem sido tratado como colorismo (Lago; Montibeler; Miguel, 2023).

Ao considerar a complexidade da questão racial para a análise acadêmica, optamos neste trabalho pela utilização das categorias de cor ou raça do IBGE do modo como elas se apresentam para construir a classificação de composição racial familiar, sem a realização de sua junção, mesmo que em determinados momentos possamos juntá-las como estratégia analítica.

Como a nossa unidade de análise é a família e, comumente, ela pode ser composta por mais de um membro de diferente autodeclaração de cor ou raça, consideramos que: (i) quando todos os seus membros apresentam

1 Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 1976, o IBGE colocou em seu questionário uma questão aberta referente à cor da pele. Foram obtidas 136 categorias diferentes.

QUADRO 3

CLASSIFICAÇÃO DE COMPOSIÇÃO RACIAL FAMILIAR

Monorracial Branca	1
Monorracial Preta	2
Monorracial Amarela	3
Monorracial Parda	4
Monorracial Indígena	5
Interracial Branca e Preta	6
Interracial Branca e Parda	7
Interracial Preta e Parda	8
Interracial Branca, Preta e Parda	9
Outros	10

Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras” - Observatório das Metrôpoles.

a mesma autodeclaração, a família é designada como monorracial, podendo ser monorracial branca, monorracial preta, monorracial amarela, monorracial parda e monorracial indígena; (ii) quando os seus membros apresentam duas diferentes autodeclarações, independentemente do número de pessoas que se autnomeiam em uma ou outra categoria de cor ou raça², designamos a família como sendo inter-racial branca e preta, inter-racial branca e parda e inter-racial preta e parda; (iii) quando os seus membros apresentam a autodeclaração de branca, preta e parda, designamos a família como inter-racial branca, preta e parda. As demais correspondências foram classificadas na categoria “outras”³, que contém todas as famílias inter-raciais, incluídas as famílias amarelas, indígenas ou sem declaração. Isso porque as outras três categorias de cor ou raça e suas combinações estão exaustivamente alocadas nas demais categorias de composição racial familiar. Desse modo, a classificação de composição racial familiar ficou construída como exposta no Quadro 3.

2 Como as situações de inter-racial com pessoas amarelas e pessoas indígenas são quantitativamente pouco expressivas nas metrôpoles, optamos por enquadrar essas situações na categoria “outras”.

3 Essa opção é devido ao objetivo de analisar a composição racial das famílias que vivem nas metrôpoles brasileiras, considerando a pequena participação que elas representam no conjunto das famílias. Categorização diferente poderia ser realizada se o trabalho fosse feito com foco nas áreas rurais do país, por exemplo.

Características das famílias segundo a composição racial

A caracterização das famílias segundo a composição racial foi realizada de acordo com a classificação acima apresentada. O total de pessoas nas metrópoles brasileiras correspondeu a 76.680.580. Como podemos observar, de acordo com a Tabela 3, embora houvesse maior proporção de pessoas brancas entre as categorias de cor ou raça, quando se soma as proporções de pessoas pretas e pardas, que normalmente são consideradas como negras, elas ultrapassavam a proporção daquela, o que demonstra a existência de maior número de pessoas negras nas metrópoles brasileiras, correspondente a 53,7%. Já a proporção de pessoas amarelas e de pessoas indígenas nas metrópoles era muito pequena, somente a primeira ultrapassava 1%.

Aquele contingente de mais de 76 milhões de pessoas estava organizado em 25.898.337 famílias. Diante disso, podemos constatar, a partir do gráfico 3.1, que a maior parte das famílias nas metrópoles brasileiras era monorracial, ao considerar todos os tipos de famílias monorraciais, correspondente a 61%. Como vimos, no capítulo 1, 14% das famílias eram de arranjo unipessoal. Ao descontarmos essa proporção, chegamos ao resultado de 47% de famílias monorraciais que possuíam mais de um membro. Esse resultado era um pouco maior do que o número de famílias inter-raciais, correspondente a 39%. Ou seja, havia mais famílias monorraciais com mais de um membro do que inter-raciais nas metrópoles brasileiras, mesmo que essa diferença não fosse tão elevada.

As famílias de maior concentração foram as famílias monorracial branca (31%), monorracial parda (23%) e inter-racial branca e parda (22%). A agregação desses tipos de famílias corresponde a pouco mais de três quartos do número de famílias nas metrópoles brasileiras. A concentração de famílias monorracial preta foi de 6%, um pouco menor do que a de inter-racial preta e parda, que foi de 7%. Evidentemente, esses resultados refletem a estrutura racial da população, que apresentava maiores concentrações de pessoas brancas e pardas do que de pessoas pretas e, principalmente, de amarelas e indígenas.

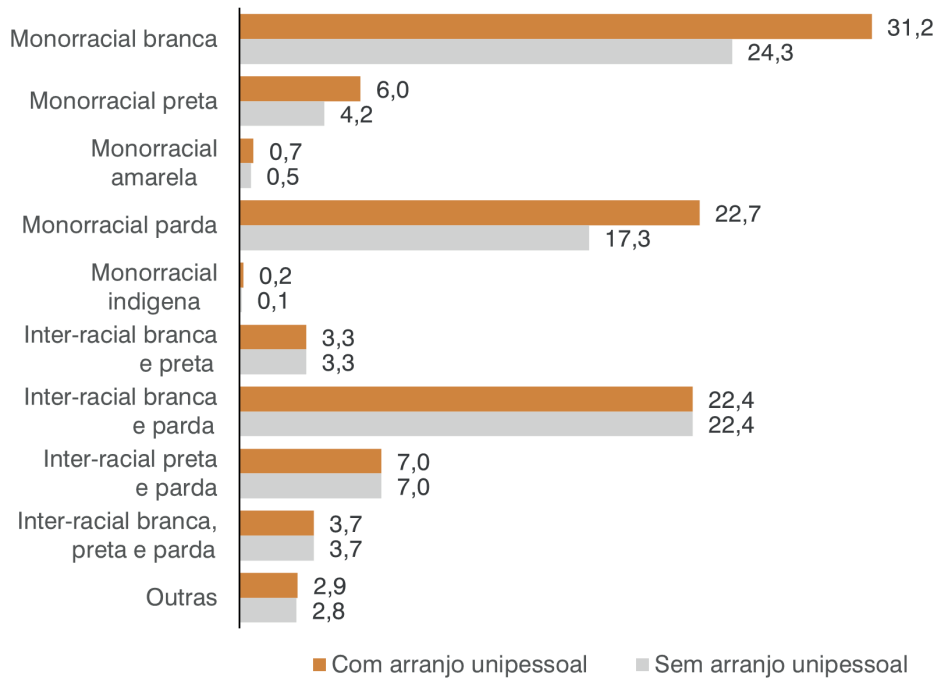
Embora o número de pessoas negras (pretas + pardas) fosse maior do que o de pessoas brancas, a proporção de famílias de tipo monorracial negra era menor em comparação com as famílias monorraciais brancas. Mas, se forem consideradas as famílias inter-raciais pretas e pardas como negras, havia mais famílias negras do que famílias brancas nas metrópoles do país.

TABELA 3
COR OU RAÇA DOS MORADORES NAS METRÓPOLES DO BRASIL

COR OU RAÇA	N.	%
Branca	33.847.943	44,1
Preta	9.214.877	12,0
Amarela	831.240	1,1
Parda	31.966.483	41,7
Indígena	358.877	0,5
Sem declaração	461.160	0,6
Total	76.680.579	100,0

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE, 2019).

GRÁFICO 3.1
FAMÍLIAS SEGUNDO A COMPOSIÇÃO RACIAL FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]



Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras” - Observatório das Metrópoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

Isso se verifica mesmo quando se retira de todas as situações de famílias monorraciais aquelas de arranjo unipessoal. Neste caso, a proporção de famílias monorraciais brancas passaria a corresponder a 24% das famílias nas metrópoles brasileiras, ao passo que as famílias monorraciais negras corresponderiam a 28% (monorracial preta + monorracial parda + inter-racial preta e parda).

Ilustração das desigualdades raciais entre as famílias

Para ilustrar as desigualdades raciais entre as famílias, vamos utilizar de análise descritiva a partir das variáveis da média da renda monetária *per capita* da família e dos níveis de instrução dos seus membros. Apesar dessa escolha, consideramos que as desigualdades raciais observadas podem acontecer a partir de outras dimensões objetivas e capturadas em bases de dados de pesquisas domiciliares, o que reafirma a importância da construção dessa classificação.

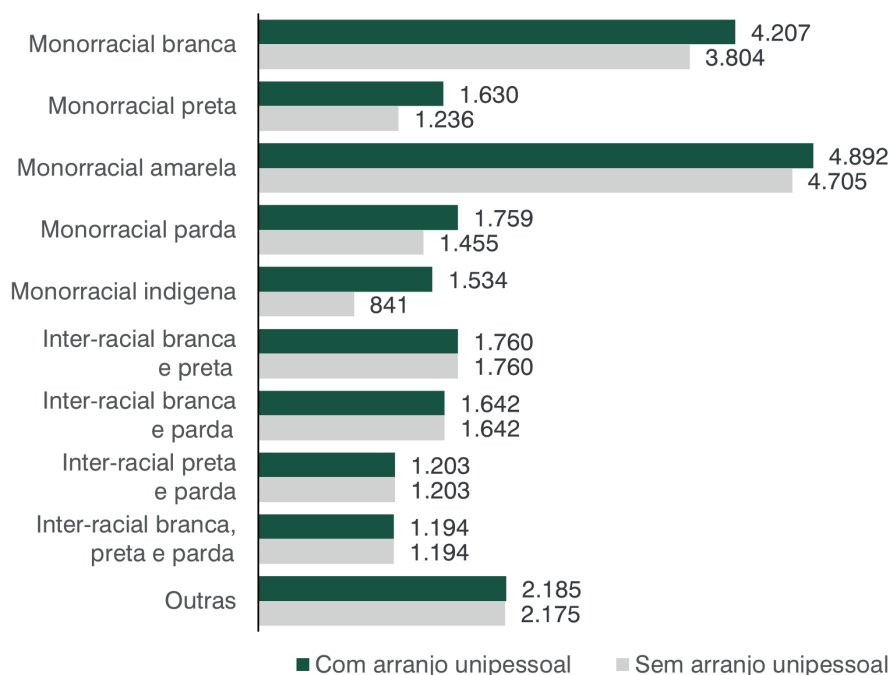
As desigualdades de renda entre as famílias nas metrópoles brasileiras segundo a sua composição racial, ao considerar a média da renda monetária *per capita* familiar, podem ser observadas no gráfico 3.2. Nele estão expostas as médias de renda, considerando todas as famílias, e as médias de renda sem as famílias de arranjo unipessoal. Essa opção foi adotada porque, como vimos no capítulo 1, as famílias de maior nível de renda *per capita* eram as de arranjo unipessoal, pois, por serem constituídas por uma única pessoa, não havia divisão da renda obtida com outros membros ou, por terem nível mais elevado de renda, seus membros conseguiam morar sozinhos.

Quando se considera todas as famílias, incluindo aquelas de arranjo unipessoal, chegamos à constatação da existência de três diferentes grupos de composição racial familiar: o primeiro, de maior nível de renda média *per capita*; o segundo, de nível de renda média *per capita* intermediário; e o terceiro, de menor nível de renda média *per capita*.

O primeiro grupo era composto pelas famílias de tipo monorracial amarela e monorracial branca que, ao mesmo tempo em que não apresentavam diferenças de significância estatística entre si, se diferenciavam de todas as demais categorias de composição racial. Isso significa que essas categorias de composição racial possuíam nível de renda semelhante, podendo ser tratadas de maneira conjunta, e se diferenciavam dos níveis de renda de

GRÁFICO 3.2

RENDA MONETÁRIA *PER CAPITA* MÉDIA DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A COMPOSIÇÃO RACIAL FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM R\$]



Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras” - Observatório das Metrópoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

todas as demais categorias de composição racial. Em geral, as famílias de tipo monorracial branca ganhavam, em média, 2,4 vezes mais do que as famílias do segundo grupo e 3 vezes mais do que as famílias do terceiro grupo.

O segundo grupo era composto pelas famílias de tipo monorracial preta, monorracial parda, monorracial indígena, inter-racial branca e preta, inter-racial branca e parda e outras. Elas não apresentavam diferenças significativas do nível de renda entre si, mas se diferenciavam das categorias de composição racial familiar do primeiro grupo e do terceiro grupo⁴. Em

4 As categorias monorracial preta, monorracial indígena e inter-racial branca e preta poderiam compor também o terceiro grupo, tendo em vista que elas não apresentavam diferença com nenhuma das categorias do segundo e terceiro grupo, por não haver significância estatística.

geral, as categorias de composição racial familiar desse grupo ganhavam, em média, entre 36% e 47% a mais do que as categorias de composição racial familiar do terceiro grupo⁵.

O terceiro grupo era composto pelas famílias das categorias inter-racial preta e parda e inter-racial branca, preta e parda, que se diferenciam de todas as demais categorias de famílias, mas apresentam semelhança entre si no nível de renda média *per capita*.

A rigor, nas pesquisas realizadas sobre os diferenciais de renda das pessoas segundo a categoria de cor ou raça, as identificadas como amarelas e brancas apresentavam os maiores níveis de renda, sendo consideradas semelhantes segundo esse aspecto por não apresentarem diferenças de significância estatísticas. As pessoas pardas e pretas apresentam os menores níveis de renda, também sendo consideradas semelhantes entre si, o que, como vimos, sugere que sejam agrupadas sob a categoria de pessoas negras.

O que estamos observando nas diferenças de renda segundo as categorias de composição racial familiar guarda semelhança com as desigualdades de renda pessoal apenas pelo fato de as famílias monorraciais de tipo amarela e branca serem semelhantes entre si e diferentes das demais categorias de composição racial. Porém, fica como questão a ser investigada o porquê de as famílias de composição inter-racial preta e parda e inter-racial branca, preta e parda ganharem menos do que as famílias do segundo grupo, como apontado acima.

Em relação às famílias de tipo monorracial parda, isso se explicaria pela presença de arranjo unipessoal, que, em geral, eram arranjos de famílias que apresentavam maiores níveis de renda *per capita*, contribuindo para diferenciar essas categorias monorraciais em relação às inter-raciais preta e parda e inter-raciais branca, preta e parda. Isso se comprovou no teste de significância estatística em que as diferenças entre essas categorias desapareceram quando foram retiradas as famílias unipessoais daquelas monorraciais. No entanto, nessa circunstância, as famílias monorraciais pardas passaram a apresentar diferenças estatisticamente significativas em relação às famílias inter-raciais brancas e pardas, tendo em vista que estas passaram a apresentar média de renda superior. O mesmo não aconteceu com as famílias monorraciais pretas, por continuar não havendo

5 Com exceção da categoria "outras", que ganhava, em média, 82% a mais do que as categorias do terceiro grupo.

diferença de significância estatística, com exceção da categoria “outras”.

As diferenças das famílias do terceiro grupo em relação às famílias de tipo inter-racial branca e preta e inter-racial branca e parda, que também compõem o segundo grupo, poderiam ser explicadas pela presença de pessoas brancas nestas últimas. Em geral, as pessoas brancas apresentavam maior nível de renda, o que contribuiria para a elevação da renda das famílias compostas por essas pessoas. Porém, essa explicação não seria totalmente plausível, apesar de ser possível, tendo em vista que as famílias de tipo inter-racial branca, preta e parda também são integradas por pessoas brancas. Seria plausível apenas se um tipo de composição como essa se explicasse, principalmente, pela presença de pessoas pretas e pardas.

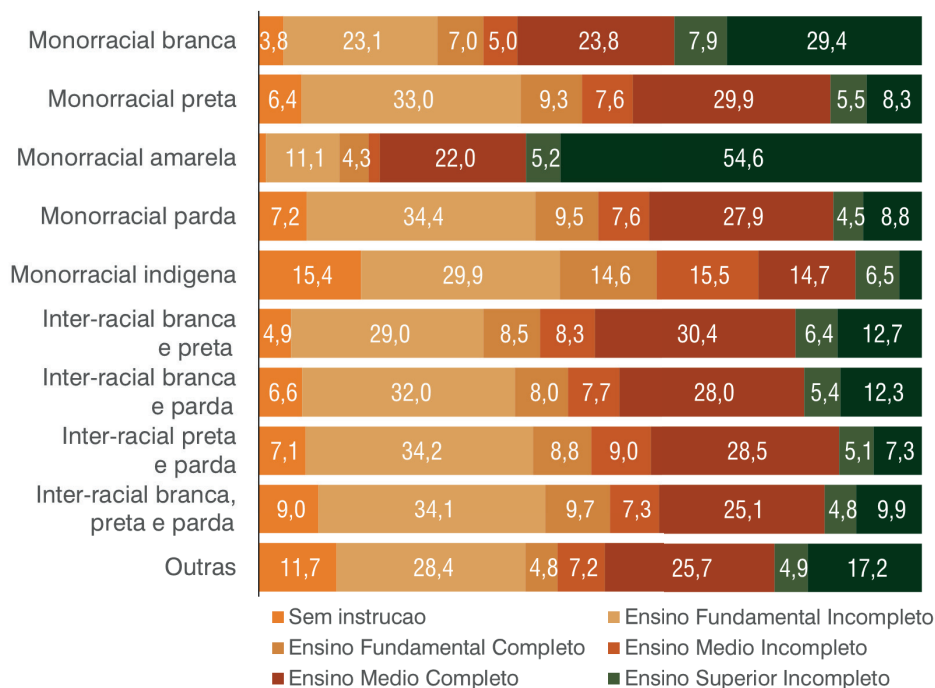
Nesse caso, as duas categorias de composição racial familiar do terceiro grupo apresentariam menor nível de renda por serem compostas por pessoas pretas e pardas, sendo semelhante às famílias de tipo monorracial parda e monorracial preta, quando destas são retirados os arranjos unipessoais. Isso demonstra que, em situações de mais de um membro na família, aquelas compostas somente por pessoas pretas ou somente por pessoas pardas apresentavam semelhança em termos de nível de renda média *per capita* com as famílias que tinham na sua composição pessoas pretas e pardas.

Vale ressaltar também a situação das famílias caracterizadas como “outras”, já que estas se destacavam por ter a terceira maior média de renda, sendo integradas ao segundo grupo. Embora seja necessário um aprofundamento a respeito das composições que se combinam nessa categoria, é possível que isso se justifique pela presença de pessoas amarelas nas famílias inter-raciais que, devido a sua renda mais elevada, fazem crescer o rendimento médio da categoria. Como se trata de uma categoria pequena (2,9% do total de famílias), os valores extremos têm ainda mais influência sobre a média.

As desigualdades raciais entre as famílias também são observadas quando se considera o nível de instrução dos membros de 5 anos ou mais de idade, como demonstrado no gráfico 3.3. Para ilustração, consideramos os dois extremos dos níveis de instrução: a proporção de pessoas com nível superior completo e a proporção de pessoas sem instrução. No primeiro caso, as famílias de tipo monorracial amarela eram aquelas que apresentavam a maior proporção, quase o dobro das famílias monorraciais

GRÁFICO 3.3

NÍVEL DE INSTRUÇÃO DOS MEMBROS DAS FAMÍLIAS DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE SEGUNDO A COMPOSIÇÃO RACIAL FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]



Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras” - Observatório das Metrôpoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

brancas, que se configuravam em segunda posição. No entanto, essas últimas apresentavam proporção de pessoas com nível superior de escolaridade 3 vezes maior do que as famílias monorraciais pardas e monorraciais pretas. Estas apresentavam proporções menores do que as famílias inter-raciais brancas e pretas, inter-raciais brancas e pardas e inter-raciais brancas, pretas e pardas. As famílias de tipo inter-racial preta e parda e monorracial indígena eram aquelas que apresentavam a menor proporção de pessoas com nível superior de escolaridade.

Quando consideramos as pessoas sem instrução, o mesmo padrão praticamente se repete, mas de modo invertido. Eram as famílias das categorias monorracial amarela e monorracial branca que apresentavam as

menores proporções, seguidas pelas famílias inter-raciais brancas e pretas. Com exceção das famílias indígenas e de outras, as demais categorias raciais de família apresentavam proporções semelhantes, variando entre 6% e 9%.

Mais uma vez, vale destacar a categoria “outras”, já que ela se destacava por apresentar a terceira maior proporção de membros com ensino superior completo e a segunda maior proporção de membros sem instrução. Esse comportamento, aparentemente contraditório, provavelmente se justifica, de um lado, pela presença de famílias inter-raciais com membros indígenas (o que eleva a proporção de membros sem instrução) e, por outro, pela presença de famílias inter-raciais com membros de cor ou raça amarela (o que eleva a proporção de membros com ensino superior completo). Novamente, esses dados se destacam por tratarem de um grupo pequeno.

Considerações finais

Procuramos apresentar neste capítulo a classificação da composição racial familiar, ilustrando por meio dela as desigualdades raciais a fim de demonstrar sua importância para a compreensão da estrutura social familiar nas metrópoles brasileiras. Seja do ponto de vista da média da renda monetária *per capita*, seja considerando as proporções dos níveis de escolaridade do ensino superior completo ou de pessoas sem instrução, observamos diferenças expressivas, principalmente entre as famílias monorraciais amarelas e brancas em relação aos demais tipos de composição racial familiar.

A utilização das variáveis mencionadas, numa análise descritiva, teve o intuito apenas de ilustrar desigualdades raciais segundo a composição racial familiar, considerando que se tratam de variáveis clássicas nos estudos de desigualdades sociais, posto que expressam condições importantes para a vida das pessoas que residem em contextos metropolitanos. No entanto, reconhecemos a importância da utilização de outros tipos de variáveis que possam expressar as condições de vida e mesmo outros tipos de análise que permitam compreender as vantagens ou desvantagens sociais segundo a composição racial familiar, tendo em vista que as desigualdades raciais se manifestam nas interações sociais de diversas maneiras e para além das situações próprias do mercado de trabalho, como é discutido por França (2024).

CAPÍTULO 4

CLIMA EDUCATIVO FAMILIAR

CAPÍTULO 4

CLIMA EDUCATIVO FAMILIAR

Marcelo Gomes Ribeiro
Vinicius dos Reis Soares
Lucas dos Santos Jambeiro

Nas sociedades modernas, a educação sempre cumpriu um papel mediador entre a origem social das pessoas, representada pelas condições de suas famílias, e o seu destino social, principalmente por meio do acesso ao mercado de trabalho e aos recursos daí auferidos (Barros e Mendonça, 1995). Apesar de as trajetórias de parcela expressiva da população brasileira não terem sido realizadas a partir dessa relação linear entre origem social da família, educação escolar e destino social no mercado de trabalho, aqueles que conseguiram trilhar esse percurso tendiam a galgar melhores posições nos seus destinos sociais. A maioria, no entanto, ia direto para o mercado de trabalho, sem passar pela mediação do processo de escolarização (Cardoso, 2008). Isso significa que a escolaridade compartilhada pelos membros adultos pode ser considerada como expressão da posição social das famílias, refletindo a condição daqueles que tiveram e dos que não tiveram a educação como mediadora entre a origem e o destino social.

Esse entendimento decorre da consideração de que os membros adultos, em geral, já estão mais vinculados ao seu destino social, por meio de posições ocupadas no mercado de trabalho ou em outras esferas sociais, inclusive na constituição de suas próprias famílias, devido às escolhas anteriormente tomadas ou às imposições que se constituíram em suas

trajetórias. De modo geral, a escolaridade que adquiriram no momento de vida adulta foi mediadora para a posição alcançada socialmente, efeito das estratégias que se constituíram desde a sua origem social familiar.

Além disso, sendo a escolaridade compartilhada entre os membros adultos, expressão da posição social da família, ela pode ter relação com as estratégias familiares de mobilidade social para as gerações mais jovens que as integram. Isso se justifica pelo fato de o acesso a maiores níveis educacionais possibilitar, em grande medida, o acesso a mais conhecimentos, a redes sociais detentoras de recursos socialmente valorizados, a uma visão mais ampla do mundo e da vida e, portanto, a maiores oportunidades sociais (Bourdieu, 2007). No entanto, quando a educação se constitui como um valor social importante para a família, mesmo naquelas em que seus membros adultos possuem baixa escolaridade, podem ser desenvolvidas estratégias de mobilidade social para as gerações mais jovens a partir do investimento no processo educacional.

Mesmo que, com o processo de expansão educacional, ocorrido na sociedade brasileira nas últimas décadas, tenha aumentado o nível de escolaridade da população e, por conseguinte, levado à desvalorização da escolaridade, principalmente frente ao mercado de trabalho (Salata, 2022), a escolaridade compartilhada pelos membros adultos da família em cada momento é resultado de estratégias que foram tomadas em período anterior. Para muitos, na realidade brasileira, num momento em que a escolaridade ainda se constituía como um recurso socialmente escasso e, portanto, valorizado.

A desvalorização da escolaridade no mercado de trabalho tem levado as pessoas a adquirirem níveis de instrução cada vez mais elevados, o que contribui para a constituição do fenômeno da sobre-educação, que é o descompasso entre a escolaridade das pessoas e a escolaridade requerida pelas ocupações, sendo que aquela se apresenta mais elevada do que esta (Ribeiro, 2015). Isso significa que as pessoas precisam ter mais escolaridade do que as ocupações exigem para serem nelas incorporadas e, em geral, ganharem níveis de renda inferiores às ocupações que exigem escolaridade correspondente ao que elas apresentam. Vale ressaltar que esse fenômeno ocorre diante de uma estrutura ocupacional que se torna incompatível com os atributos educacionais ofertados pelas pessoas no mercado de trabalho (Ribeiro, 2024).

QUADRO 4

CLASSIFICAÇÃO DE CLIMA EDUCATIVO FAMILIAR

Muito baixo	0 a 5 anos
Baixo	acima de 5 até 9 anos
Medio	acima de 9 até 12 anos
Alto	acima de 12 até 16 anos
Muito Alto	acima de 16 até 22 anos

Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras” - Observatório das Metrôpoles.

Apesar da ocorrência de desvalorização da escolaridade verificada no período mais recente, aquela que é compartilhada pelos membros adultos continua expressando o destino social por eles alcançados e servindo como condição para a realização das estratégias definidas para as gerações mais novas que são membros das famílias (Ribeiro e Koslinski, 2010). Por esta razão, para a compreensão da estrutura social familiar, vamos utilizar a classificação de clima educativo familiar, que é definido a partir da média dos anos de escolaridade das pessoas de 25 anos ou mais de idade de cada família. Para sua operacionalização foi reconstruída a variável “anos de escolaridade”, disponível na base de dados utilizada. Buscou-se incorporar os anos de escolaridade compatíveis com a conclusão do mestrado (18 anos) ou do doutorado (22 anos) para expressar a condição de expansão educacional na realidade brasileira, como apontado acima. A partir dos resultados das médias, as famílias foram categorizadas em clima educativo muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto, conforme a faixa expressa no Quadro 4.

Características das famílias segundo o clima educativo

A caracterização das famílias segundo o clima educativo foi realizada de acordo com a classificação acima apresentada. O total de pessoas de 25 anos ou mais de idade nas metrôpoles brasileiras correspondeu a 50.031.742. Como podemos observar, de acordo com a Tabela 4, a maior proporção de faixa de escolaridade dizia respeito àquela de 12 a 15 anos, correspondente às pessoas que concluíram o ensino médio ou que estavam com ensino superior incompleto, representando mais de um

TABELA 4

FAIXA DE ANOS DE ESCOLARIDADE DAS PESSOAS DE 25 ANOS OU MAIS DE IDADE NAS METRÓPOLES DO BRASIL

FAIXA DE ANOS DE ESCOLARIDADE	N.	%
0 a 4	5.587.746	11,2
5 a 8	8.979.700	17,9
9 a 11	6.351.481	12,7
12 a 15	18.916.659	37,8
16 e mais	10.196.156	20,4
Total	50.031.742	100,0

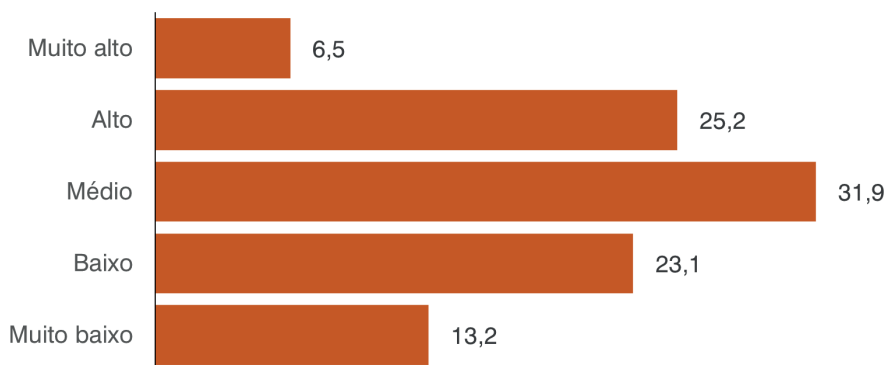
Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE, 2019).

terço da população. A segundo maior proporção foi da faixa de 16 e mais anos de escolaridade, de 20,4%, que se referia às pessoas que concluíram o nível superior ou que estivessem na pós-graduação. Esses resultados demonstram que 58,2% da população metropolitana de 25 anos ou mais de idade tinham, pelo menos, o ensino médio completo, o que vai ao encontro do processo de expansão educacional ocorrido nas últimas décadas e que teve efeito sobre a população adulta dos períodos mais recentes.

Mesmo assim, ainda havia 11,2% de pessoas de 25 anos ou mais de idade sem ter concluído a primeira fase do ensino fundamental e outras, 17,9%, que concluíram, mas não terminaram a segunda fase. O contingente sem o ensino fundamental completo correspondia a 29,1%, resultado bastante elevado, principalmente, considerando o processo de expansão educacional mencionado e por se tratar de uma população adulta. Na faixa de 9 a 11 anos de escolaridade, compatível com quem tivesse concluído o ensino fundamental ou com a fase de escolarização do ensino médio, havia 12,7% pessoas de 25 anos ou mais de idade nas metrópoles do país.

Essas pessoas de 25 anos ou mais de idade estavam distribuídas em 25.459.507 famílias nas metrópoles brasileiras, sendo classificadas segundo o clima educativo familiar. Porém, havia 438.830 famílias, correspondentes a 1,7% do total, que não foram consideradas, porque não tinham nenhum membro familiar com a idade considerada para a construção do clima educativo. Nesse sentido, estamos considerando nesta classificação o correspondente a 98,3% das famílias.

GRÁFICO 4.1

FAMÍLIAS SEGUNDO O CLIMA EDUCATIVO FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]

Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras” - Observatório das Metrópoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

Do total de famílias classificadas, prevalecia o clima educativo médio entre as famílias nas metrópoles brasileiras, correspondentes a 32%, conforme o resultado representado no Gráfico 4.1. Em segundo lugar, destacava-se o clima educativo alto, com 25%, e em terceiro lugar o clima educativo baixo, com 23%. As categorias extremas foram as que apresentaram as proporções mais reduzidas, apesar de o clima educativo muito baixo ter quase o dobro da participação do clima educativo muito alto, 13% contra 7%.

O fato de o resultado de maior proporção ser o clima educativo médio pode ser demonstração de que a escolaridade dos membros adultos das famílias não era tão elevada, tendo em vista que correspondia à média acima de 9 até 12 anos de escolaridade. Se fosse referente a cada pessoa, essa média corresponderia àquelas que estavam no ensino médio ou que o tivessem concluído.

Mesmo assim, é surpreendente que a categoria em segundo lugar fosse de clima educativo alto, com o patamar de 25%, porque corresponderia a pessoas que estariam com ensino superior incompleto ou superior completo. Não é menos surpreendente que 7% das famílias tivessem clima educativo muito alto, correspondendo a pessoas com ensino superior completo ou com pós-graduação, principalmente por se tratar de média de anos de escolaridade entre os membros adultos da família. Esses resultados apontam no sentido de que se tem elevado o nível de

escolaridade da população brasileira, inclusive das pessoas adultas de 25 anos ou mais de idade.

De todo modo, ainda era expressiva a proporção de famílias com nível baixo e muito baixo de clima educativo, pois eram patamares que corresponderiam às pessoas sem instrução ou com ensino fundamental, quando consideradas em conjunto. Ao considerar a soma das duas categorias, elas representavam 36% das famílias nas metrópoles, mais de dois terços delas com média de escolaridade dos seus membros adultos de patamar pequeno, portanto. Sendo o clima educativo uma dimensão importante da estrutura social familiar, como estamos considerando neste trabalho, esses resultados apontaram para o desafio das condições sociais de parcela expressiva das famílias, inclusive quando relacionamos com as possíveis consequências para as gerações mais novas que as integravam.

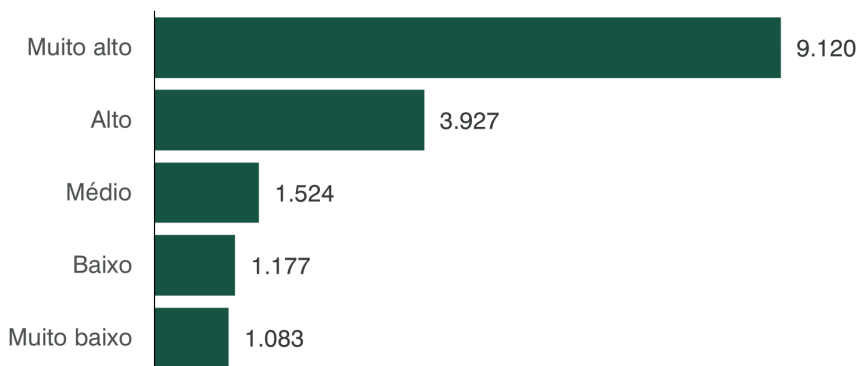
Ilustração da importância do clima educativo familiar

Para ilustrar o clima educativo como dimensão importante da estrutura social familiar, consideramos o seu cruzamento com três variáveis sociais e demográficas. A partir disso, realizamos uma análise descritiva dos seus resultados: a média da renda monetária *per capita* familiar, a fração de classe e a cor ou raça das pessoas que integravam as famílias nas metrópoles do país.

Constatamos, de acordo com os resultados apresentados no Gráfico 4.2, que quanto mais elevado era o clima educativo familiar maior era a média de renda monetária *per capita* familiar. As famílias de clima educativo muito alto apresentavam média de renda *per capita* de R\$9.120, ao passo que as famílias de clima educativo baixo apresentavam média de renda *per capita* de R\$1.083.

Esses resultados são expressão das desigualdades de renda segundo o clima educativo, que pode também ser capturado por meio da razão de renda entre os diferentes tipos de clima educativo. As famílias de clima educativo muito alto tinham uma média de renda 2,3 vezes maior do que as famílias de clima educativo alto; 6 vezes maior do que as famílias de clima educativo médio; 7,7 e 8,4 vezes maior, respectivamente, do que as famílias de clima educativo baixo e muito baixo. As famílias de clima educativo alto, por sua vez, tinham média de renda 2,6 vezes maior do que aquelas de clima educativo médio; 3,3 e 3,6 maior, respectivamente, do

GRÁFICO 4.2

MÉDIA DE RENDA MONETÁRIA *PER CAPITA* DAS FAMÍLIAS SEGUNDO O CLIMA EDUCATIVO FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM R\$]

Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras” - Observatório das Metrôpoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

que as famílias de clima educativo baixo e muito baixo.

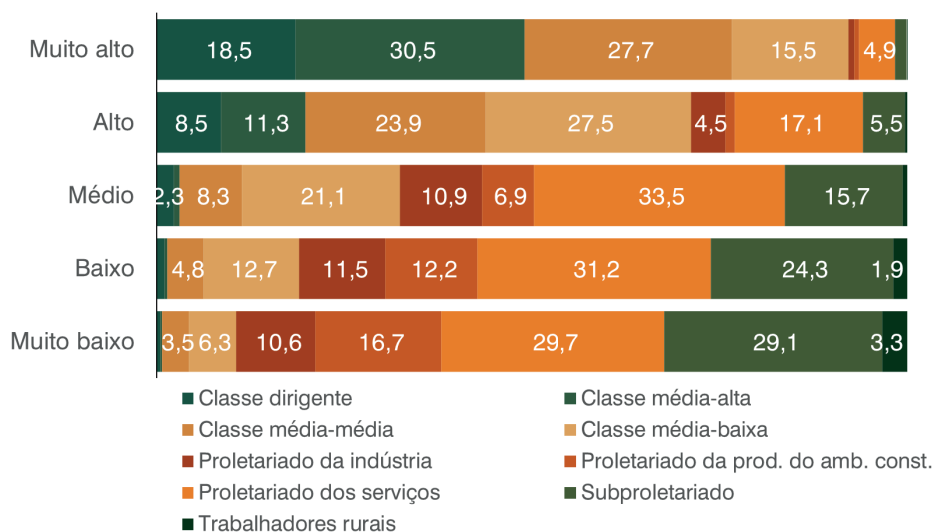
As famílias de clima educativo médio tinham média de renda de apenas 29% maior do que as famílias de clima educativo baixo e 41% em relação às famílias de clima educativo muito baixo. Entre as famílias de clima educativo baixo e muito baixo não havia diferença entre o nível de renda média. Essa foi a única situação que não apresentou significância estatística na comparação entre as rendas médias de todos os tipos de família, o que significa que segundo a média de renda as famílias estão na mesma condição.

Quando consideramos a variável fração de classe, que corresponde à agregação de categorias sócio-ocupacionais de acordo com sua posição social (Observatório das Metrôpoles, 2023), observamos que havia também uma relação com o nível de clima educativo familiar. Aquelas frações de classe que representavam posições superiores prevaleciam nas famílias de clima educativo mais elevados, ao passo que as frações de classe de posições inferiores prevaleciam nas famílias de clima educativo mais reduzidos, como pode ser observado no Gráfico 4.3.

As famílias de clima educativo muito alto eram aquelas que mais apresentavam proporções de pessoas da classe dominante (classe dirigente e

GRÁFICO 4.3

FRAÇÃO DE CLASSE DAS PESSOAS OCUPADAS NO MERCADO DE TRABALHO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO O CLIMA EDUCATIVO FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]



Fonte: Projeto de pesquisa "Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras" - Observatório das Metrópoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

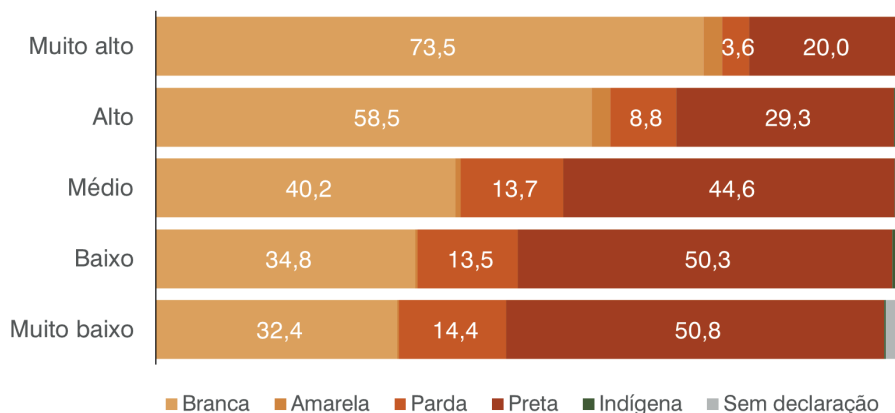
classe média-alta), que correspondiam a quase metade (49%) das pessoas ocupadas nesse tipo de família. Ao acrescentar a proporção de pessoas da classe intermediária (classes média-média e média-baixa), vemos que elas correspondiam a 92% ou a quase totalidade das pessoas ocupadas.

Nas famílias de clima educativo alto, apesar de ainda apresentarem proporções importantes das frações da classe dirigente (9%) e da classe média-alta (11%), prevaleciam as frações de classe média-média e classe média-baixa, que juntas correspondem a 51%, pouco mais da metade das pessoas ocupadas. Ao acrescentar as frações da classe dominante, as proporções de pessoas ocupadas passavam a corresponder a 71%.

Diferente era a situação das famílias de clima educativo médio, baixo e muito baixo, pois a maior proporção de pessoas ocupadas correspondia às frações da classe popular. Estas correspondiam a 68% das famílias de clima educativo médio, 81% das famílias de clima educativo baixo e 89% das famílias de clima educativo muito baixo. Vale destacar a expressiva

GRÁFICO 4.4

COR OU RAÇA DAS PESSOAS INTEGRANTES DAS FAMÍLIAS SEGUNDO O CLIMA EDUCATIVO FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]



Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras” - Observatório das Metrópoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

participação do proletariado dos serviços nessas famílias, em geral, e do subproletariado nas famílias de clima educativo baixo e muito baixo.

Em relação à variável cor ou raça, constatamos que as pessoas brancas representavam as maiores proporções nas famílias de clima educativo muito alto (74%) e clima educativo alto (59%), como exposto no Gráfico 4.4. Apesar disso, nas de clima educativo muito alto ainda havia 20% de pessoas pardas e 4% de pessoas pretas, o que correspondia a 24% de pessoas negras. Naquelas de clima educativo alto, havia 29% de pessoas pardas e 9% de pessoas pretas, correspondendo a 38% de pessoas negras.

Ao considerar o somatório de pessoas pardas e pretas, denominadas em seu conjunto como pessoas negras, vemos que elas eram maioria nas famílias de clima educativo médio (59%), baixo (63%) e muito baixo (65%). Mesmo sem considerar esse somatório, as famílias de clima educativo baixo e muito baixo apresentavam a metade da proporção de pessoas descritas como pardas. Vale destacar que a proporção de pessoas pretas era semelhante entre as famílias de clima educativo médio, baixo e muito baixo, sendo, respectivamente, de 14%, 13% e 14%, que são os tipos de famílias que apresentam as maiores proporções de pessoas dessa cor ou raça.

Considerações finais

Procuramos apresentar a classificação do clima educativo familiar, ilustrando sua relação com algumas variáveis selecionadas, na perspectiva de demonstrar a importância dessa classificação para a compreensão da estrutura social familiar nas metrópoles brasileiras. Seja do ponto de vista da média da renda monetária *per capita*, seja considerando as proporções das frações de classe ou da cor ou raça, observamos diferenças expressivas, principalmente entre as famílias de clima educativo muito alto e alto em relação às famílias de clima educativo médio, baixo e muito baixo.

Em geral, pudemos observar que as famílias de clima educativo muito alto e alto eram aquelas que apresentavam os maiores níveis de média de renda monetária *per capita*, as maiores proporções das frações da classe dominante e da classe intermediária e as maiores proporções de pessoas brancas.

Por outro lado, as famílias de clima educativo médio, baixo e muito baixo eram aquelas que apresentam os menores níveis de renda monetária *per capita*, as maiores proporções das frações da classe popular e as maiores proporções de pessoas negras. Apesar dessa separação, a fim de sumarizar os resultados, podemos dizer que havia diferenças entre as famílias de clima educativo muito alto e alto. Também havia diferenças, sobretudo, entre as famílias de clima educativo médio e de clima educativo baixo e muito baixo.

CAPÍTULO 5

COMPOSIÇÃO DE RENDA FAMILIAR

CAPÍTULO 5

COMPOSIÇÃO DE RENDA FAMILIAR

Marcelo Gomes Ribeiro
Vinicius dos Reis Soares
Paula Guedes Martins Ferreira
Lucas dos Santos Jambeiro
Matheus Lucas Cordovil de Oliveira

A utilização da renda como expressão da estrutura social é comumente aceita nas sociedades modernas e monetizadas, tendo em vista que ela se apresenta como um dos aspectos mais relevantes para a garantia das condições de vida. Por se constituir como uma variável numérica, a renda também tem sido utilizada para expressão das condições sociais familiares, porque torna possível considerar o compartilhamento desse recurso entre os membros de uma família, a partir do cálculo da média, estabelecendo a renda familiar *per capita*. Seja em relação aos indivíduos, seja em relação às condições médias da família, a renda tem sido utilizada para expressar as desigualdades existentes em cada sociedade.

As análises de desigualdades tendem a considerar a renda no seu conjunto, mesmo que seja apenas de alguns dos seus componentes, como é o caso do rendimento do trabalho. Isso significa que se toma o nível de renda de cada indivíduo ou o nível médio de renda de cada família, o colocando em comparação com o nível de renda de todos os demais indivíduos ou de todas as demais famílias. Esse tipo de análise normalmente é feito a partir da estratificação da população (indivíduos ou famílias) ordenada segundo o nível de renda, permitindo estabelecer relações entre as médias dos diferentes estratos de renda e a razão de renda a partir dessas

médias, ou ainda de índices sintéticos de desigualdades, como é o caso do Coeficiente de Gini ou do Índice de Theil (Medeiros, 2023). Seja como for, essas análises consideram, em geral, apenas o nível de renda no seu conjunto para cada unidade de análise (o indivíduo ou a família).

São menos comuns os estudos que utilizam análises sobre a composição de renda, de modo a expressar as diferenças entre os indivíduos ou entre as famílias pelos tipos de rendimentos que são auferidos – se derivado do trabalho, ou do patrimônio etc.¹ Isso se deve, em grande medida, à dificuldade de obtenção de bases de dados que permita essa separação. Em geral, os estudos que tratam de desigualdades de renda são decorrentes de levantamentos domiciliares, que dão maior ênfase aos rendimentos do trabalho (Barros et. al., 2010; Salata e Ribeiro, 2024). Os demais rendimentos, em geral, são pouco desagregados, às vezes sendo caracterizados apenas sob a designação de outros rendimentos. Há, também, estudos que se utilizam dos dados provenientes da declaração do imposto de renda (Souza e Medeiros, 2016), mas o acesso a esses dados tende a ser mais restrito, além de considerar apenas aquela parcela da população que é obrigada a realizar a declaração do imposto de renda. Apesar de serem em menor quantidade, esses estudos nos dão uma ideia da diversidade de rendimentos existentes entre os indivíduos ou entre as famílias.

A relevância do nosso trabalho está em analisar a composição de renda familiar a partir de uma base de dados em que as informações de rendimento estão completamente desagregadas, o que permite construir categorias de rendimento de acordo com o interesse que move a pesquisa. No nosso caso, por termos o objetivo de compreender as estratégias de reprodução social das famílias nas metrópoles brasileiras, torna-se importante o estabelecimento de categorias de rendimento com essa finalidade, principalmente porque a renda é uma condição fundamental para essa compreensão. A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) do IBGE (2019), que utilizamos neste estudo, tem a vantagem de ser um levantamento domiciliar que disponibiliza essas informações desagregadas para todas as famílias investigadas.

Apesar de os dados de rendimento estarem disponibilizados para cada morador, neste trabalho realizamos a junção dessas informações para a unidade de análise da família, entendida como uma unidade de

1 Alguns exemplos são os trabalhos de Barbosa, Souza e Soares (2020) e de Hoffmann e Vaz (2021).

consumo (IBGE, 2019). Para satisfazer essa necessidade de analisar a composição de renda familiar, foi preciso enfrentar muitos desafios na sua operacionalização, principalmente devido à diversidade de tipos de rendimentos e de composição de renda existente entre as famílias, como será apresentado na próxima seção.

Classificação da composição de renda familiar

Para a construção da classificação da composição de renda familiar, foi necessário, inicialmente, construir uma categorização dos tipos de rendimentos que, em geral, estavam disponíveis na base de dados da POF 2017-2018. Como cada família possui tipos de rendimentos diversos, composições distintas desses rendimentos e diferentes níveis de renda, a classificação da composição de renda familiar foi construída como resultado desses três aspectos. Considerou-se, portanto, aqueles rendimentos que prevaleciam em cada família, a partir das categorias de rendimentos adotadas e segundo o nível de renda familiar.

Na POF, estão disponíveis os rendimentos monetários e não monetários. Os primeiros, como o próprio nome define, dizem respeito a todo e qualquer tipo de ganho monetário proveniente do trabalho, de aplicações financeiras, de transferência governamental ou de outras formas, principalmente de caráter eventual, como aqueles ganhos obtidos por meio da venda de algum bem ou advindos da restituição do imposto de renda ou mesmo decorrente de herança. Os rendimentos não monetários, por sua vez, correspondem às despesas não monetárias, com exceção do valor do aluguel estimado².

As despesas não monetárias são aquisições “obtidas através de doação, retirada do negócio, troca, produção própria, pescado, caçado e coletado durante os períodos de referência da pesquisa, disponíveis para utilização. As valorações das despesas não monetárias foram realizadas pelos próprios informantes, considerando os preços vigentes no mercado local” (IBGE, 2019). Os rendimentos não monetários foram classificados na própria POF como doação, retirada do negócio, troca, produção própria e outra, podendo corresponder à despesa individual ou à despesa coletiva. Na composição de renda familiar deste trabalho, foram considerados os rendimentos monetários, incluída a variação patrimonial, os rendimentos não monetários e o aluguel estimado.

2 Esse valor é estimado para o imóvel pelas unidades de consumo com condição de ocupação diferente de alugado, deduzidas as despesas com manutenção, impostos, taxas e seguros.

Tipos de rendimentos e estratos de renda

Para a construção da categorização dos tipos de rendimentos, foi tomada como referência a classificação construída por Hoffmann e Vaz (2021), também feita a partir da POF, mas com maior detalhamento na sua especificação, conforme o interesse da nossa pesquisa. Esse tipo de organização resultou em 28 categorias de rendimentos, sendo agregadas em 9 grupos, como pode ser visualizado no Quadro 5.1. A definição desses grupos levou em consideração os princípios de comportamento econômico de Karl Polanyi (2000), que foram ajustados para o contexto contemporâneo, tendo em vista as formas e os mecanismos de reprodução social atualmente existentes.

Segundo Polanyi (2000), a economia de mercado, que é uma economia dirigida pelos preços, só surgiu no século XIX como decorrência da Revolução Industrial. Nas sociedades anteriores a esse período, o mercado, quando existiu, esteve subordinado às formas de organização da sociedade. E nessas sociedades prevaleciam outros princípios de comportamento econômico, como a redistribuição, a reciprocidade ou a domesticidade.

A redistribuição pressupõe um tipo de organização da sociedade baseado na centralidade, em que seus membros reúnem ou armazenam os bens produzidos ou caçados na autoridade do grupo, que posteriormente os distribui segundo os ritos e costumes da comunidade. A reciprocidade considera as formas de organização social baseadas na simetria, a partir das quais se constituem relações sociais do “dar e receber”, que podem ocorrer em momentos separados no tempo e no lugar. Segundo esse princípio, uma postura recíproca pode ser simplesmente uma atitude de reconhecimento social. Já a domesticidade é baseada na produção própria, sendo constituída em grupos fechados, seja pelas relações familiares, seja pelas territoriais.

Numa economia de mercado, em que as relações são mediadas pelo preço, ao transformar o trabalho, a terra e o dinheiro em mercadorias, embora não sejam produzidos, provoca efeitos autodestrutivos da sociedade (Polanyi, 2000). Isso significa que se toda a organização social fosse baseada no preço, as sociedades seriam desintegradas. Devido a esses efeitos deletérios, tornaram-se necessários contramovimentos de autoproteção da sociedade. Por esse motivo, na contemporaneidade, embora o padrão de mercado, que se tornou hegemônico, tenha transformado o mercado

QUADRO 5.1

GRUPOS DE RENDA SEGUNDO OS TIPOS DE RENDIMENTOS

1	Mercado patrimonial	Aposentadorias e pensões [Privada]	1
		Aluguel ou arrendamento de imóvel	2
		Juros de empréstimo e dividendos	3
		Variação patrimonial	4
		Aluguel estimado	5
2	Mercado de trabalho protegido	Rendimento do trabalho protegido:	
		Empregador	6
		Conta-própria	7
		Empregado setor privado	8
		Empregado setor público e militar	9
		Trabalhador doméstico	10
		Adicionais	11
		Eventual	12
3	Mercado de trabalho não protegido	Rendimento do trabalho não protegido:	
		Empregador	13
		Conta-própria	14
		Empregado setor privado	15
		Empregado setor público e militar	16
		Trabalhador doméstico	17
4	Redistribuição por aposentadoria	Aposentadorias e pensões [RGPS]	18
		Aposentadorias e pensões [RPPS]	19
5	Redistribuição por transferência	Transferências dos principais programas sociais federais	20
		Outras transferências	21
6	Redistribuição por serviços públicos	Serviços públicos gratuitos	22
7	Reciprocidade	Doação monetária	23
		Doação não monetária ou troca	24
		Pensão alimentícia e mesada	25
8	Domesticidade	Rendimento não monetário próprio [retirada do negócio ou produção própria]	26
9	Outras rendas	Outros rendimentos monetários	27
		Outros rendimentos não monetários [outas formas de aquisição]	28

Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras” - Observatório das Metrópoles.

em uma esfera diferente da sociedade, subordinando-a, também se manifestam os princípios de comportamento econômico baseados na redistribuição, na reciprocidade e na domesticidade, que contribuem para a autoproteção da sociedade.

Ao considerar o detalhamento dos tipos de rendimento existentes na POF, que considera os monetários e os não monetários, procuramos organizá-los à luz dos princípios de comportamento econômico como apontado por Polanyi (2000). São eles: os derivados de relações do mercado, os decorrentes dos mecanismos modernos de redistribuição – feitos, portanto, por meio do Estado –, os que se baseiam na reciprocidade e os que são próprios da domesticidade.

No entanto, foi necessário ajustar os princípios referentes ao mercado, entre o mercado patrimonial e o mercado de trabalho (socialmente protegido e não protegido), e à redistribuição, entre redistribuição por aposentadoria, redistribuição por transferência governamental e redistribuição de serviços públicos gratuitos. Esse ajuste partiu da consideração de que, apesar de o mercado ser baseado no preço e a redistribuição ser baseada na centralidade, há naturezas de fontes distintas em cada um deles.

Sendo assim, chegamos à organização dos tipos de rendimentos em 9 grupos: i. Mercado patrimonial; ii. Mercado de trabalho socialmente protegido; iii. Mercado de trabalho socialmente não protegido; iv. Redistribuição por aposentadoria; v. Redistribuição por transferência governamental; vi. Redistribuição de serviços públicos e gratuitos; vii. Reciprocidade; viii. Domesticidade; ix. Outras rendas.

Algumas considerações são importantes para o entendimento da correspondência entre os tipos de rendimento e o grupo de renda:

1. No grupo de renda de Mercado Patrimonial, foram consideradas as formas de aquisição de renda derivadas de ativos financeiros, inclusive as aposentadorias e pensões da previdência privada e os aluguéis estimados dos imóveis próprios em que as famílias residiam, independentemente de serem imóveis localizados em assentamentos regulares ou irregulares;
2. A condição de proteção social, que separa os mercados de trabalho entre protegidos e não protegidos, considerou a existência ou não de carteira de trabalho assinada para os empregados do setor privado e empregados domésticos, a existência ou não de contribuição

para a previdência social para os empregadores do setor privado, empregados domésticos e conta própria e a condição de estatutários do setor público, além de militares.

3. A redistribuição por serviços públicos e gratuitos foi construída a partir das despesas não monetárias com produtos e serviços obtidos em instituições públicas – órgãos públicos, estabelecimentos do SUS e locais de ensino – registrados como doação na POF. No caso dos produtos e serviços relacionados à educação, como o questionário da POF não identificava a natureza (pública ou privada) dos locais de aquisição relacionados à educação, foi utilizado o registro da natureza da instituição de ensino em que os moradores estavam matriculados disponível no cadastro de moradores. Foram considerados os casos em que havia compatibilidade direta entre a especificação da despesa e o nível escolar em que o informante estava matriculado, sendo considerado também quando todos os moradores em atividade escolar estavam na rede pública.

Como a condição de reprodução social depende não apenas da composição da renda familiar, mas também do seu nível, estabelecemos os estratos de renda para serem associados, posteriormente, aos tipos de rendimento. Os estratos de renda utilizados foram construídos a partir do rendimento monetário, incluída a variação patrimonial, sendo definidos pelas famílias de alta renda, que correspondem aos 10% de famílias de maior renda monetária *per capita* (10º decil); média renda, correspondente aos 50% de famílias de renda monetária *per capita* intermediária (5º ao 9º decil); e de baixa renda, referente aos 40% de famílias de menor renda monetária *per capita* (1º ao 4º decil).

Apesar de a composição de renda considerar o rendimento monetário e não monetário, os estratos de renda consideraram apenas o rendimento monetário. Essa escolha decorreu do fato de que a composição de renda é importante para a análise das estratégias que as famílias utilizam para a sua reprodução social, tendo em vista que nessas estratégias estão presentes mecanismos de aquisição de bens ou serviços que não são mediados pelo dinheiro. No entanto, os estratos de renda definidos apenas pelo rendimento monetário sinalizam para a sua importância nas sociedades monetizadas, tendo em vista que esse é um dos principais tipos de rendimentos distribuídos desigualmente entre os indivíduos ou as famílias.

Composição de renda familiar

Devido à diversidade de composição de renda existente entre as famílias e num esforço de simplificação de variadas situações, consideramos a prevalência do tipo de rendimento existente entre as famílias a partir do seu grupo de renda correspondente, quando cada um correspondesse a mais de 50% dos rendimentos da família. Uma vez consideradas as categorias de composição de renda, realizamos a associação com o nível de renda de cada família, a partir dos estratos de renda anteriormente apresentados, como pode ser observado no Quadro 5.2.

No entanto, devido aos resultados empiricamente obtidos, constatamos frequências pequenas de famílias cujas rendas prevalecentes fossem de reciprocidade, de domesticidade e de outras rendas, motivo pelo qual resolvemos agregá-las em apenas uma única categoria³, em “majoritariamente de outros mecanismos”. Pelo mesmo motivo, somente para as famílias de mais baixa renda [40% de menor renda], a redistribuição foi separada nas três categorias anteriormente apresentadas [por aposentadoria, por transferência e por serviços públicos].

Nos estratos de média renda, as redistribuições majoritariamente por transferência ou por serviços públicos correspondiam, em cada caso, a menos de 0,1% do total das famílias nas metrópoles brasileiras. Por isso, esses casos foram agregados na categoria “majoritariamente de outros mecanismos”. Nos estratos de alta renda, não houve famílias cuja composição de renda era majoritária pelas redistribuições por transferência ou por serviços públicos.

Os rendimentos disponíveis para cada um dos produtos da POF foram disponibilizados em bases temporais diferentes – semana, mês, trimestre ou ano –, o que requereu que fossem realizadas padronizações de todos os rendimentos para o período mensal. Além disso, todos os rendimentos foram deflacionados para o mês de janeiro de 2018, conforme deflatores disponibilizados nas bases de dados da POF.

3 Esses resultados podem ser decorrentes de o recorte analítico deste estudo focar nas famílias nas metrópoles do país. Se o recorte fosse de famílias do meio rural, talvez essas categorias pudessem apresentar maior expressão numérica.

QUADRO 5.2

CLASSIFICAÇÃO DE COMPOSIÇÃO DE RENDA FAMILIAR

Alta renda	Majoritariamente do mercado patrimonial	1
	Majoritariamente do mercado de trabalho protegido	2
	Majoritariamente do mercado de trabalho não protegido	3
	Majoritariamente de redistribuição por aposentadoria	4
	Majoritariamente de outro mecanismo	5
	Diversificada	6
Média renda	Majoritariamente do mercado patrimonial	7
	Majoritariamente do mercado de trabalho protegido	8
	Majoritariamente do mercado de trabalho não protegido	9
	Majoritariamente de redistribuição por aposentadoria	10
	Majoritariamente de outro mecanismo	11
	Diversificada	12
Baixa renda	Majoritariamente do mercado patrimonial	13
	Majoritariamente do mercado de trabalho protegido	14
	Majoritariamente do mercado de trabalho não protegido	15
	Majoritariamente de redistribuição por aposentadoria	16
	Majoritariamente de redistribuição por transferências	17
	Majoritariamente de redistribuição por serviços públicos	18
	Majoritariamente de outro mecanismo	19
	Diversificada	20

Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras” - Observatório das Metrópoles.

Características das famílias segundo a composição de renda

Famílias por grupos de renda

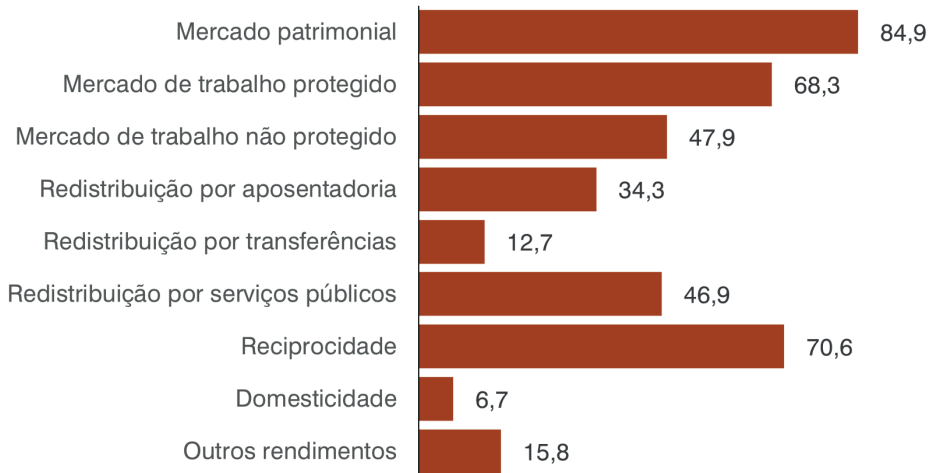
A caracterização das famílias segundo a composição de renda foi realizada de acordo com a classificação acima apresentada. Porém, antes de analisarmos o seu resultado, vamos apresentar as frequências do número de famílias que detêm cada um dos grupos de renda que deram origem àquela classificação, de modo a termos uma compreensão mais abrangente desses resultados. Isso é importante porque as famílias possuíam tipos de rendimentos diversificados entre elas e o quantitativo de famílias que possuíam cada tipo de rendimento, independente nesse momento do seu valor, nos oferece uma ideia da relevância de cada um deles para as estratégias de reprodução social que cada família pode desenvolver.

No Gráfico 5.1, estão expostas as frequências de famílias que possuíam cada um dos grupos de renda nas metrópoles brasileiras, baseadas na perspectiva dos princípios de comportamento econômico de Karl Polanyi, como discutido acima. Podemos observar que a maior frequência se refere à renda do mercado patrimonial, demonstrando que 85% das famílias possuíam esse tipo de rendimento. Esse resultado expressivo é decorrente, principalmente, do aluguel estimado que compõe esse grupo de renda, tendo em vista que essa estimação pode ser feita para todo tipo de imóvel, seja ele localizado em assentamento regular ou irregular.

É significativo que a segunda maior frequência fosse a de reciprocidade, correspondendo a 71%, pois mais de dois terços das famílias nas metrópoles brasileiras utilizam desse mecanismo como estratégia de composição de sua renda. Em terceiro lugar, aparecia a renda derivada do mercado de trabalho protegido, correspondente a 68%, demonstrando a centralidade que esse mecanismo tinha para a composição de renda das famílias.

Todos os demais grupos de renda apresentavam frequências de famílias em patamares menores que 50%. Apesar disso, era ainda muito relevante o percentual de famílias que possuíam renda obtida no mercado de trabalho não protegido [48%], renda de redistribuição por serviços públicos [47%] e renda de redistribuição por aposentadoria [34%]. Com frequências mais reduzidas, apareciam os grupos de renda referentes a outros mecanismos [16%], à redistribuição por transferência governamental [13%] e à domesticidade [7%], mesmo assim significativos, se considerarmos que estamos tratando de uma realidade metropolitana.

GRÁFICO 5.1

QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS SEGUNDO OS GRUPOS DE RENDA NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]

Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras” - Observatório das Metrôpoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

Esses resultados demonstram que, pelo menos em termos do quantitativo dos rendimentos existentes em cada uma das famílias, eram muito importantes na sua composição de renda os rendimentos derivados do mecanismo de mercado – patrimonial e do trabalho (protegido e não protegido) –, a reciprocidade e a redistribuição (por serviços públicos e gratuitos e por aposentadoria, principalmente). Apesar de o número de famílias que possuíam renda derivada de redistribuição por transferência governamental ser mais reduzido, a proporção de 13% de famílias nas metrópoles do país também não deixa de ser expressiva, tendo em vista que o caráter desse tipo de rendimento decorre, em geral, das precárias condições de sobrevivência dos seus moradores.

Composição geral de renda familiar e massa de rendimento por estratos

Como foi afirmado na seção anterior, devido à diversidade de tipos de rendimentos existentes entre as famílias nas metrópoles brasileiras, foi necessário construir a classificação de composição de renda familiar

considerando as situações de prevalência dos principais grupos de renda, segundo a categorização baseada nos princípios de comportamento econômico de Karl Polanyi. Mas, para isso, foi importante também relacionar essa classificação com os níveis de renda monetária *per capita*, a partir dos estratos de renda: 40% de baixa renda [1º ao 4º decil]; 50% de renda média [5º ao 9º decil]; 10% de renda alta [10º decil]. Para apresentar o resultado obtido a partir dessas relações, vamos avaliar primeiro a composição geral de renda familiar nas metrópoles do país e a massa de rendimento apropriada por cada um dos estratos de rendimento.

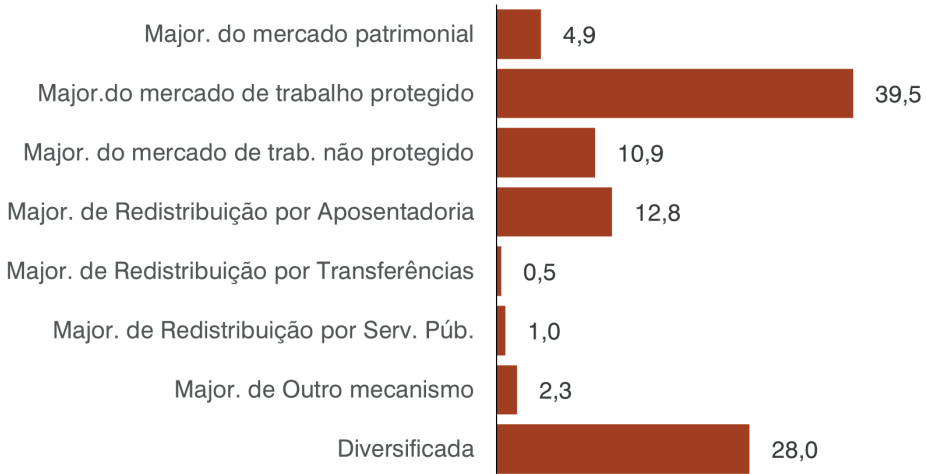
No Gráfico 5.2, está exposta a composição de renda das famílias nas metrópoles brasileiras. Neste caso, foi considerada a massa do rendimento para cada grupo de renda. Assim, foram consideradas as situações de maior prevalência dos principais grupos de renda, quando cada um dos grupos correspondia a mais de 50% da massa de rendimento no interior da família, ou a situação de renda diversificada, quando nenhum grupo de renda possuía mais de 50% da massa de rendimento em cada família.

A maior participação observada foi das famílias majoritariamente do mercado de trabalho protegido [39%], seguida pelas famílias com renda diversificada [28%], pelas famílias majoritariamente de renda de redistribuição por aposentadoria [13%] e pelas famílias majoritariamente de renda do mercado de trabalho não protegido [11%]. Somente 5% das famílias possuíam renda majoritariamente do mercado patrimonial e apenas 1% era majoritariamente de redistribuição por serviços públicos e menos de 1% de redistribuição por transferências. Famílias com renda majoritariamente de outros mecanismos eram de apenas 2%.

Famílias com renda majoritária proveniente do mercado de trabalho correspondiam à metade [50%], ao somar aquelas protegidas e não protegidas. Isso é demonstração da importância que a instituição mercado de trabalho tem como mecanismo distributivo de renda. Se considerarmos as famílias com renda majoritária do mercado patrimonial, esse somatório passaria a corresponder a 55%, abrangendo, portanto, todo tipo de mecanismo vinculado ao mercado.

Em relação à redistribuição, o maior peso era conferido à redistribuição por aposentadoria, tendo em vista a existência de 13% de famílias com renda majoritária proveniente desse mecanismo. Vale ressaltar que eram muito poucas as famílias cuja renda majoritária fosse de redistribuição por serviços públicos ou redistribuição por transferências, que correspondiam,

GRÁFICO 5.2

COMPOSIÇÃO DE RENDA DAS FAMÍLIAS NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]

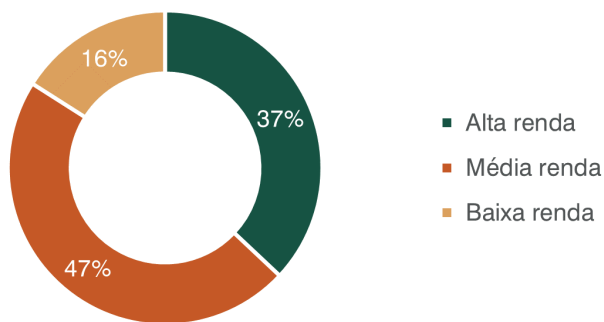
Fonte: Projeto de pesquisa "Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras" - Observatório das Metrópoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

juntas, a menos de 2%. Isso leva a crer que as famílias que dependiam de mecanismos de redistribuição, seja por transferência governamental ou pela oferta de serviços públicos, tinham renda diversificada, o que é corroborado pela elevada participação dessa categoria de renda [28%] e pelo que vimos anteriormente, tendo em vista a importância dos serviços públicos para 47% das famílias nas metrópoles do país e das transferências governamentais para 13% delas, conforme o Gráfico 5.1.

Possuir rendimento majoritariamente proveniente de reciprocidade ou domesticidade tinha pouca expressão nas metrópoles do país, tendo em vista que as famílias de renda majoritária de outros mecanismos correspondiam somente a 2%. Portanto, apesar da importância da reciprocidade, como vimos anteriormente, eram poucas as famílias em que havia a prevalência desse tipo de mecanismo, motivo que torna a composição diversificada de renda mais expressiva nas metrópoles brasileiras.

Quando contrastamos o Gráfico 5.1 e o Gráfico 5.2, observamos que, apesar de os grupos de renda do mercado patrimonial, da redistribuição por serviços públicos e da reciprocidade serem expressivos para as famílias

GRÁFICO 5.3

MASSA DE RENDIMENTO APROPRIADA PELAS FAMÍLIAS SEGUNDO OS ESTRATOS DE RENDA SELECIONADOS NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]

Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras” - Observatório das Metrópoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

das metrópoles do país, eram poucas as famílias que tinham rendimento majoritariamente desses grupos de renda. Isso é demonstração de que, embora fossem importantes para a composição de renda familiar, eles apenas se somavam a outros tipos de rendimento.

Vale destacar que, embora 13% das famílias metropolitanas tivessem rendimento de redistribuição por transferência governamental, apenas 1% das famílias tinham renda majoritariamente proveniente desse mecanismo. Isso comprova que, apesar de importante, esse tipo de rendimento era, para a maioria das famílias que o possuía, necessário para a obtenção de outros tipos de rendimento para a composição de renda.

A apropriação da massa de rendimentos pelas famílias segundo os estratos de renda era muito desigual, como podemos observar no Gráfico 5.3. As famílias que se enquadravam dentre os 40% de baixa renda se apropriavam de apenas 16% da massa de rendimentos, enquanto as famílias correspondentes aos 10% de alta renda se apropriavam de 37%. As famílias de nível de renda intermediário se apropriavam de 47% da massa de rendimentos. Essas proporções demonstram que a desigualdade de renda nas metrópoles do país se devia, principalmente, à apropriação feita pelos estratos de mais alta renda em relação à apropriação realizada pelos estratos de mais baixa renda.

Composição de renda familiar segundo os estratos de rendimento

Quando associamos a composição e os estratos de renda, observamos diferenças importantes entre as famílias nas metrópoles brasileiras, conforme exposto no Gráfico 5.4. Apesar das diferenças, em todos os estratos de renda, a maior proporção de famílias era daquelas de renda majoritária proveniente do mercado de trabalho (protegido e não protegido juntos). A proporção referente ao mercado de trabalho era maior para as famílias de alta renda, seguida pelas famílias de média renda e, por fim, pelas famílias de baixa renda. Quando se considera apenas o mercado de trabalho não protegido, eram as famílias de baixa renda que apresentavam as maiores proporções, sendo estas reduzidas para os níveis de renda mais elevados.

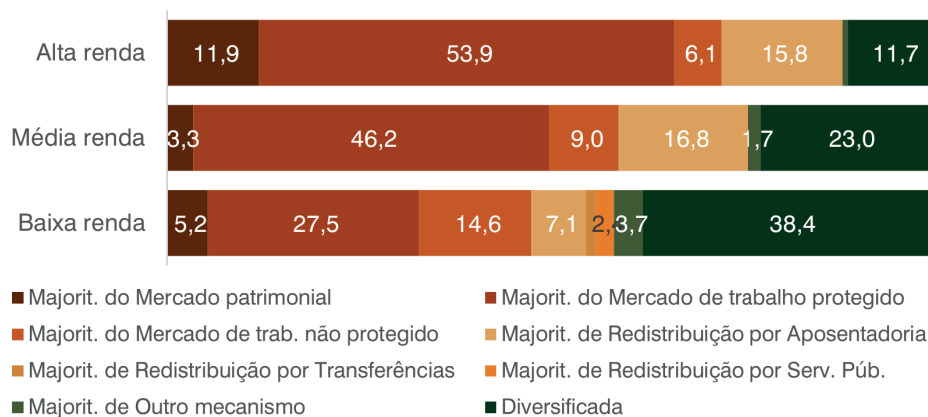
Era muito diferente a participação do estrato de alta renda no número de famílias com renda majoritária do mercado patrimonial em relação aos estratos de renda média e baixa. Enquanto aquelas famílias possuíam participação de 12%, nestas últimas as participações eram, respectivamente, de 3% e 5%. O fato de haver mais famílias de baixa renda majoritariamente do mercado patrimonial do que as famílias de média renda pode decorrer de este mecanismo estar incorporando o aluguel estimado, situação que considera, também, os imóveis, mesmo que em assentamentos irregulares.

Quando consideramos a participação conjunta dos mecanismos do mercado patrimonial e do mercado de trabalho, percebemos que havia 72% de famílias de alta renda majoritariamente de mercado nas metrópoles brasileiras. Em relação às famílias de média renda, o mecanismo de mercado correspondia a 58%. Em relação às famílias de baixa renda, o mecanismo de mercado correspondia a 47%. Esses resultados demonstram como o mecanismo de mercado era mais importante quanto mais elevado fosse o nível de renda das famílias.

O mecanismo de redistribuição constituía-se como relevante para todos os segmentos de renda, principalmente para os estratos de renda média e alta, devido à aposentadoria. No estrato de baixa renda, apesar de a aposentadoria ser o tipo mais importante entre os mecanismos de redistribuição, havia também famílias cujas rendas majoritárias eram provenientes de serviços públicos e de transferências, mas com participações muito pequenas, de apenas 1% e 0,5%, respectivamente.

GRÁFICO 5.4

COMPOSIÇÃO DE RENDA DAS FAMÍLIAS SEGUNDO OS ESTRATOS DE RENDIMENTO SELECIONADOS NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]



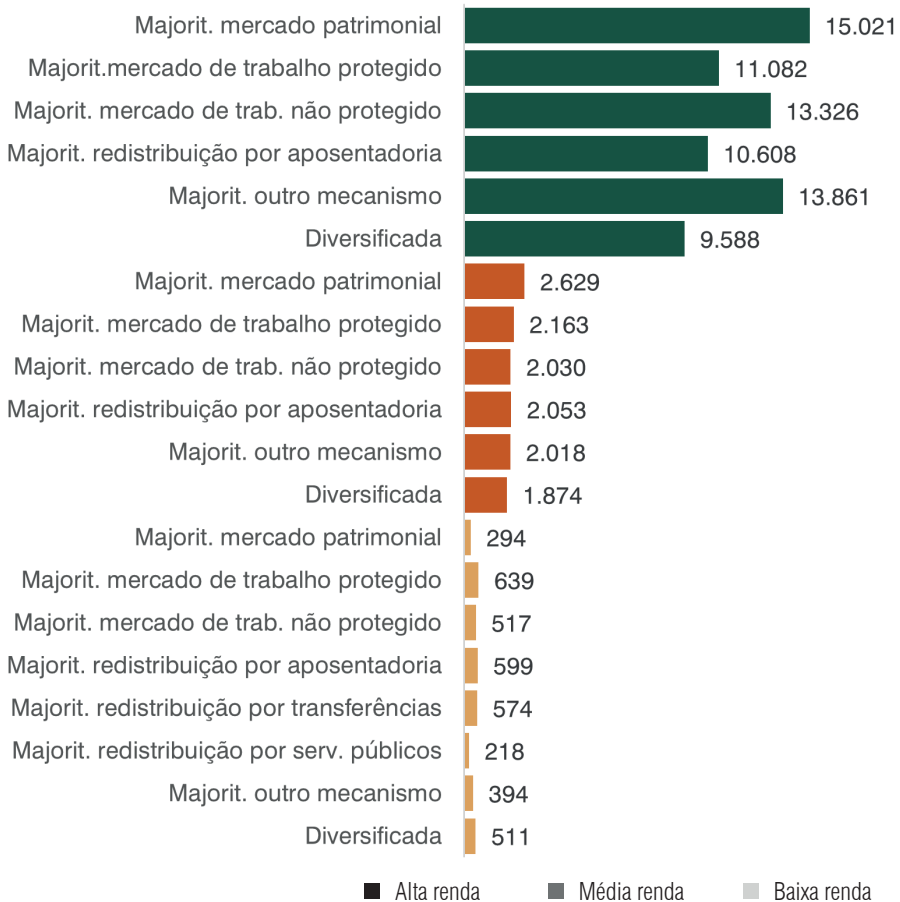
Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras” - Observatório das Metrôpoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

A composição de renda referente a outros mecanismos, que incorpora neles a reciprocidade, a domesticidade e outras situações não identificadas, apresentava participação maior no segmento de baixa renda, correspondente a 4%. Isso sugere que algum desses mecanismos pode ser relevante como prevalente na composição de renda das famílias de baixa renda.

Para as famílias de baixa renda, o principal tipo de composição de renda era a diversificada, correspondente a 38%. Esse tipo de composição diminuía à medida que se considerava as famílias de renda mais elevada, pois era de 23% para as famílias de média renda e de 12% para as famílias de alta renda. O maior peso para as famílias de baixa renda de uma composição diversificada de rendimentos informa que parcela expressiva desse segmento social precisava desenvolver variadas estratégias para a obtenção de renda de modo a garantir a sua reprodução social. Os segmentos de média renda e, principalmente, de alta renda apresentavam composições de mecanismos mais estáveis para a obtenção de renda, como os provenientes do mercado de trabalho ou de aposentadoria.

GRÁFICO 5.5

RENDA MONETÁRIA MÉDIA FAMILIAR *PER CAPITA* POR COMPOSIÇÃO DE RENDA DAS FAMÍLIAS SEGUNDO OS ESTRATOS DE RENDIMENTO NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM R\$]



Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras” - Observatório das Metrôpoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

No Gráfico 5.5, está exposta a média de renda monetária familiar *per capita* por composição de renda familiar segundo os estratos de rendimento. Evidentemente que os resultados refletem o viés imputado aos dados, porque eles já foram construídos separando as famílias de acordo com os seus níveis de rendimento, em que as famílias de alta renda possuíam média de renda *per capita* de R\$11.416, as famílias de média renda

possuíam renda *per capita* de R\$2.076 e as famílias de baixa renda, média de R\$530. De todo modo, são ilustrativos os resultados apresentados como demonstração das desigualdades de renda existentes entre as famílias nas metrópoles brasileiras e de diferenças ou semelhanças entre as categorias de rendimento dentro de um mesmo estrato.

Na verdade, só havia diferenças entre as médias de renda dentro do estrato de alta renda, pois, na realização de testes de significância estatística⁴, não foram observadas diferenças entre as categorias de rendimento dentro dos estratos de renda média e baixa. Em relação ao estrato de alta renda, constatamos que o rendimento médio das famílias de renda majoritariamente do mercado patrimonial apresentava diferenças em relação à média de rendimento das famílias de renda majoritariamente provenientes do mercado de trabalho protegido, de redistribuição por aposentadoria e de renda diversificada. Também havia diferenças entre a média de rendimento das famílias com renda majoritária do mercado de trabalho protegido e de renda diversificada. Além da média de rendimento de famílias de renda majoritariamente diversificada com famílias de renda majoritária de outros mecanismos.

Considerações finais

Procuramos apresentar a classificação da composição de renda familiar, na perspectiva de demonstrar sua importância para a compreensão da estrutura social familiar nas metrópoles brasileiras. Essa classificação foi construída relacionando os grupos de renda, segundo os princípios de comportamento econômico de Karl Polanyi, e três estratos de renda: alto, médio e baixo. Como as famílias apresentavam grande diversidade na sua composição de renda, foi necessário nessa classificação considerar as situações de maior prevalência de cada tipo de mecanismo, quando algum deles correspondia a mais de 50% dos rendimentos familiares, ou a situação de diversidade, quando nenhum dos rendimentos familiares ultrapassava a metade do somatório dos rendimentos.

Constatamos que os grupos de renda relativos ao mercado patrimonial, ao mercado de trabalho protegido e à reciprocidade eram aqueles de maior frequência das famílias nas metrópoles brasileiras. Apesar disso, quando verificamos a composição de renda familiar, os grupos de renda que mais

4 O teste de significância estatística utilizado foi feito a partir do método de Tukey.

prevaleciam eram os provenientes do mercado de trabalho protegido [39%], de renda diversificada [28%], de redistribuição por aposentadoria [13%] e do mercado de trabalho não protegido [11%], correspondentes a 91% das famílias.

Em relação aos estratos, observamos que aqueles de renda média e alta possuíam mecanismos mais estáveis de obtenção de renda, principalmente referente ao mercado de trabalho protegido, ao mercado patrimonial e à redistribuição por aposentadoria. No estrato de baixa renda, ao contrário, prevalecia estrutura de renda diversificada, o que aponta no sentido de esse segmento social necessitar desenvolver variadas estratégias para a obtenção de renda para a família. Para o estrato de renda baixa, apesar da importância que tinham os rendimentos provenientes da redistribuição por serviços públicos e da reciprocidade, eles não se configuravam como prevalentes para as famílias, mas contribuíam para a sua composição de renda.

CAPÍTULO 6

ESTRUTURA SOCIAL FAMILIAR

CAPÍTULO 6

ESTRUTURA SOCIAL FAMILIAR

Marcelo Gomes Ribeiro
Vinicius dos Reis Soares

Neste capítulo, objetivamos apresentar a estrutura social familiar construída pela interação das dimensões de arranjo, configuração de classe, composição racial, clima educativo e composição de renda das famílias nas metrópoles brasileiras, a partir dos dados da POF 2017-2018 (IBGE, 2019). Partimos do pressuposto de que as diferentes posições sociais que conformam a estrutura social familiar precisam ser definidas a partir dessa interação, tendo em vista que as estratégias adotadas para a reprodução social dos indivíduos dependem do modo como cada família se caracteriza socialmente. Essa caracterização não se restringe apenas a alguma das dimensões consideradas isoladamente, pois cada uma delas contribui à sua maneira para a definição da posição social familiar. Portanto, a posição social familiar requer a compreensão das relações entre as diferentes dimensões mencionadas.

Para podermos avançar nessa compreensão, vamos apresentar o resultado do procedimento metodológico de construção da estrutura familiar que estabeleceu uma tipologia de posições sociais definida por meio da interação entre as dimensões de arranjo, configuração de classe, composição racial, clima educativo e composição de renda, a partir das categorias que constituíram a classificação de cada uma dessas dimensões,

como vimos nos capítulos anteriores. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a análise de correspondência múltipla – que se constitui como um tipo de análise fatorial voltada para dados categóricos –, seguida da análise de cluster, que permitiu a realização de agrupamento das famílias a partir de sua relação de proximidade ou distanciamento, definida pela sua posição num plano cartesiano como resultado da interação das variáveis que conformaram a localização de cada uma das famílias pelo procedimento da análise de correspondência múltipla.

O capítulo está organizado em mais quatro seções, além desta introdução. Na segunda seção, apresentamos os resultados dos procedimentos metodológicos e a reflexão analítica que explica a tipologia obtida de posições sociais familiares. Na terceira seção, expomos a caracterização de cada uma das posições sociais familiares, relacionando com outras variáveis selecionadas por sua importância social ou demográfica. Na quarta seção, realizamos a discussão da estrutura social familiar, considerando as dimensões que as definiram, para uma compreensão mais aprofundada de cada uma das posições sociais. Por fim, apresentamos as considerações finais.

Metodologia de construção da tipologia de posições sociais familiares

A tipologia de posições sociais familiares foi resultado da análise de correspondência múltipla, considerando as categorias das classificações das cinco dimensões da estrutura social familiar – arranjo, configuração de classe, composição racial, clima educativo e composição de renda – e da análise de cluster. Abaixo apresentamos os resultados de cada um desses procedimentos e uma reflexão analítica com explicação desses resultados.

Como vimos nos capítulos anteriores, as classificações das dimensões de arranjo, composição racial e composição de renda foram construídas considerando todas as famílias nas metrópoles brasileiras. Porém, as classificações das dimensões de configuração de classe e clima educativo foram construídas apenas a partir das famílias que se enquadravam nos critérios que as definiam.

Em relação à dimensão de configuração de classe, que era definida a partir da ocupação no mercado de trabalho, aquelas famílias que não possuíam nenhum dos seus membros trabalhando não foram incorporadas na

classificação. Em relação ao clima educativo, como foi definido pela média de anos de escolaridade das pessoas de 25 anos ou mais de idade, não foram incluídas as famílias em que todos os seus membros tinham idade inferior a esse limite etário estabelecido.

No entanto, para a construção da tipologia de posições sociais familiares, que se pretendeu realizar para todas as famílias nas metrópoles do país, foi necessário inserir nas classificações de configuração de classe e de clima educativo as famílias que não estavam incorporadas. Sendo assim, na classificação de configuração de classe, além das categorias já definidas, foi incorporada a categoria de “não ocupados”, referente às famílias em que nenhum dos seus membros possuía ocupação no mercado de trabalho. Na classificação de clima educativo, foi inserida a categoria de “não observado”, referente às famílias em que nenhum dos seus membros possuía 25 anos ou mais de idade. Por este motivo, as categorias das classificações das dimensões ficaram estabelecidas conforme o Quadro 6.1, de modo a considerar todas as famílias nas metrópoles brasileiras em todas as dimensões analíticas. Na classificação de composição de renda, apesar de haver 20 categorias, nesse quadro as organizamos em oito categorias para melhorar a sua visualização, mas indicamos em cada uma delas a sua referência ao nível de renda utilizado, se aplicado à renda alta, média ou baixa.

Portanto, o procedimento da análise de correspondência múltipla foi realizado considerando as 8 categorias do arranjo, as 8 categorias da configuração de classe, as 10 categorias da composição racial, as 6 categorias do clima educativo e as 20 categorias da composição de classe, como apresentado abaixo.

QUADRO 6.1

CATEGORIAS DAS CLASSIFICAÇÕES DAS DIMENSÕES DA ESTRUTURA SOCIAL FAMILIAR**ARRANJO FAMILIAR**

Unipessoal	1
Pessoa [s/ cônjuge] com filhos	2
Pessoa [s/ cônjuge] com outros membros	3
Pessoa [s/ cônjuge] com filhos e outros membros	4
Casal	5
Casal com filhos	6
Casal com outros membros	7
Casal com filhos e outros membros	8

CONFIGURAÇÃO DE CLASSE FAMILIAR

Classe dominante	1
Classe intermediária	2
Classe popular	3
Classes dominante e intermediária	4
Classes dominante e popular	5
Classes intermediária e popular	6
Todas as classes	7
Não ocupados	8

COMPOSIÇÃO RACIAL FAMILIAR

Monorracial Branca	1
Monorracial Preta	2
Monorracial Amarela	3
Monorracial Parda	4
Monorracial Indígena	5
Interracial Branca e Preta	6
Interracial Branca e Parda	7
Interracial Preta e Parda	8
Interracial Branca, Preta e Parda	9
Outros	10

continua

CLIMA EDUCATIVO FAMILIAR

	Muito Alto	1
	Alto	2
	Medio	3
	Baixo	4
	Muito baixo	5
	Não observado	6

COMPOSIÇÃO DE RENDA FAMILIAR

Alta renda	Majorit. do mercado patrimonial	1
	Majorit. do mercado de trabalho protegido	2
	Majorit. do mercado de trab. não protegido	3
	Majorit. de redistribuição por aposentadoria	4
	Majorit. de outro mecanismo	5
	Diversificada	6
Média renda	Majorit. do mercado patrimonial	7
	Majorit. do mercado de trabalho protegido	8
	Majorit. do mercado de trab. não protegido	9
	Majorit. de redistribuição por aposentadoria	10
	Majorit. de outro mecanismo	11
	Diversificada	12
Baixa renda	Majorit. do mercado patrimonial	13
	Majorit. do mercado de trabalho protegido	14
	Majorit. do mercado de trab. não protegido	15
	Majorit. de redistribuição por aposentadoria	16
	Majorit. de redistribuição por transferências	17
	Majorit. de redistribuição por serv. públicos	18
	Majorit. de outro mecanismo	19
	Diversificada	20

Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras” - Observatório das Metrópoles.

Análise de correspondência múltipla

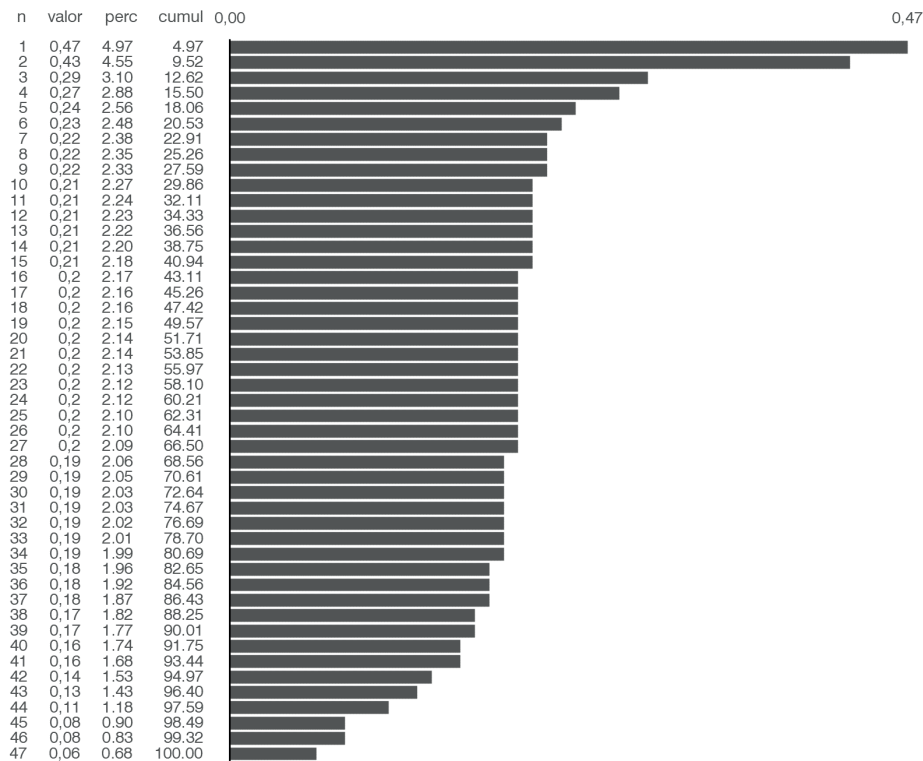
Para a realização da análise de correspondência múltipla, foram consideradas todas as famílias nas metrópoles brasileiras, que totalizavam 17.331 na amostra da POF 2017-2018. Quando expandidas para toda a população, elas totalizavam 25.891.670 famílias. Para cada família, disposta nas linhas de uma planilha, havia a identificação da categoria de cada uma das cinco classificações utilizadas, dispostas nas colunas. Ao aplicar o procedimento da análise de correspondência múltipla no software StatLab¹, obtivemos os resultados sobre a contribuição de cada um dos fatores (ou eixos), as variáveis de maior peso na definição de cada um deles e de sua exposição num plano cartesiano. Foi por meio desses instrumentos que realizamos a reflexão analítica para compreender os princípios de distribuição das famílias no espaço amostral.

Na Figura 6.1, estão expostas as contribuições dos fatores, como resultado da análise de correspondência múltipla. A contribuição de cada fator expressa o resultado das relações entre as variáveis utilizadas, tendo em vista o modo como suas categorias estão distribuídas nas famílias que estão sendo analisadas. Cada fator resume, portanto, a estrutura de relação entre as variáveis para o conjunto das famílias. O que importa reter do resultado exposto na Figura 6.1 é que os dois primeiros fatores são aqueles de maior contribuição, correspondentes a 9,52% da variância total entre os fatores. Embora seja pequena a contribuição desses dois fatores, é necessário considerar que se trata de análise de cinco variáveis, o que torna a variabilidade ainda mais dispersa. Nesse sentido, em nossa análise posterior, vamos considerar a estrutura de relações entre as variáveis dos dois primeiros fatores.

Tomada a decisão de utilizar apenas os dois primeiros fatores que foram resultados da análise de correspondência múltipla, torna-se necessário apreender as suas características, de modo a compreendermos os princípios de estruturação da distribuição das famílias no espaço amostral. Por este motivo, na Figura 6.2, estão destacadas as categorias das variáveis que apresentaram contribuição acima da média para a definição dos dois primeiros fatores obtidos. Em cada um desses fatores, as categorias que mais contribuíram para a sua definição decorreram da oposição entre aquelas destacadas em cinza claro e aquelas destacadas em cinza escuro.

1 Esse procedimento foi replicado também no software R, que apresentou os mesmos resultados. Mas resolvemos utilizar o software StatLab, mesmo sabendo que foi descontinuado, porque os seus outputs são de melhor visualização.

FIGURA 6.1
CONTRIBUIÇÃO DE CADA FATOR RESULTADO DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA



Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras” - Observatório das Metrópoles.

Sendo assim, no fator 1 (eixo 1), obtivemos a seguinte oposição: em cinza escuro estavam destacadas as categorias de Arranjo Unipessoal (A1), de Configurações de Classe Dominante (C1), de Classe Intermediária (C2) e de Classe Dominante e Intermediária (C4), de Composição Monorracial Branca (R1), de Clima Educativo Alto (E1) e Muito Alto (E2) e de Composição de Alta Renda Majoritariamente do Mercado de Trabalho Protegido (D2) e Média Renda Majoritariamente do Mercado de Trabalho Protegido (D8); em cinza escuro estavam destacadas as categorias de Configuração de Classe Popular (C3), de Clima Educativo Baixo (E4) e de Composição de Baixa Renda Majoritariamente do Mercado de Trabalho Protegido (D14) e Renda Diversificada (D20).

FIGURA 6.2

VARIÁVEIS DE MAIOR PESO NOS DOIS PRIMEIROS FATORES DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA

Variável	EIXO 1			EIXO2		
	coord	ctr	cos2	coord	ctr	cos2
A1	0,634	2,386	0,065	1,327	11,401	0,283
A2	-0,118	0,077	0,002	0,119	0,085	0,002
A3	-0,063	0,011	0,000	0,343	0,360	0,008
A4	-0,637	1,230	0,031	-0,171	0,097	0,002
A5	0,368	0,826	0,022	0,356	0,843	0,021
A6	-0,057	0,050	0,002	-0,641	6,813	0,226
A7	-0,407	0,173	0,004	0,253	0,073	0,002
A8	-0,608	1,190	0,030	-0,521	0,952	0,022
C1	2,329	9,565	0,233	-0,421	0,341	0,008
C2	0,638	2,868	0,080	-0,384	1,133	0,029
C3	-0,625	7,338	0,305	-0,028	0,016	0,001
C4	1,943	5,397	0,130	-1,085	1,836	0,041
C5	0,677	0,315	0,007	-0,917	0,631	0,014
C6	-0,269	0,464	0,013	-0,801	4,487	0,113
C7	0,779	0,178	0,004	-1,065	0,364	0,008
C0	0,216	0,300	0,008	1,801	22,806	0,574
R1	0,919	8,786	0,271	0,218	0,542	0,015
R2	-0,116	0,033	0,001	0,619	1,026	0,023
R3	1,174	0,191	0,004	0,422	0,027	0,001
R4	-0,238	0,652	0,021	0,365	1,680	0,049
R5	-0,104	0,001	0,000	1,228	0,142	0,003
R6	-0,152	0,032	0,001	-0,325	0,160	0,004
R7	-0,281	0,836	0,026	-0,450	2,327	0,066
R8	-0,638	1,381	0,035	-0,381	0,538	0,012
R9	-0,690	0,810	0,020	-0,737	1,009	0,022
R10	-0,144	0,024	0,001	-0,368	0,173	0,004
E1	2,380	13,074	0,323	-0,462	0,538	0,012
E2	0,834	6,557	0,196	-0,398	1,631	0,045
E3	-0,330	1,481	0,051	-0,302	1,352	0,042
E4	-0,581	3,513	0,108	0,163	0,300	0,008
E5	-0,405	1,027	0,028	1,132	8,775	0,220
E0	-0,343	0,097	0,002	0,158	0,023	0,000
D1	1,775	1,137	0,027	0,548	0,118	0,003
D2	2,645	11,707	0,284	-0,631	0,726	0,016
D3	2,352	0,971	0,023	-0,258	0,013	0,000
D4	1,539	1,457	0,035	1,196	0,961	0,021
D5	1,453	0,057	0,001	1,082	0,035	0,001
D6	2,177	1,675	0,039	-0,340	0,045	0,001
D7	0,518	0,151	0,004	0,814	0,408	0,009
D8	0,449	1,839	0,055	-0,672	4,502	0,122
D9	0,017	0,001	0,000	-0,034	0,002	0,000
D10	0,333	0,399	0,010	1,783	12,478	0,291
D11	0,688	0,168	0,004	1,105	0,471	0,010
D12	0,049	0,011	0,000	-0,127	0,081	0,002
D13	-0,282	0,075	0,002	0,810	0,677	0,015
D14	-0,652	2,199	0,058	-0,607	2,083	0,051
D15	-0,760	1,629	0,041	-0,150	0,069	0,002
D16	-0,486	0,332	0,008	1,271	2,480	0,055
D17	-0,345	0,038	0,001	2,122	1,566	0,034
D18	-0,826	0,354	0,008	0,140	0,011	0,000
D19	-0,285	0,066	0,002	0,908	0,725	0,016
D20	-0,800	4,872	0,138	-0,091	0,069	0,002

Fonte: Projeto de pesquisa "Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras" - Observatório das Metrópoles.

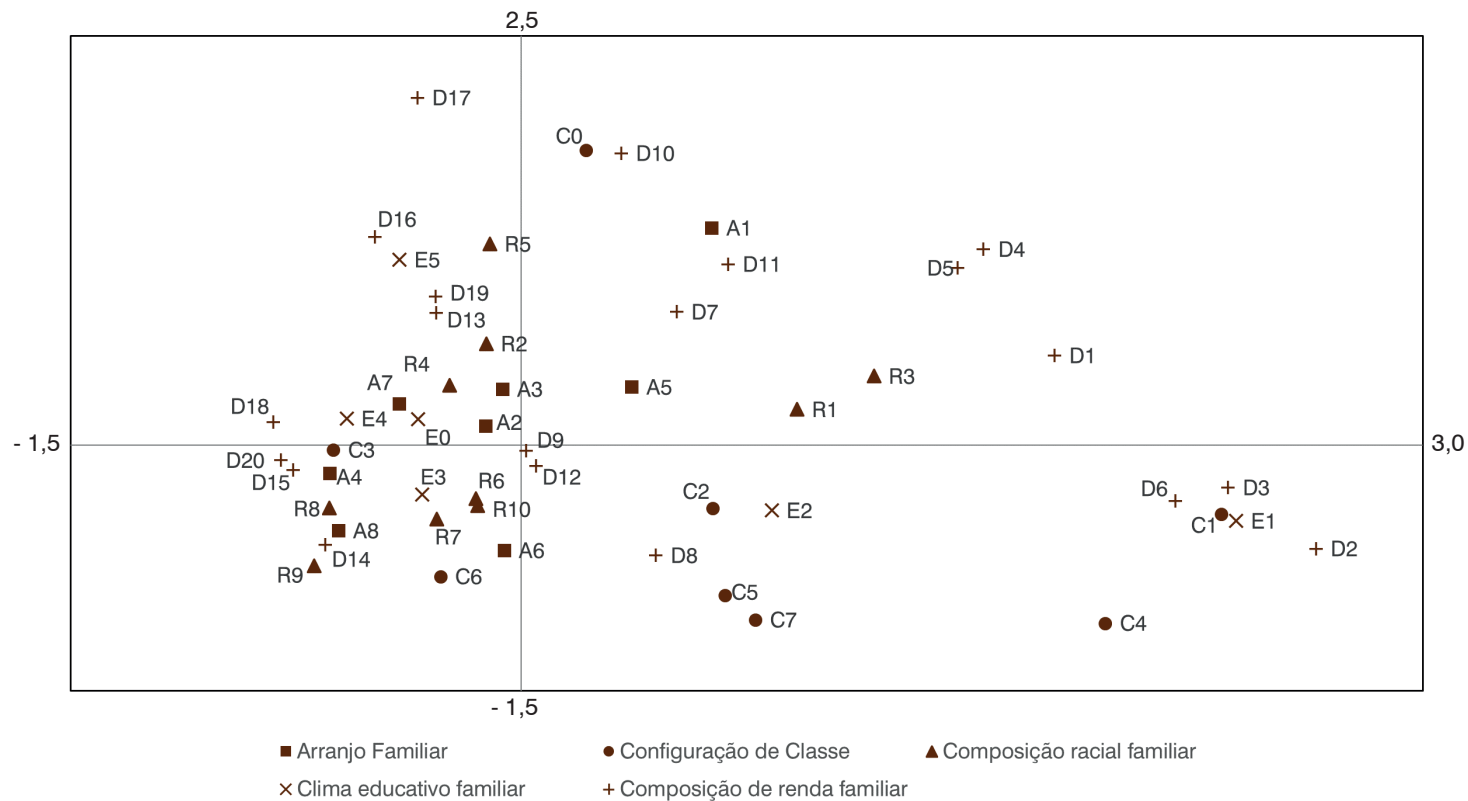
Esses resultados indicam que o fator 1 se tratava de uma oposição entre famílias de posições sociais altas e intermediárias e famílias de posições sociais baixas. Isso significa que essa oposição entre posições sociais se constituía como o primeiro princípio de distribuição das famílias, tornando-as mais próximas ou mais distantes a partir de suas características referentes a essas dimensões. Ou seja, o modo como estava estruturada a distribuição das famílias nas metrópoles brasileiras era explicado pela oposição entre famílias de posições sociais alta e intermediárias em contraposição às famílias de posições sociais baixas.

No fator 2, as categorias destacadas em cinza escuro eram de Arranjo de Casal com Filho (A6), de Configurações de Classe Popular (C4) e de Classe Intermediária e Popular (C6), de Composição Inter-racial Branca e Parda (R7) e de Composição de Renda Média Majoritariamente do Mercado de Trabalho Protegido (D8) e Renda Baixa Majoritariamente do Mercado de Trabalho Protegido (D14). As categorias destacadas em cinza claro eram de Arranjo Unipessoal (A1), de Configuração de Classe de Não Ocupados (C0), de Clima Educativo Muito Baixo (E5), de Composição de Renda Média Majoritariamente de Aposentadoria (D10) e de Renda Baixa Majoritariamente de Aposentadoria (D16).

Essa oposição se expressava entre as famílias em que seus membros faziam parte da força de trabalho e aquelas em que seus membros estavam fora da força de trabalho, por se constituírem, principalmente, por aposentados. Neste fator 2, além desse princípio explicativo, também se revelou uma oposição entre famílias de arranjo de casal com filhos e aquelas unipessoais, o que poderia estar relacionado às situações em que havia a necessidade de membros dessas famílias estarem no mercado de trabalho, sobretudo pela presença de filhos e famílias constituídas apenas por idosos em situação de aposentadoria.

A oposição entre as categorias das variáveis utilizadas que possuíam as maiores contribuições na explicação dos fatores 1 e 2 está exposta na Figura 6.3, numa representação do plano cartesiano. Na Figura 6.4, está exposta a mesma oposição, tendo sido incorporada também a distribuição das famílias no plano cartesiano. Ao considerar o resultado da análise de correspondência múltipla e os princípios explicativos da distribuição das famílias, realizamos a análise de cluster a partir da localização de cada família em relação aos dois eixos do plano cartesiano, portanto, a partir da coordenada de cada uma delas.

FIGURA 6.3
DISTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS NO PLANO CARTESIANO



Fonte: Projeto de pesquisa "Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras" - Observatório das Metrôpoles.

DISTRIBUIÇÃO DAS VARIÁVEIS E DAS FAMÍLIAS NO PLANO CARTESIANO



Análise de cluster

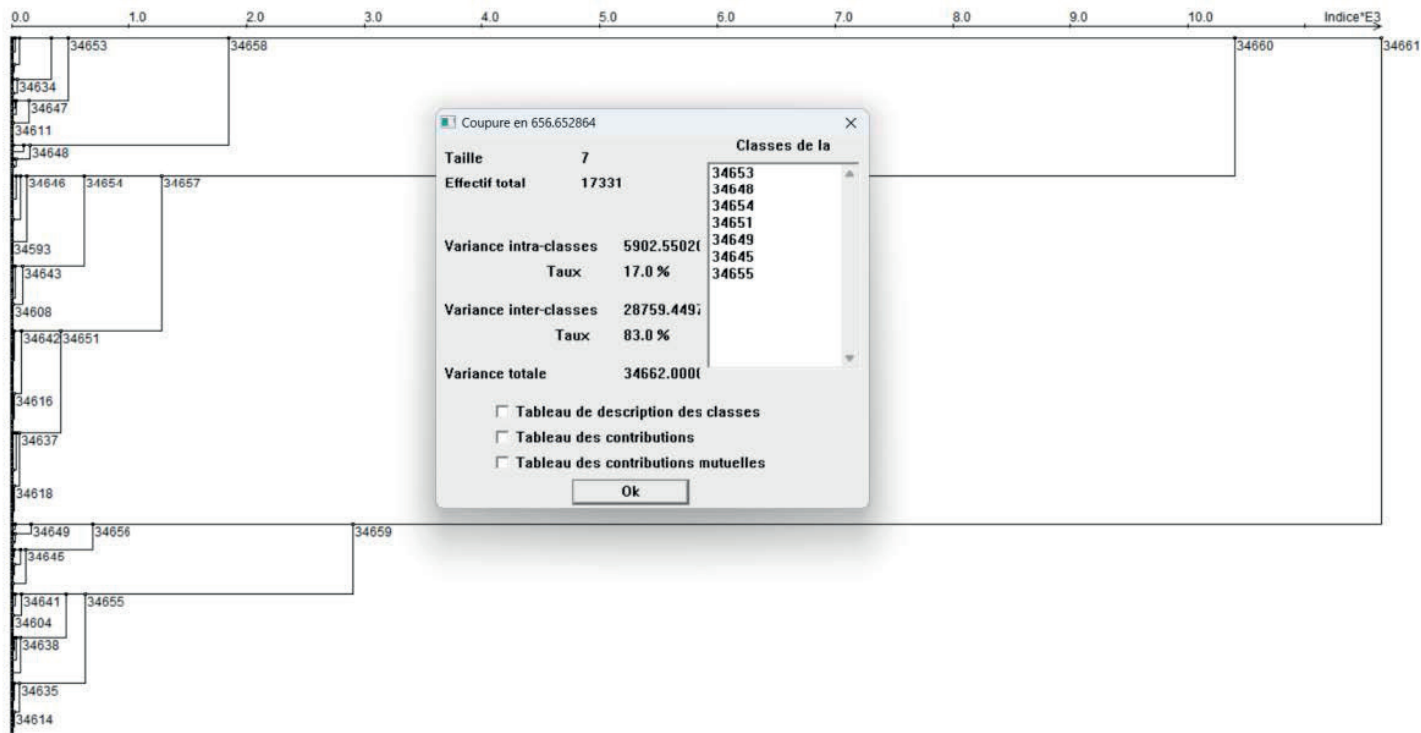
O procedimento da análise de cluster foi feito a partir dos pares de coordenadas de cada família referente aos dois primeiros eixos do plano cartesiano, resultado da análise de correspondência múltipla. Nesse procedimento, por meio do dendrograma, é possível definir o número de agrupamento de famílias considerando a variância interclasse, que se refere à variabilidade existente entre os grupos, e a variância intraclasse, correspondente à variabilidade interna dos grupos constituídos. O critério que utilizamos foi de obtenção da maior diferença entre os grupos, ao mesmo tempo primando por relativa homogeneidade interna de cada um deles, mas mantendo alguma parcimônia para não haver número excessivo de grupos. Por este motivo, como podemos visualizar na Figura 6.5, optamos pela conformação de 7 grupos (clusters), resultado da variância interclasse de 83% e da variância intraclasse de 17%. Esses grupos estão representados no plano cartesiano, como expresso na Figura 6.6.

A partir desse resultado, foram analisadas as características de cada um dos grupos formados de modo comparativo com os demais grupos. Essa análise se baseou na participação de cada categoria das dimensões analíticas utilizadas na sua construção – arranjo, configuração de classe, composição racial, clima educativo e composição de renda – considerando cada um dos grupos e a análise da densidade relativa de cada uma dessas categorias, que correspondeu à divisão do percentual de cada categoria encontrada no grupo em relação ao percentual da mesma categoria encontrada nas metrópoles brasileiras observadas em conjunto.

Assim, obtivemos a tipologia de posições sociais familiares, como está expresso no Quadro 6.2, em que o cluster 2 do plano cartesiano correspondeu à posição social familiar Alta, o cluster 5 à posição social familiar Média-Alta I, o cluster 1 à posição social familiar Média-Alta II, o cluster 6 à posição social familiar Média I, o cluster 3 à posição social familiar Média II, o cluster 7 à posição social familiar Baixa I e o cluster 4 à posição social familiar Baixa II.

FIGURA 6.5

DENDROGRAMA DA ANÁLISE DE CLUSTER



Fonte: Projeto de pesquisa "Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras" - Observatório das Metrôpoles.

CLUSTERS DE FAMÍLIAS



QUADRO 6.2

TIPOLOGIA DE POSIÇÕES SOCIAIS FAMILIARES

Alta	1
Média-alta I	2
Média-alta II	3
Média I	4
Média II	5
Baixa I	6
Baixa II	7

Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras” - Observatório das Metrôpoles.

Características da estrutura social familiar

A tipologia de posições sociais familiares constitui, em seu conjunto, a estrutura social familiar nas metrópoles brasileiras. Para a compreensão dessa estrutura, vamos abaixo apresentar as características de cada uma de suas posições sociais, considerando em cada uma delas as suas dimensões conformadoras – o arranjo, a configuração de classe, a composição racial, o clima educativo e a composição de renda – e outros aspectos sociais e demográficos que foram selecionados por serem relevantes para essa caracterização.

Na apresentação das características de cada posição social familiar, foram destacadas as participações percentuais das categorias mais relevantes de cada uma das dimensões que as conformaram e a sua expressão na densidade relativa, ou seja, quando o seu valor for maior do que 1. Isso significa que apresentaremos o perfil social e demográfico de cada um dos tipos a partir dos aspectos relativamente mais significativos de cada uma de suas dimensões e não apenas por sua relevância absoluta.

Posição social familiar Alta: famílias predominantemente de arranjos unipessoais [30,5%], de casais com filhos [29,9%] e de casais [26,8%]; de configuração de classe dominante [54,5%], classe dominante e intermediária [24,3%] e classe intermediária [17,4%]; de composição monorracial branca [76,6%]; de clima educativo muito alto [59,1%] e alto [38,4%]; de composição de alta renda majoritariamente do mercado de trabalho protegido [62,8%], de renda diversificada [10,7%], majoritariamente do mercado de trabalho não protegido [7,1%] e majoritariamente do mercado patrimonial [6,8%], sendo que 90,8% das famílias eram de alta renda e 9,2% eram de média renda.

Posição social familiar Média-Alta I: famílias predominantemente de arranjos unipessoais [47,2%], de casais [28,3%]; de configuração de classe de não ocupados [74,3%]; de composição monorracial branca [79,9%]; de clima educativo alto [56,9%], médio [17,9%] e muito alto [9,7%]; de composição de alta renda majoritariamente de redistribuição por aposentadoria [22,7%] e do mercado patrimonial [9,5%] e de média renda majoritariamente de redistribuição por aposentadoria [30,1%], de renda diversificada [10,9%] e do mercado patrimonial [8,1%], sendo que 57,7% das famílias eram de média renda e 35,9% eram de alta renda.

Posição social familiar Média-Alta II: famílias predominantemente de arranjos de casais com filhos [44,4%] e de casais [20,2%]; de configuração de classe intermediária [47,9%], de classe dominante e intermediária [16%] de classe dominante [10,7%] e de classe intermediária e popular [10,5%]; de composição monorracial branca [54,6%] e inter-racial branca e parda [18,6%]; de clima educativo alto [71,3%], médio [12,7%] e muito alto [12,8%]; de composição de média renda majoritariamente do mercado de trabalho protegido [55,9%], de renda diversificada [16,1%] e de alta renda majoritariamente do mercado de trabalho protegido [7,6%], sendo que 82,3% das famílias eram de média renda e 13,5% eram de alta renda.

Posição social familiar Média I: famílias predominantemente de arranjos unipessoais [63,1%] e de casais [25%]; de configuração de classe de não ocupados [96,6%]; de composição monorracial branca [45,5%], monorracial parda [35,8%] e monorracial preta [12,7%]; de clima educativo muito baixo [52,7%], baixo [27,7%] e médio [15,4%]; de composição de média renda majoritariamente de redistribuição por aposentadoria [69,1%] e de baixa renda majoritariamente de redistribuição por aposentadoria [5,5%] e de redistribuição por transferências governamentais [4,8%], sendo

que 80,5% eram de famílias de média renda e 17,5% eram de famílias de baixa renda.

Posição social familiar Média II: famílias predominantemente de arranjos de casais com filhos [50,5%], de pessoas sem cônjuge e com filhos [15,1%] e de casais [14,5%]; de configuração de classe popular [41,2%], de classe intermediária e popular [32,6%] e de classe intermediária [20,8%]; de composição monorracial branca [28,1%], inter-racial branca e parda [28%], e monorracial parda [20,1%]; de clima educativo médio [49,8%], alto [25,2%] e baixo [18,9%]; de composição de média renda majoritariamente do mercado de trabalho protegido [43,5%] e renda diversificada [17,5%] e de baixa renda majoritariamente de redistribuição por aposentadoria [12,9%] e de renda diversificada [10,8%], sendo que 69,3% das famílias eram de média renda e 30,5% eram de baixa renda.

Posição social familiar Baixa I: famílias predominantemente de arranjos unipessoais [27,9%], de casais [18,3%] e de pessoas sem cônjuge e com filhos [18,1%]; de configuração da classe popular [64%] e de não ocupados [28,1%]; de composição monorracial parda [42,9%], monorracial branca [19,3%], inter-racial branca e parda [15%] e monorracial preta [11,1%]; de clima educativo muito baixo [35,8%], baixo [33,3%] e médio [23,2%]; de composição de baixa renda diversificada [21,8%], majoritariamente de redistribuição por aposentadoria [12%], do mercado de trabalho não protegido [7,9%] e do mercado patrimonial [6,7%] e de média renda majoritariamente de redistribuição por aposentadoria [11,6%] e de renda diversificada [10,5%], sendo que 59% das famílias eram de baixa renda e 40,8% eram de média renda.

Posição social familiar Baixa II: famílias predominantemente de arranjos de casais com filhos [52,7%], de casais com filhos e outros membros [15,5%] e de pessoas sem cônjuge, com filhos e outros membros [12%]; de configuração da classe popular [74,6%] e da classe intermediária e popular [21,9%]; de composição inter-racial branca e parda [37,9%], monorracial parda [21,2%], inter-racial preta e parda [16,7%] e inter-racial branca, preta e parda [9,6%]; de clima educativo médio [48%] e baixo [40,2%]; de composição de baixa renda diversificada [35,8%], majoritariamente do mercado de trabalho protegido [30%], do mercado de trabalho não protegido [13,4%] e de redistribuição por serviços públicos [1,9%], sendo que 83,4% das famílias eram de baixa renda e 16,6% eram de média renda.

Alguns aspectos sociais e demográficos da estrutura social familiar

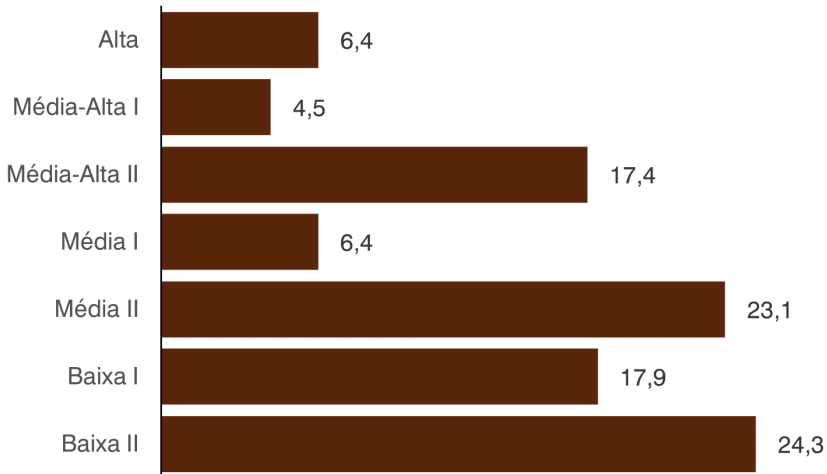
A distribuição das famílias segundo a posição social familiar está expressa no Gráfico 6.1. As famílias de posição social Alta correspondiam a 6,4% do total de 25.891.670 famílias nas metrópoles brasileiras. As famílias de posição social Média-Alta I eram de 4,5% e as de Média-Alta II eram de 17,4%, que juntas correspondiam a 21,9% das famílias metropolitanas. As famílias de posição social Média I eram de 6,4% e as de posição social Média II eram de 23,1%, que em conjunto representavam 29,5% do total de famílias. As famílias de posição social Baixa I eram de 17,9% e as de posição social Baixa II eram de 24,3%, que juntas correspondiam a 42% das famílias nas metrópoles do país.

A possibilidade de realizar a junção dos pares de posição social familiar – Média-Alta I e Média-Alta II; Média I e Média II; Baixa I e Baixa II – se justifica pelo fato de estarmos tratando de posições sociais semelhantes, embora tenham sido separadas a partir dos resultados da análise de correspondência múltipla e análise de cluster, como vimos acima. Se o resultado do primeiro eixo (ou fator) da análise de correspondência múltipla foi explicado, sobretudo, pela oposição entre famílias de posições sociais alta e intermediária em relação às famílias de posições sociais baixas, o resultado do segundo eixo se deveu, principalmente, à oposição entre as famílias constituídas por membros que compunham a força de trabalho e aquelas em que seus membros estavam fora da força de trabalho. Por este motivo, sob influência do segundo eixo, foram separadas as posições sociais semelhantes acima referidas.

Ao considerar os somatórios realizados das posições sociais familiares de mesmo nível – Média-Alta I e Média-Alta II; Média I e Média II; Baixa I e Baixa II –, percebemos que a estrutura social familiar nas metrópoles brasileiras possuía uma organização piramidal, tendo em vista que a participação do topo dessa estrutura era a menor dentre os tipos de posição social e aumentava para as posições sociais da base, como pode ser observado no Gráfico 6.2.

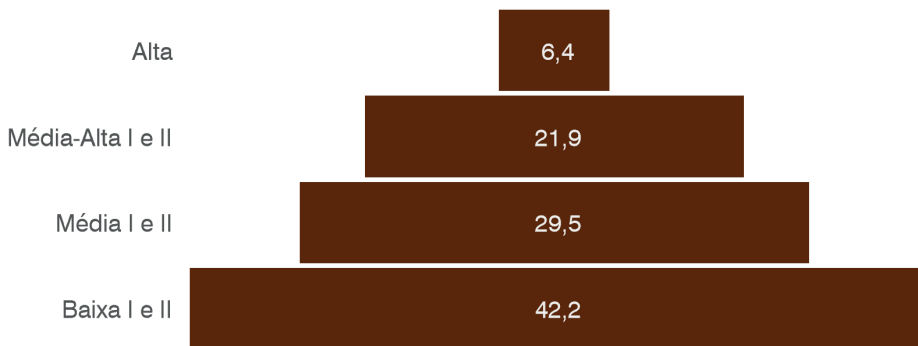
A estrutura social familiar apresentada desse modo demonstra a maneira como se expressam as desigualdades sociais nas metrópoles brasileiras, quando se considera a relação entre as dimensões de arranjo, configuração de classe, composição racial, clima educativo e composição de renda das famílias. Assim, constatamos que apenas 6% das famílias metropo-

GRÁFICO 6.1

**ESTRUTURA SOCIAL FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL
[EM %]**

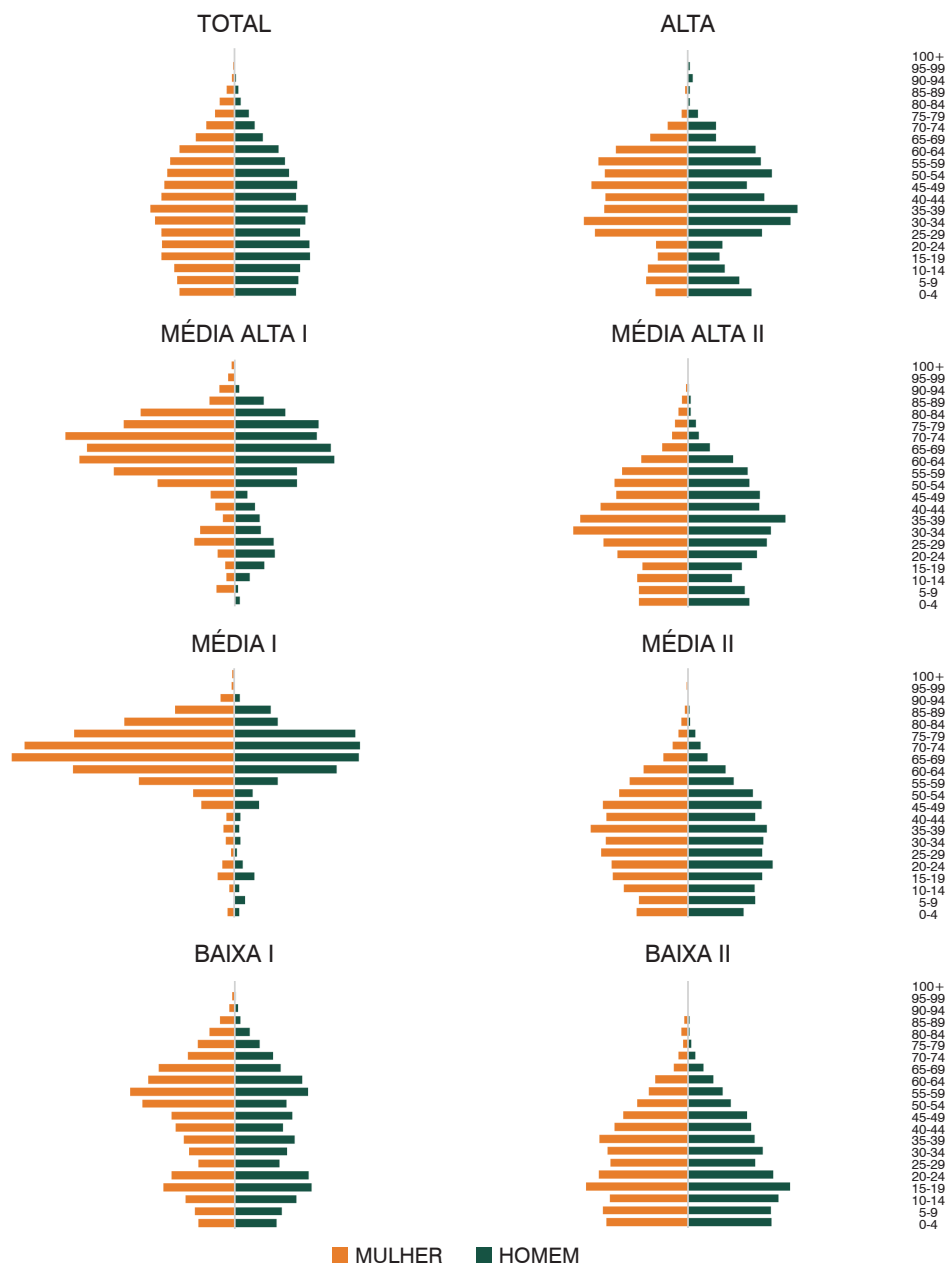
Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras” - Observatório das Metrópoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

GRÁFICO 6.2

**ESTRUTURA SOCIAL FAMILIAR REELABORADA NAS METRÓPOLES
DO BRASIL [EM %]**

Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras” - Observatório das Metrópoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

GRÁFICO 6.3

ESTRUTURA ETÁRIA DAS POSIÇÕES SOCIAIS FAMILIARES NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]

Fonte: Projeto de pesquisa "Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras" - Observatório das Metrôpoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

litanas eram constituídas pelas principais características das dimensões analisadas, ao passo que 42,2% das famílias, as que estavam na base da pirâmide social, apresentavam as características sociais mais precárias.

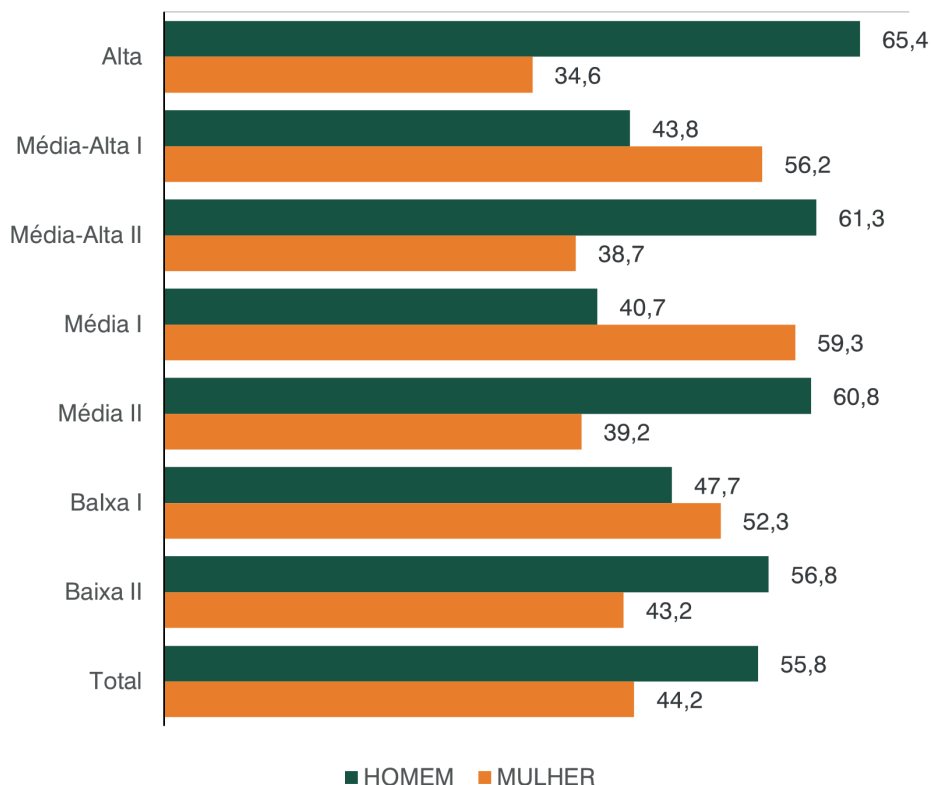
No entanto, aquela separação que observamos se expressava na estrutura etária das posições sociais familiares, como está destacado no Gráfico 6.3, em que as posições sociais familiares Média-Alta I, Média I e Baixa I apresentavam maior envelhecimento de sua população, tendo em vista a sua concentração a partir da faixa de 50 a 54 anos de idade. Mesmo assim, havia diferença entre essas três posições sociais, já que as famílias de posição social Baixa I também apresentavam concentração de pessoas abaixo de 20 anos de idade. Nas famílias de posição social Média-Alta I e Média I, havia muito pouca concentração de pessoas abaixo de 50 anos de idade. Além disso, elas apresentavam nível de envelhecimento maior para as mulheres do que para os homens.

As posições sociais familiares Alta, Média-Alta II, Média II e Baixa II apresentavam uma estrutura etária mais distribuída entre as faixas de idade. No entanto, quanto mais elevadas eram as posições sociais familiares, menores eram as concentrações de pessoas nas faixas abaixo de 25 anos de idade. As concentrações abaixo dessa idade eram mais elevadas nas posições sociais familiares Baixa II e Média II, em que o processo de envelhecimento também era mais reduzido. A posição social familiar Alta apresentava concentração de pessoas, principalmente, no intervalo de 25 a 64 anos de idade e a Média-Alta II, no intervalo entre 20 e 59 anos de idade, correspondente à idade de participação na força de trabalho.

Somente as famílias de posição social Média-Alta I, Média I e Baixa I, exatamente aquelas que apresentam maior processo de envelhecimento de sua população, tinham maior proporção de mulheres como pessoa de referência, como pode ser observado no Gráfico 6.4. Eram famílias, principalmente, de arranjos unipessoais, de casais e de pessoas sem cônjuge e em que estavam concentradas as pessoas não ocupadas no mercado de trabalho por serem, principalmente, aposentadas, tendo em vista que o rendimento de redistribuição por aposentadoria era também expressivo na composição de renda dessas famílias.

Todas as demais posições sociais familiares tinham maior proporção de homens como pessoa de referência, sendo que essa proporção era maior nas famílias de posição social Alta, correspondente a 65%, e menor nas

GRÁFICO 6.4

SEXO DA PESSOA DE REFERÊNCIA SEGUNDO A POSIÇÃO SOCIAL FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]

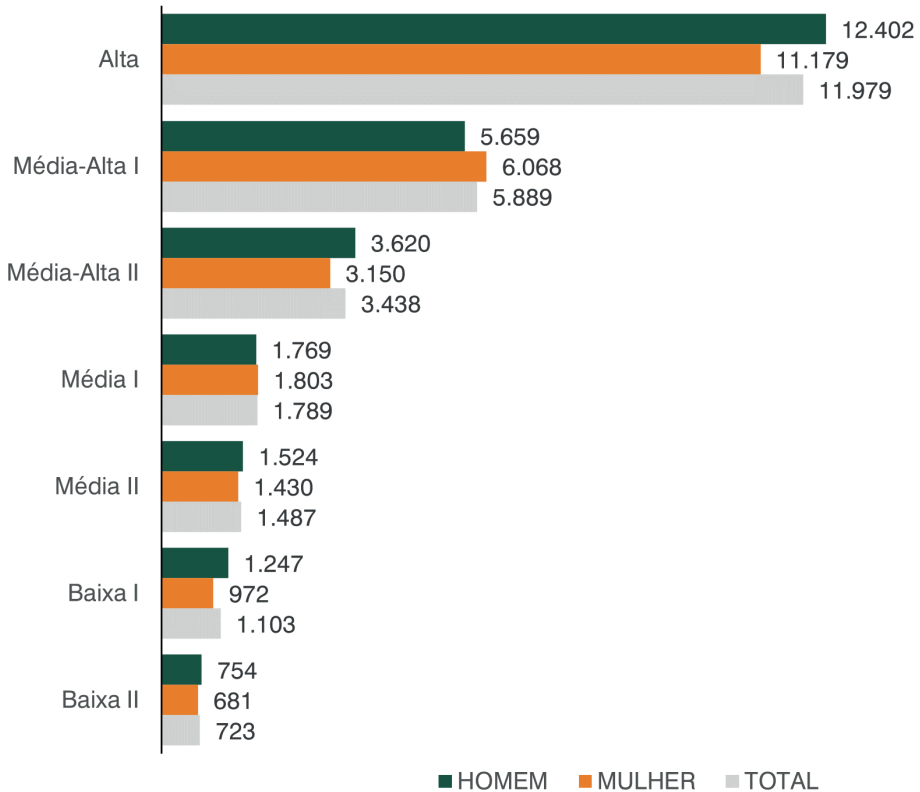
Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras” - Observatório das Metrópoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

famílias de posição social Baixa II, correspondente a 57%. Nas famílias de posição social Média-Alta II e Média II, havia a proporção de 61% em que a pessoa de referência era homem.

A média de renda monetária familiar *per capita* era maior quanto mais elevada era a posição social familiar, como pode ser visto no Gráfico 6.5. As famílias de posição social Alta tinham renda de R\$11.979, correspondente a pouco mais do que o dobro da renda das famílias de posição social Média-Alta I, que apresentavam a segunda maior média de renda monetária familiar *per capita* [R\$5.889], e a 16 vezes a renda das famílias de posição social Baixa II, que possuíam a menor média de renda monetária familiar

GRÁFICO 6.5

RENDA MONETÁRIA MÉDIA *PER CAPITA* SEGUNDO AS POSIÇÕES SOCIAIS FAMILIARES POR SEXO DA PESSOA DE REFERÊNCIA NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM R\$]



Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras” - Observatório das Metrópoles. Dados da POF 2017/2018 (IBGE, 2019).

per capita [R\$723]. Esses dados demonstram o grau de desigualdade de renda monetária existente entre as famílias metropolitanas.

Na comparação entre as famílias que possuíam homens ou mulheres como pessoa de referência em cada posição social, observamos que somente nas posições sociais familiares Média-Alta I e Média I, as famílias em que as mulheres eram pessoa de referência apresentavam maior média de renda monetária familiar *per capita*. Em todas as demais posições sociais, eram as famílias em que os homens eram a pessoa de referência que possuíam maior média de renda monetária familiar *per capita*.

No entanto, nos testes² que realizamos, não foram observadas diferenças de significância estatística entre as famílias de uma mesma posição social em que a pessoa de referência era homem ou mulher. De modo que o mais importante nessa análise diz respeito às desigualdades de renda monetária média *per capita* entre as diferentes posições sociais familiares.

Estrutura social familiar e suas dimensões analíticas

Ao contrário da seção anterior, que analisou o resultado da estrutura social familiar focando nas características conjuntas de cada uma das posições sociais, mesmo que as comparando a partir de variáveis exteriores à sua constituição, nesta seção vamos analisar as características de cada uma das dimensões conformadoras da estrutura social familiar, de modo a capturar as suas particularidades nessa conformação.

Na dimensão dos arranjos familiares (Anexo I), as maiores proporções eram, nessa ordem, das categorias de casais com filhos, casais, unipessoais e pessoas sem cônjuge e com filhos, que juntas correspondiam a 79%. Nessas categorias, as famílias eram constituídas somente por relações matrimoniais ou de parentesco em relação aos filhos, não se configurando outras formas de parentesco. Como se trata das maiores proporções de categorias de arranjos familiares, eram também aquelas que mais se destacavam na conformação da estrutura social familiar.

Os arranjos com a presença de pais ou avós que não eram pessoas de referência na família estavam contidos nas categorias que correspondiam a 21% das famílias: casais com filhos e outros membros, casais com outros membros, pessoas sem cônjuge com filhos e com outros membros e pessoas sem cônjuge com outros membros, apesar de não haver a indicação sobre a relação de parentesco desses outros membros. Os arranjos dessas categorias, em geral, estavam mais presentes nas posições sociais Baixa II, Baixa I e Média II, embora o arranjo de pessoas sem cônjuge e com outros membros tivesse relevante participação em praticamente todas as posições sociais familiares, com exceção da Alta e da Baixa II.

Na configuração de classe (Anexo II), havia 63% de famílias caracterizadas por homogeneidade de classe – classe dominante, classe intermediária e classe popular –, 22,2% eram de famílias constituídas por heterogeneidade

2 O teste de significância estatística foi realizado pelo método de Tukey.

de classe – classe dominante e intermediária, classe dominante e popular, classe intermediária e popular e de todas as classes – e havia 14,8% de famílias em que nenhum dos seus membros estava ocupado no mercado de trabalho, portanto, vinculado a alguma configuração de classe. Essas últimas famílias se distribuíam, principalmente, nas posições sociais do tipo I, onde havia maior presença de idosos aposentados, principalmente. Apesar disso, na posição social familiar Média-Alta I, havia 25,7% de famílias de classe homogênea, 3,4% na classe Média I e 70,5% na classe Baixa I, que ainda continha 1,3% de famílias de classe heterogênea.

As famílias de classe dominante e de classe dominante e intermediária estavam presentes, principalmente, nas posições sociais Alta e Média-Alta II. As famílias de classe intermediária participavam das posições sociais Alta, Média-Alta I, Média-Alta II e Média II. As famílias de classe intermediária e popular estavam presentes nas posições sociais Média-Alta II, Média II e Baixa II. As famílias de classe popular estavam presentes, principalmente, nas posições sociais Baixa II, Baixa I e Média II. Essas constatações estavam condizentes com a própria hierarquização das posições sociais familiares, em que as configurações de classe, mesmo não sendo correspondentes diretamente a essas posições, tiveram relevante contribuição nas suas definições.

Na composição racial familiar (Anexo III), constatamos que a maior parte das famílias apresentava composição monorracial, correspondente a 60,8% das famílias nas metrópoles brasileiras – embora 14% fossem monorraciais por serem arranjos unipessoais –, ao passo que 39,2% eram de famílias inter-raciais. Como as posições sociais Média-Alta I, Média I e Baixa I tinham expressivo número de famílias unipessoais, era normal que nelas houvesse maior proporção de famílias monorraciais, correspondente a 92,1%, 95,4% e 74,1%, respectivamente. No entanto, nas posições sociais familiares Média-Alta I, havia 79,9% de famílias de composição monorracial branca; na Média I, havia 45,5% de famílias de tipo monorracial branca e 48,5% de famílias monorraciais pardas e monorraciais pretas; na Baixa I, havia apenas 19,3% de famílias monorraciais brancas e 54,1% de famílias monorraciais pardas e pretas.

A posição social familiar Alta também apresentou proporção elevada de famílias monorraciais, correspondente a 90,2%, principalmente devido à enorme presença de famílias monorraciais brancas, com 76,6%. Nela também havia a maior proporção de famílias monorraciais amarelas, com

2,1%. Das famílias inter-raciais dessa posição social, a maioria era de famílias de composição inter-racial branca e parda, com 6,2%. Situação semelhante também foi observada na posição social familiar Média-Alta II, pois a maior parte das famílias era de composição monorracial, correspondente a 70,9%, principalmente devido às famílias monorraciais brancas, com 54,6%. Das famílias interraciais dessa posição social, a maioria estava classificada como inter-racial branca e parda, correspondente a 18,6%.

Embora a posição social familiar Média II tivesse a maior concentração de famílias classificadas como monorraciais, o que correspondia a 54,4% delas, havia maior diversificação de composição racial. Eram 28,1% de famílias de composição monorracial branca e 25,9% de monorracial parda e monorracial preta. Das inter-raciais, 28% eram de famílias de composição inter-racial branca e parda e 6%, inter-racial parda e preta. Somente na posição social familiar Baixa II havia maior proporção de famílias inter-raciais, correspondente a 72,9%. Dessas, 37,9% eram de famílias de composição inter-racial branca e parda e 16,7% eram de famílias inter-racial preta e parda. Das famílias monorraciais, quase a totalidade, ou seja, 25,4%, era de famílias de composição monorracial parda e preta.

Em relação ao clima educativo familiar (Anexo IV), constatamos que a maioria das famílias de posições sociais Alta, Média-Alta I e Média-Alta II era classificada como clima alto ou muito alto, o que representava, respectivamente, 97,5%, 66,6% e 83,7%. Todas as demais posições sociais familiares apresentavam maior concentração nos climas educativos médio, baixo e muito baixo. Apesar disso, havia diferenças nas categorias de maior concentração entre essas últimas posições sociais. As famílias de posição social Média I apresentavam concentração no clima educativo muito baixo [52,7%]; as famílias de posição social Média II apresentavam concentração no clima educativo médio [49,8%], mas 25,2% delas eram classificadas no clima educativo alto. As famílias de posição social Baixa I se dividiam entre os climas educativo muito baixo [35,8%], baixo [33,3%] e médio [23,2%], enquanto as famílias de posição social Baixa II se dividiam nos climas educativos médio [48%] e baixo [40,2%].

Na composição de renda familiar (Anexo V), somente a posição social Alta apresentava maior concentração de famílias no estrato de alta renda [90,8%], ainda assim havia 9,2% de famílias dessa posição social no estrato de média renda. Em relação àquelas de alta renda, sua concentração se dava na de renda majoritariamente do mercado de trabalho protegido

[62,8%], seguida de renda diversificada [10,7%], renda majoritariamente do mercado de trabalho não protegido [7,1%] e do mercado patrimonial [6,8%].

As posições sociais Média-Alta I e Média-Alta II concentravam suas famílias no estrato de média renda, sendo que a primeira correspondia a 57,7% delas nesse estrato, 35,9% no estrato de alta renda e 6,4% no estrato de baixa renda. Já a Média-Alta II concentrava 82,3% das famílias no estrato de média renda, 13,5% no estrato de alta renda e 4,1% no estrato de baixa renda. Na posição social Média-Alta I, as categorias de rendimento mais expressivas eram de média renda majoritariamente de redistribuição por aposentadoria [30,1%], alta renda majoritariamente de redistribuição por aposentadoria [22,7%], média renda diversificada [10,9%] e alta renda do mercado patrimonial [9,5%]. Na posição social Média-Alta II, as categorias de rendimento mais expressivas eram de média renda majoritariamente do mercado de trabalho protegido [55,9%], média renda diversificada [16,1%] e alta renda majoritariamente do mercado de trabalho protegido [7,6%].

As posições sociais Média I e Média II apresentavam maior participação do número de famílias no estrato de média renda [80,5% e 69,3%, respectivamente], seguidas pelo estrato de baixa renda [17,5% e 30,5%] e participação muito reduzida no estrato de alta renda [2% e 0,1%]. Na posição social Média I, as categorias de rendimento mais expressivas eram de média renda majoritariamente de redistribuição por aposentadoria [69,1%], baixa renda majoritariamente de redistribuição por aposentadoria [5,5%] e redistribuição por transferência [4,8%]. Na posição social Média II, as categorias de rendimento de maior participação eram de média renda majoritariamente do mercado de trabalho protegido [43,5%] e de renda diversificada [17,2%] e baixa renda majoritariamente do mercado de trabalho protegido [12,9%] e de renda diversificada [10,8%].

As posições sociais Baixa I e Baixa II apresentavam concentração de famílias no estrato de baixa renda [59% e 83,4%, respectivamente], seguidas pelo estrato de média renda [40,8% e 16,6%]. Na posição social Baixa I, as famílias estavam distribuídas em variadas categorias de rendimento. Aquelas que mais se destacavam eram as de baixa renda diversificada [21,8%] e majoritariamente de redistribuição por aposentadoria [12%] e de média renda majoritariamente de redistribuição por aposentadoria [11,6%], de renda diversificada [10,5%] e majoritariamente do mercado de trabalho protegido [9,8%]. Na posição social Baixa II, as famílias

estavam concentradas nas categorias de baixa renda diversificada [35,8%], majoritariamente do mercado de trabalho protegido [30%] e majoritariamente do mercado de trabalho não protegido [13,4%].

Vale considerar que, como foi visto no capítulo 5, embora a reciprocidade, a redistribuição por serviços públicos e a redistribuição por transferência governamental fossem expressivas em termos de quantidades existentes para o estrato de baixa renda, essas categorias só eram majoritárias [expressando valores acima de 50%] para um número muito reduzido de famílias. Isso sinaliza que as famílias que utilizavam desse tipo de rendimento precisavam desenvolver outras estratégias para diversificação de sua fonte de renda.

Considerações finais

Neste capítulo, apresentamos os procedimentos de construção da tipologia de posições sociais familiares que constituem a estrutura social familiar nas metrópoles brasileiras. Além disso, apresentamos as características de maior destaque nas posições sociais familiares, analisamos alguns aspectos sociais e demográficos de cada uma delas e aprofundamos as características de suas dimensões conformadoras, de modo a termos uma compreensão mais abrangente sobre a estrutura social familiar.

Nos procedimentos de construção da tipologia de posições sociais familiares, constatamos que havia dois princípios explicativos de estruturação da distribuição das famílias entre as diferentes posições sociais. O primeiro princípio dizia respeito à oposição entre as famílias de posições sociais alta e intermediárias em relação às famílias de posições sociais baixas. O segundo princípio se referia à oposição entre as famílias em que havia predomínio de seus membros na força de trabalho em relação às famílias em que seus membros não predominavam na força de trabalho, sendo constituídas, principalmente, por pessoas idosas, não ocupadas e aposentadas.

Em decorrência do primeiro princípio de estruturação das posições sociais familiares, se constituiu uma hierarquia entre os grupos definidos. No entanto, sob influência do segundo princípio – com predomínio da participação ou não na força de trabalho – foram separados grupos de uma mesma posição social. O resultado desses procedimentos foi o estabelecimento de uma tipologia de 7 posições sociais familiares, que

eram a expressão da estrutura social familiar nas metrópoles brasileiras: Alta, Média-Alta I, Média-Alta II, Média I, Média II, Baixa I e Baixa II.

Vimos que, ao realizar o somatório das posições sociais de mesmo nível, a estrutura social familiar nas metrópoles brasileiras possuía uma representação piramidal, em que as posições sociais mais elevadas apresentavam menor número de famílias e as posições sociais mais baixas apresentavam maior número de famílias. Essa representação expressava as desigualdades das posições sociais nas metrópoles do país, definidas pelas interações de arranjo, configuração de classe, composição racial, clima educativo e composição de renda.

Apesar de a junção acima fazer sentido para a análise das desigualdades de posições sociais, a análise dos 7 tipos de posição social familiar permitiu observar as diferenças existentes entre eles. De modo geral, as diferenças entre as posições sociais familiares de tipo I em relação àquelas de tipo II, ao expressar as situações de seus membros que estavam ou não na força de trabalho, também manifestavam o processo de envelhecimento da população e de reorganização familiar.

As famílias de tipo I tinham maior proporção de mulheres como pessoa de referência, ao contrário das famílias de tipo II, e apresentavam maior média de renda monetária *per capita*. Esses resultados podem ser explicados pelo fato de, geralmente, as mulheres envelhecerem mais do que os homens e haver prevalência de famílias unipessoais naquelas de tipo I. Estes tipos de família apresentaram maior nível de renda porque dependiam da aposentadoria ou porque a renda obtida não era dividida com outros membros.

De todo modo, as desigualdades de posição social familiar também se manifestavam em desigualdades de obtenção de renda monetária, que se constitui como expressão das condições sociais. Como vimos, as famílias de posição social familiar Alta ganhavam, em média, 16 vezes mais do que as famílias de posição social familiar Baixa II, que era aquela de menor nível de renda monetária *per capita*.

Ao relacionar a estrutura social familiar com as dimensões que a conformaram, pudemos observar que as posições sociais constituídas eram resultado da interação entre as cinco dimensões analíticas utilizadas. Elas não foram definidas, portanto, apenas através de uma das dimensões tomadas como referência para as demais. A localização de cada família nas

posições sociais estabelecidas foi resultado da interação das categorias de cada uma das dimensões mencionadas, tendo em vista a diversidade e complexidade de famílias existentes nas metrópoles brasileiras.

A análise da estrutura social familiar nas metrópoles brasileiras tem a vantagem de nos informar sobre as desigualdades de posições sociais existentes entre as famílias metropolitanas, construídas pela interação entre o arranjo, a configuração de classe, a composição racial, o clima educativo e a composição de renda. A partir dessas dimensões, temos uma contribuição diferenciada para a compreensão do estabelecimento da posição social de cada família, nos permitindo juntar famílias que, a rigor, teriam características diferentes em alguma das dimensões analíticas, mas que se assemelham devido às características das outras dimensões. Isso faz muito sentido quando estamos considerando a estrutura social familiar, pois, por serem, em geral, constituídas por números de membros diferentes, com características demográficas e sociais distintas, os aspectos mais determinantes para a definição da posição social de uma família podem não ser os mesmos para outra família.

O que constatamos foi uma estrutura social familiar hierárquica, em que estavam separadas as famílias segundo a sua posição social, principalmente pela oposição entre aquelas de posições sociais mais altas e intermediárias em contraposição àquelas de posições sociais mais baixas. No entanto, apesar da hierarquia social prevalecente nessa estrutura, numa mesma posição social havia famílias com características sociais e demográficas distintas, demonstrando a diversidade das famílias nas metrópoles brasileiras para a definição de sua posição social.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Vimos que a estrutura social familiar nas metrópoles brasileiras era constituída, nos anos de 2017 e 2018, por posições sociais organizadas pelo princípio de oposição entre as posições alta e intermediárias em relação às posições baixas e pelo princípio de participação ou não na força de trabalho, sobretudo em relação às pessoas idosas. Essa estrutura social familiar era, portanto, constituída das seguintes posições: Alta, Média-Alta I, Média-Alta II, Média I, Média II, Baixa I e Baixa II, que eram a expressão das desigualdades de posição social das famílias nas metrópoles do país. Isso significa, portanto, que a estrutura social familiar expressava desigualdades verticais e diferenças horizontais de posições sociais.

As desigualdades verticais ou hierárquicas constituem-se como traço histórico e estrutural das desigualdades observadas no Brasil e possuem, no nosso caso, uma representação piramidal – as posições superiores são ocupadas por um menor contingente, que aumenta a sua participação em direção às posições inferiores. Nas posições sociais familiares nas metrópoles brasileiras, as desigualdades verticais seguiam a mesma representação, em que apenas 6,4% das famílias ocupavam a posição social Alta, 21,9% correspondiam à posição social familiar Média-Alta,

29,5%, à posição social familiar Média, e 42,2%, à posição social familiar Baixa. Ou seja, uma parcela expressiva das famílias nas metrópoles do país encontrava-se na base da pirâmide social e somente uma pequena parte delas ocupava o topo dessa estrutura.

No topo da pirâmide social, prevaleciam famílias de clima educativo muito alto e alto, de configuração de classe dominante e classe dominante e intermediária e renda majoritariamente do mercado de trabalho protegido, em que predominava o tipo de renda do mercado patrimonial. Na base dessa estrutura, encontravam-se, principalmente, famílias de baixo e muito baixo clima educativo, de configuração de classe popular e de renda diversificada, de renda majoritariamente do mercado de trabalho protegido e do mercado de trabalho não protegido. No meio dessa pirâmide, encontravam-se características intermediárias entre a base e o topo da estrutura social familiar, em que a estrutura etária expressava também um maior processo de envelhecimento nas posições sociais superiores em relação às posições sociais inferiores, que apresentavam maior participação nas faixas de menor idade da população.

Nesta caracterização, constatamos também que a distribuição de famílias entre as diferentes posições sociais segundo a sua composição racial seguia o princípio da oposição entre posições sociais altas e intermediárias em relação às posições sociais baixas. Tanto é assim que as famílias monorraciais brancas e monorraciais amarelas se concentravam nas posições sociais mais elevadas (Alta, Média-Alta I e Média-Alta II) e diminuía a sua concentração em direção às posições sociais mais baixas. Nas posições sociais intermediárias e baixas, havia maior diversificação da composição racial familiar, com maior participação das famílias negras (pretas ou pardas e pretas e pardas) nas posições sociais Média (I e II) e Baixa (I e II).

Menos observadas na realidade brasileira são as diferenças horizontais, que se expressam nas mesmas posições sociais. Na estrutura social familiar das metrópoles do Brasil, encontramos diferentes tipos de agrupamentos de famílias que ocupavam a mesma posição social – Média-Alta I e Média-Alta II; Média I e Média II; Baixa I e Baixa II. Apesar de esses pares de agrupamentos estarem na mesma posição social, eles expressavam características diferentes entre si no modo de organização das famílias que os constituíam.

Prevaleciam nas posições sociais do tipo I – Média-Alta I, Média I e Baixa I –, principalmente, famílias constituídas por arranjos unipessoais e de casais, de configuração de classe de não ocupados e de renda de redistribuição por aposentadoria. Motivo pelo qual seus membros apresentavam uma estrutura etária muito envelhecida, em que a maior participação se encontrava acima de 50 anos de idade. Além disso, havia maior proporção de mulheres como pessoa de referência na família do que de homens.

Nas posições sociais do tipo II – Média-Alta II, Média II e Baixa II – prevaleciam, em geral, famílias constituídas por arranjos de casais com filhos, de configurações de classe variadas – dominante, intermediária ou popular –, a depender da posição hierárquica de cada uma delas, e de renda majoritariamente do mercado de trabalho protegido e renda diversificada, em que sua estrutura etária era mais distribuída entre as faixas de idade. Nesse tipo de família, havia maior proporção de homens como pessoa de referência do que de mulheres.

As características prevaletentes entre os dois tipos de famílias acima mencionadas parecem evidenciar que as famílias do tipo II apresentavam traços mais convencionais em sua forma de organização: casal com filhos, participação na força de trabalho e rendimento do trabalho. Ao contrário, as famílias do tipo I evidenciavam aspectos mais contemporâneos em sua forma de organização, ao serem compostas por arranjos unipessoais ou apenas de casais, mas dependentes de renda de aposentadoria, de idosos em sua maioria, logo expressão do processo de envelhecimento populacional.

Apesar disso, a média da renda monetária familiar *per capita* era maior nas famílias do tipo I em relação às famílias do tipo II na mesma posição social. A nosso ver, isso se deve ao fato de as famílias do tipo I serem mais reduzidas, o que requeria a garantia de rendimento entre os seus membros, principalmente em se tratando de arranjos unipessoais, ao mesmo tempo que esses rendimentos eram compartilhados com menos pessoas.

A posição social familiar Alta, única posição em que não se verificou diferenças horizontais, apresentava a maior média de renda monetária familiar *per capita* da estrutura social. Como vimos, essa posição social era constituída predominantemente por famílias unipessoais e de casais, como eram as famílias do tipo I, mas também de casais com filhos, mais típico de famílias do tipo II. Apesar dessa combinação, essas famílias ganhavam, em média, mais do que o dobro em relação à renda monetária *per capita*

das famílias de posição social Média-Alta I, a segunda maior renda média, e 16 vezes mais do que as famílias de posição social Baixa II, a de menor renda média.

A constatação de que a estrutura social familiar nas metrópoles brasileiras era organizada hierarquicamente, expressando as desigualdades verticais, mas também apresentando diferenças horizontais, só foi possível porque sua construção se deu a partir de relações estabelecidas entre cinco diferentes dimensões. Estas são consideradas por nós como estruturantes para a conformação da posição social familiar: o arranjo, a configuração de classe, a composição racial, o clima educativo e a composição de renda. Se cada uma dessas dimensões fosse observada isoladamente, dificilmente se conseguiria apreender essa dupla característica da estrutura social familiar, expressas por desigualdades verticais e diferenças horizontais. Cada uma das dimensões apresentou especificidades importantes para a compreensão da estrutura social familiar nas metrópoles do país.

A exposição das características de cada uma das dimensões utilizadas para a construção da estrutura social familiar demonstrou a diversidade e a complexidade das famílias nas metrópoles brasileiras, que poderiam ser classificadas de distintas maneiras a depender da dimensão que estivesse sendo considerada. No entanto, ao articular as cinco dimensões utilizadas nesta obra, foi possível definir a sua posição social a partir das características mais marcantes e pelo modo como se apresentava cada uma daquelas dimensões para cada família.

Assim, foi possível observar famílias de renda média em posição social Alta, ou famílias de baixo ou muito baixo clima educativo em posição social Média-Alta, ou ainda famílias de configuração de classe intermediária em posição social Baixa ou mesmo famílias monorraciais pretas em posição social Alta. Isso só foi possível porque a estrutura social familiar foi estabelecida a partir da interação entre as cinco dimensões analíticas utilizadas nesta obra, sem tomar qualquer uma delas como parâmetro de referência.

Consideramos que a tipologia de posições sociais familiares, construída pela articulação entre o arranjo, a configuração de classe, a composição racial, o clima educativo e a composição de renda, se constituiu como uma importante representação da estrutura social familiar nas metrópoles brasileiras. A partir dela foi possível apreender que essa estrutura social apresentava uma organização baseada nas desigualdades verticais,

portanto, hierárquicas, mas também em diferenças horizontais, dada a diversidade e complexidade das famílias metropolitanas do país.

A apreensão dessa estrutura social familiar nos permitirá avançar nas análises das estratégias utilizadas pelas famílias que vivem nas metrópoles do Brasil para viabilizarem sua reprodução social, considerando, principalmente, os gastos monetários e não monetários de cada uma delas. As estratégias que levam em conta a realização de gastos podem ser compreendidas como resultado de um cálculo racional que os membros das famílias realizam, mas podem também ser decorrentes do senso prático, devido às disposições incorporadas em cada um dos seus integrantes. Por esse motivo, a análise desses gastos precisa ser considerada à luz da posição social de cada uma das famílias – e não apenas a partir das dimensões que as compõem –, iluminando as perspectivas de compreensão das estratégias realizadas, motivo pelo qual se reafirma a importância de compreendermos a estrutura social familiar nas metrópoles brasileiras.

Buscaremos avançar nessa compreensão em outros trabalhos, incorporando também a relação da estrutura social familiar com as suas condições de moradia e a sua localização territorial no interior das metrópoles brasileiras. Isso porque consideramos que o padrão de segregação socioespacial que se configura em cada contexto metropolitano tem influência decisiva nas estratégias de reprodução social das famílias que vivem nas metrópoles do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Rogério j.; SOUZA, Pedro. H. G. Ferreira; SOARES, Sergei S. D. A distribuição de renda nos anos 2010: uma década perdida para a desigualdade e pobreza. Texto para discussão nº 2610 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2020.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. Os determinantes da desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA: Texto para discussão, n. 377, 1995.

BARROS, Ricardo; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil. Texto para discussão nº 1460/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília/DF: Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica: Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. Seleção, organização, introdução e notas Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Org.). 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007a. p. 71-80.

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: Crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp, Porto Alegre, RS: Zouk, 2008. 560 p.

CAMPOS, Luiz Augusto. Relações raciais no Brasil contemporâneo: a produção em artigos acadêmicos dos últimos vinte anos (1994-2013). XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. GT11 - Relações raciais e étnicas: desigualdades e políticas públicas. Porto Alegre/ RS: 20 a 23 de julho de 2015.

CARDOSO, Adalberto. Transições da Escola para o Trabalho no Brasil: Persistência da Desigualdade e Frustração de Expectativas. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, 2008.

CROMPTON, Rosemary. Class and family. The Sociological Review, 54:4, 2006.

DAVIS, Kingsley; MOORE, Wilbert E. Alguns princípios de estratificação. In VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. (Org.). Estrutura de Classe e Estratificação Social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 101-116.

ERIKSON, R.; GOLDTHORPE, J. H.; PORTACARERO, L. Social fluidity in industrial nations. British Journal of Sociology, 33, 1982.

FRANÇA, Danilo. Desigualdades raciais para além do paradigma. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 36, n. 2, pp. 61-85.

HASENBALG, Carlos Alfredo. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

HOFFMANN, Rodolfo; VAZ, Daniela Verzola. Mensurando a desigualdade no Brasil: evidências a partir da renda e dos gastos das famílias. RBEST Rev. Bras. Eco. Soc. Trab. / BJSLE Braz. J. Soc. Lab. Econ., Campinas, v. 3, e021003, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: microdados/IBGE. Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

KAZTMAN, Rubén; FILGUEIRA, Carlos. Marco conceptual sobre activos, vulnerabilidad y estructuras de oportunidades. Montevideo: Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 1999.

LAGO, Mara Coelho de Souza; MONTIBELER, Débora Pinheiro da Silva; MIGUEL, Raquel de Barros Pinto. Pardismo, Colorismo e a “Mulher Brasileira”: produção da identidade racial de mulheres negras de pele clara. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 31(2): e83015, 24 de julho de 2023. DOI: 10.1590/1806-9584-2023v31n283015.

MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael G. Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1998. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.17, n.1/2, jan./dez. 2000.

MEDEIROS, Marcelo. Os ricos e os pobres: o Brasil e a desigualdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2023.

POLANYI, Karl. A grande transformação: a origem de nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

REGIC. Regiões de Influência das Cidades: 2018. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

RIBEIRO, L. C. Q.; KOSLINSKI, M. C. Fronteiras urbanas da democratização das oportunidades educacionais: o caso do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, L. C. Q. et. al. Desigualdades urbanas, desigualdades escolares. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2010.

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

RIBEIRO, Marcelo G. Território e Desigualdades de Renda em Regiões Metropolitanas do Brasil. *Dados*, v. 58, p. 913-950, 2015.

RIBEIRO, Marcelo G. Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles brasileiras: mudanças e permanências em quatro décadas. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 26, n. 59, p. 19-42, jan./abr. 2024.

RIBEIRO, Rosa. Transformações domiciliares: arranjos, trabalho e renda. In: RIBEIRO, L. C. de Q (Org.). Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2015.

SALATA, André Ricardo. Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, no 1, 2015, pp. 111 a 149.

SALATA, André R. Desigualdade de resultados educacionais em meio à expansão do sistema de ensino: um estudo considerando o caráter posicional da escolaridade. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 22, 2022.

SALATA, André Ricardo; RIBEIRO, Marcelo Gomes (coord.). Boletim Desigualdade nas Metrópoles. Porto Alegre/RS, n. 15, 2024.

SILVA, Nelson do Valle. Cor e o processo de realização socioeconômica. Dados, vol. 24, nº 3, pp. 391-409, 1981.

SOUZA, Pedro H.G.F.; MEDEIROS, Marcelo. Top income shares and inequality in Brazil, 1928-2012. Sociologies in Dialogue, v. 1, p. 119-132, 2016.

TRIGO, Maria Helena Bueno. Habitus, campo e estratégia: uma leitura de Bourdieu. Cadernos CERU. Série 2, n. 9, 1998.

WRIGHT, Erik Olin. Class and occupation. Theory and Society, 9, 1980.

ANEXOS

ANEXO I

ARRANJO FAMILIAR SEGUNDO A POSIÇÃO SOCIAL FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]

ARRANJO FAMILIAR	Alta	Média-Alta I	Média-Alta II	Média I	Média II	Baixa I	Baixa II	Total
Unipessoal	30,5	47,2	7,5	63,1	0,0	27,9	-	14,4
Pessoa com filhos	7,8	8,3	12,3	4,5	15,1	18,1	10,6	12,6
Pessoa com outros parentes	3,9	7,9	7,1	6,4	7,1	9,5	3,2	6,4
Pessoa com filhos e outros parentes	0,4	0,8	2,5	0,1	4,7	8,1	12,0	6,0
Casal	26,8	28,3	20,2	25,0	14,5	18,3	3,8	15,6
Casal com filhos	29,9	6,3	44,4	0,0	50,5	10,2	52,7	36,2
Casal com outros parentes	0,3	1,0	1,7	0,9	1,9	4,3	2,3	2,2
Casal com filhos e outros parentes	0,4	0,2	4,2	0,0	6,2	3,6	15,5	6,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras” - Observatório das Metrôpoles.

ANEXO II

CONFIGURAÇÃO DE CLASSE SEGUNDO A POSIÇÃO SOCIAL FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]

CONFIGURAÇÃO DE CLASSE FAMILIAR	Alta	Média-Alta I	Média-Alta II	Média I	Média II	Baixa I	Baixa II	Total
Classe dominante	54,5	1,5	10,7	-	0,1	0,0	-	5,5
Classe intermediária	17,4	13,7	47,9	-	20,8	6,5	3,1	16,8
Classe popular	0,2	10,5	5,3	3,4	41,2	64,0	74,6	40,7
Classes dominante e intermediária	24,3	-	16,0	-	0,3	0,0	-	4,4
Classes dominante e popular	2,9	-	6,2	-	2,8	0,0	0,2	2,0
Classes intermediária e popular	0,4	-	10,5	-	32,6	1,3	21,9	14,9
Todas as classes	0,1	-	3,4	-	1,4	-	0,0	0,9
Não ocupados	0,3	74,3	0,1	96,6	0,7	28,1	0,1	14,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Projeto de pesquisa "Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras" - Observatório das Metrópoles.

ANEXO III

**COMPOSIÇÃO RACIAL SEGUNDO A POSIÇÃO SOCIAL FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL
[EM %]**

COMPOSIÇÃO RACIAL FAMILIAR	Alta	Média-Alta I	Média-Alta II	Média I	Média II	Baixa I	Baixa II	Total
Monorracial branca	76,6	79,4	54,6	45,5	28,1	19,3	1,6	31,2
Monorracial preta	1,9	2,9	3,3	12,7	5,7	11,1	4,2	6,0
Monorracial amarela	2,1	1,6	1,7	1,0	0,3	0,2	-	0,7
Monorracial parda	9,9	8,2	11,2	35,8	20,1	42,9	21,2	22,7
Monorracial indígena	0,2	0,0	0,0	0,5	0,0	0,5	0,1	0,2
Inter-racial branca e preta	0,8	0,8	3,1	0,5	4,6	2,3	4,8	3,3
Inter-racial branca e parda	6,2	5,9	18,6	2,5	28,0	15,0	37,9	22,4
Inter-racial preta e parda	0,3	0,5	2,3	1,1	6,2	5,5	16,7	7,0
Inter-racial branca, preta e parda	0,3	-	1,7	-	3,5	1,1	9,6	3,7
Outras composições	1,7	0,7	3,5	0,5	3,4	2,0	3,9	2,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Projeto de pesquisa "Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrópoles Brasileiras" - Observatório das Metrópoles.

ANEXO IV

CLIMA EDUCATIVO SEGUNDO A POSIÇÃO SOCIAL FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]

CLIMA EDUCATIVO FAMILIAR	Alta	Média-Alta I	Média-Alta II	Média I	Média II	Baixa I	Baixa II	Total
Muito Alto	59,1	9,7	12,5	-	0,1	-	-	6,4
Alto	38,4	56,9	71,3	3,2	25,2	5,4	1,5	24,8
Medio	1,4	17,9	12,7	15,4	49,8	23,2	48,0	31,4
Baixo	0,4	8,9	2,5	27,7	18,9	33,3	40,2	22,7
Muito Baixo	0,4	5,7	0,2	52,7	4,5	35,8	7,6	13,0
Não observado	0,3	0,8	0,9	1,1	1,5	2,3	2,7	1,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Projeto de pesquisa “Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras” - Observatório das Metrôpoles.

ANEXO V

COMPOSIÇÃO DE RENDA POR ESTRATO DE RENDIMENTO SEGUNDO A POSIÇÃO SOCIAL FAMILIAR NAS METRÓPOLES DO BRASIL [EM %]

COMPOSIÇÃO DE RENDA FAMILIAR		Alta	Média-Alta I	Média-Alta II	Média I	Média II	Baixa I	Baixa II	Total
Alta renda	Majorit. mercado patrimonial	6,8	9,5	1,6	0,3	0,1	0,0	-	1,2
	Majorit. mercado de trabalho protegido	62,8	0,7	7,6	-	0,0	-	-	5,4
	Majorit. mercado de trab. não protegido	7,1	0,2	0,8	-	-	-	-	0,6
	Majorit. redistribuição por aposentadoria	3,2	22,7	1,2	1,8	0,0	0,2	-	1,6
	Majorit. outro mecanismo	0,2	1,0	0,0	-	-	-	-	0,1
	Diversificada	10,7	1,6	2,3	-	0,0	-	-	1,2
Média renda	Majorit. mercado patrimonial	0,5	8,1	2,2	3,6	1,1	2,1	0,2	1,7
	Majorit. mercado de trabalho protegido	6,1	1,9	55,9	-	43,5	9,8	4,6	23,1
	Majorit. mercado de trab. não protegido	0,6	1,2	6,1	-	6,2	6,2	3,4	4,5
	Majorit. redistribuição por aposentadoria	0,2	30,1	1,4	69,1	1,2	11,6	0,1	8,4
	Majorit. outro mecanismo	0,5	5,7	0,7	3,8	0,3	0,7	-	0,9
	Diversificada	1,3	10,9	16,1	4,1	17,2	10,5	8,4	11,5
Baixa renda	Majorit. mercado patrimonial	-	2,3	0,7	3,3	0,7	6,7	1,2	2,1
	Majorit. mercado de trabalho protegido	-	1,0	1,6	0,1	12,9	2,1	30,0	11,0
	Majorit. mercado de trab. não protegido	-	-	0,5	-	4,7	7,9	13,4	5,8
	Majorit. redistribuição por aposentadoria	-	0,8	0,1	5,5	0,7	12,0	0,5	2,8
	Majorit. redistribuição por transferências	-	-	0,0	0,0	0,4	2,2	1,9	1,0
	Majorit. redistribuição por serv. públicos	-	-	-	4,8	0,0	1,0	-	0,5
	Majorit. outro mecanismo	-	1,2	0,4	2,7	0,3	5,3	0,7	1,5
	Diversificada	-	1,0	0,8	1,0	10,8	21,8	35,8	15,3
Total		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Projeto de pesquisa "Estratégias Familiares e Reprodução Social nas Metrôpoles Brasileiras" - Observatório das Metrôpoles.

SOBRE O AUTOR

Marcelo Gomes Ribeiro

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), coordenador do INCT Observatório das Metrópoles - Núcleo Rio de Janeiro e coordenador do Grupo de Pesquisa Metrópole, Economia e Sociedade (GP-MES). Pesquisador Produtividade do CNPq – nível 2 e pesquisador Jovem Cientista do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

SOBRE OS COLABORADORES

Vinicius dos Reis Soares

Arquiteto, urbanista e biólogo, especialista em política e planejamento urbano pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), mestre em conservação da biodiversidade pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, pesquisador do INCT Observatório das Metrópoles – Núcleo Rio de Janeiro, e membro do Grupo de Pesquisa Metrópole, Economia e Sociedade (GP-MES).

Paula Guedes Martins Ferreira

Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ) e pesquisadora do INCT Observatório das Metrópoles – Núcleo Rio de Janeiro, e membro do Grupo de Pesquisa Metrópole, Economia e Sociedade (GP-MES).

Marcos Alves Fernandes

Graduado em História pela Fundação Educacional Duque de Caxias (FEUDUC), mestre em Planejamento Urbano e Regional, doutorando em Planejamento Urbano e Regional Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/

UFRJ), pesquisador do INCT Observatório das Metrôpoles – Núcleo Rio de Janeiro, e membro do Grupo de Pesquisa Metrôpole, Economia e Sociedade (GP-MES), tendo sido bolsista de apoio técnico em 2024 pelo CNPq.

Lucas dos Santos Jambeiro

Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF), pesquisador do INCT Observatório das Metrôpoles – Núcleo Rio de Janeiro, membro do Grupo de Pesquisa Metrôpole, Economia e Sociedade (GP-MES), tendo sido bolsista de iniciação científica em 2024 pelo CNPq.

Tito Magalhães da Rosa

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e membro do Grupo de Pesquisa Metrôpole, Economia e Sociedade (GP-MES) do INCT Observatório das Metrôpoles - IPPUR/UFRJ.

Matheus Lucas Cordovil de Oliveira

Graduando em Gestão Pública pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisador do INCT Observatório das Metrôpoles – Núcleo Rio de Janeiro, membro do Grupo de Pesquisa Metrôpole, Economia e Sociedade (GP-MES), tendo sido bolsista de iniciação científica em 2024 pelo CNPq.

“Estrutura Social Familiar nas Metrôpoles Brasileiras” é uma obra fundamental para quem deseja compreender a complexidade das relações familiares nas grandes cidades do Brasil. Ribeiro e colaboradores analisam como fatores de classe, raça, educação e renda, associados às relações de parentescos e matrimoniais, estruturam a dinâmica familiar, revelando desigualdades e desafios que permeiam a vida urbana. Com uma linguagem clara e acessível, o livro apresenta dados e análises que tornam a leitura envolvente e informativa. Recomendo fortemente para estudantes, pesquisadores, profissionais e todos que buscam entender melhor as nuances do espaço social das metrópoles brasileiras.

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

Professor Titular do IPPUR/UFRJ

Coordenador Nacional do INCT Observatório das Metrôpoles



IPPUR

Instituto de Pesquisa
e Planejamento Urbano e Regional



UFRJ

ISBN 978-65-5252-150-7



9 786552 152150 7



inct

Institutos nacionais
de ciência e tecnologia



CNPq



CAPES



FAPERJ